

**EDNA DE FALCHI**

**NA LUTA POR UM PEDAÇO DE CHÃO:  
EXPERIÊNCIA E COTIDIANO NOS ACAMPAMENTOS DE SEM-  
TERRA DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, para obtenção de título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Souza

Dourados/ MS  
2007

**EDNA DE FALCHI**

**NA LUTA POR UM PEDAÇO DE CHÃO:  
EXPERIÊNCIA E COTIDIANO NOS ACAMPAMENTOS DE SEM-  
TERRA DO SUL DE MATO GROSSO DO SUL**

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e orientador \_\_\_\_\_

PROFº DRº JOÃO CARLOS DE SOUZA – UFGD

2º Examinador \_\_\_\_\_

PROFª DRª MARISA DE FÁTIMA LOMBA DE FARIAS – UFGD

3º Examinador \_\_\_\_\_

PROFª DRª GENI ROSA DUARTE – UNIOESTE

Dourados, 30 de Novembro de 2007.

## **DADOS CURRICULARES**

### **EDNA DE FALCHI**

NASCIMENTO 04/04/1981 – CAARAPÓ/MS

FILIAÇÃO Osvaldo de Falchi  
Inês Manfré Falchi

2000/2003 Curso de Graduação em História  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
Campus de Dourados.

2005/2007 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado  
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo a análise da luta pela terra no sul de Mato Grosso do Sul com um olhar voltado ao sujeito que a personifica e a vivencia. Assim, entre a análise e uma breve etnografia de três acampamentos que existiram nessa região – acampamento Oito de Março (1997), em Itaquiraí, acampamento Laguna Peru (1999), em Eldorado e acampamento Mambaré (1999), em Mundo Novo - busquei construir uma narrativa que contemplasse a luta cotidiana desses sujeitos por um pedaço de chão, com todos os conflitos, contradições e dificuldades oriundas do espaço/tempo do acampamento de forma a garantir a especificidade de cada mediador analisado (MST, FETAGRI, CUT). Esse período de luta acabou, em muitos casos, tornando-se um modo de vida; as famílias analisadas viveram de um a dez anos sob o barraco de lonas às margens das estradas. Os meandros desse processo, no entanto, são marcados pela espera e pelos antagonismos entre a anomia e a esperança, a solidariedade e a competição, a resistência e o conformismo, a harmonia e o conflito. Trata-se de uma análise voltada ao campo da história social e cultural de um tempo histórico bastante recente, portanto, de fenômeno histórico ainda em curso, que pode ser denominado como uma *história do tempo presente*.

Palavras-chave: luta pela terra, sem-terra, Mato Grosso do Sul, acampamento.

## ABSTRACT

This research about the camps of landless has the aim to review by the struggle for land in the south of Mato Grosso do Sul, with a look back to the person that embodies and lives. Thus, from the analysis and a brief ethnography of three camps of that region, which are: the *Oito de Março* (1997), in Itaquiraí, the *Laguna Peru* (1999), *Eldorado* and the *Mambaré* (1999), in Mundo Novo, all of them in Mato Grosso do Sul, sought to build a narrative that reviewed the daily struggle of landless for a piece of land. We retrieved, in the process, conflicts, contradictions and difficulties from the space / time of the camps, in order to ensure also the specificity of each mediator involved (MST, FETAGRI, CUT). During this period of struggle, the establishment of the camps, interpreted the principle as a temporary situation, in many cases, however, eventually becoming a way of life, because many families analyzed came to live 10 years under tents along the roads. The meanders of this process, however, are marked by hopes and the antagonisms between the anomia and the hope, solidarity and the competition, the resistance and the conformism, the harmony and conflict. This is a focused analysis to the field of social and cultural history, a long history of fairly recent and still ongoing historical phenomenon, which may be called as a *history of this time*.

Keywords: struggle for land, landless, Mato Grosso do Sul, camp.

## DEDICATÓRIA

Ao Eduardo, anjo que me ilumina. Pessoa que, ainda tão pequena, ensina-me, na prática, que a história é resultado da invenção humana e construída cotidianamente. Ao Ronaldo, que nossa história de amor seja reconstruída eternamente.

Aos meus pais, que imigraram a Mato Grosso do Sul, movidos pelo desejo de realização de um sonho e pela busca de um mundo possível, assim como meus avôs, que um dia imigraram ao Brasil. Esse mesmo sonho e essa mesma busca ainda movem multidões na luta por um pedaço de chão.

A todos os trabalhadores sem-terra pela possibilidade de pesquisa, e “por nos afirmar como gente diante de uma vontade reacionária histórica implantada neste país”.

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta caminhada, gostaria de agradecer às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho; assim, agradeço tanto àquelas que me proporcionaram contribuições acadêmicas, como também àquelas sem as quais a vida não teria sentido.

Agradeço, em especial, ao Prof. Dr. João Carlos de Souza, pessoa que me orientou nessa caminhada e que sempre soube exercer o verdadeiro significado da palavra *orientador* quando por esses caminhos me via sem norte.

Agradeço, também, de forma muito carinhosa, à Prof. Dr. Marisa de Fátima Lomba de Farias, que sempre esteve disposta a me ajudar e a me ouvir, mesmo com tantas atribuições. Mulher sábia, sensível e que carrega consigo todas as belezas de ser - humano.

Aos professores do curso de pós-graduação pelas contribuições acadêmicas, especialmente, ao Prof. Dr. Damião pelo incentivo no início dessa caminhada.

Aos colegas de turma pelas discussões, mesmo que às vezes tão banais, principalmente a Gilmara, que se tornou uma amiga para vida toda; pessoa que dividiu comigo durante essa caminhada momentos de angústias e conflitos, mas também de os de alegrias e de lucidez.

Ao Carlos, Alzira, Tereza, Ceres, Vanessa e demais colegas dos projetos de pesquisa, com quem dividi dias e dias de viagens pelos assentamentos.

Aos trabalhadores Antônio, Neuza, Celso, Claudinéia, Dércio, Edinéia, Eleonora, Erondi, João, Valdir, José, Leonice, Lídio, Lucas, Lucio, Lurdes, Nair, Osmar, Tadeu, acampados e ex-acampados, por mim entrevistados. Agradeço pela possibilidade de pesquisa e pela disponibilidade em me atender. Carrego comigo o semblante, o tom de voz e os sonhos de cada um e espero ter conseguido textualizar um pouco disso.

À FUNDECT, pela concessão de bolsa para a pesquisa.

Ao Ronaldo, companheiro que soube compreender minhas ausências e surpreendeu-me na superação de seus pré-conceitos ao lançar-se comigo às visitas aos acampamentos. Ao Eduardo, filho querido, que espera ansioso a concretude desse trabalho.

À minha mãezinha Inês, pois, graças ao seu amor incondicional foi possível aflorar em mim a sensibilidade com que hoje vejo o mundo. E a toda minha família – pai, irmãos, sogra, sogro, minha cunhada Claudia – pelo apoio de sempre e, principalmente, pelos cuidados com meu anjo, Eduardo, quando estive ausente.

Sem vocês a vida não teria sentido...

“Seria feliz se eu visse o Brasil cheio em seu tempo histórico de marchas, marcha dos que não tem escola, marcha dos reprovados, marcha dos que querem amar e não podem, marcha dos que se recusam a uma obediência serviu, marcha dos que se rebelam, marcha dos que querem ser e estão proibidos de ser. Eu acho, afinal de contas, que as marchas são andarilhagem históricas pelo mundo e os sem-terras constituem pra mim hoje uma das expressões mais fortes da vida política e da vida cívica desse país. Por isso mesmo é que se fala contra eles, e até de gente que se pensou progressista, e que fala contra eles, contra os sem-terras, como se fossem uns desabusados, como se fossem uns destruidores da ordem. Não! Pelo contrário, o que eles estão é mais uma vez provando certas afirmações teóricas de analistas políticos, de que é preciso mesmo brigar para que se obtenha um mínimo de transformação. [...] Como eu acredito em Deus, eu agradeço muito a Deus por estar vivo e poder ver e saber que os sem-terras marcham contra uma vontade reacionária histórica implantada neste país. Meu apelo, quando eu termino sua primeira pergunta, meu desejo, meu sonho, é que outras marchas se instalem nesse país... eu acho que essas marchas nos afirmam como gente, como sociedade querendo democratizar-se”.

Paulo Freire

(áudio digitalizado, Instituto Paulo Freire)

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
------------------	----

## CAPÍTULO I

A TERRA E OS SEM-TERRAS NO MATO GROSSO DO SUL: MIGRAÇÃO E TRABALHO. ....	30
1.1 Terra e (falta de) trabalho: a “sociedade descartável” .....	31
1.2 Em busca de um lugar.....	41
1.3 Um cenário anunciado: os <i>brasiguaios</i> e os atingidos por barragens.....	47
1.4 A terra: reordenamentos em Mato Grosso do Sul .....	56

## CAPÍTULO II

MEDIAÇÃO E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL .....	64
2.1 Emergência dos Movimentos Sociais na agenda a Reforma Agrária.....	65
2.2 Em cena a CPT, a FETAGRI, o MST e a CUT .....	67
2.2.1 Lançando as sementes: A CPT .....	67
2.2.2 Novos mediadores: O MST, a FETAGRI e a CUT .....	72
2.3 Acampamentos e Assentamentos, um panorama das conquistas. ....	80
2.3.1 Anos 1980: a luta marcada pela violência .....	80
2.3.2 A difícil luta pela terra entre 1990 e 1995 .....	90
2.3.3 Revigoração: a luta pela terra a partir de 1996.....	96

## CAPÍTULO III

POR OUTRA HISTÓRIA: “É POR ISSO QUE A GENTE LUTA” .....	104
3.1 Ser sem -terra: a adesão de trabalhadores aos movimentos sociais de luta pela terra..	105
3.2 (Des) socialização na luta por um pedaço de chão.....	119
3.3 O sonho da terra prometida nas representações dos sem-terras .....	131

## CAPÍTULO IV

VIDA PROVISÓRIA, EXPERIÊNCIA E COTIDIANO NOS ACAMPAMENTOS .....	135
4.1 Ocupação de terras: o preâmbulo em busca de um novo lugar .....	136
4.2 As dificuldades do cotidiano .....	156
4.3 Trabalho, organização e relações de poder nos acampamentos .....	179
4.4 A visibilidade das lonas pretas e a persistência da luta .....	193

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	210
BIBLIOGRAFIA .....	215

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa Acampamentos rurais em MS – 1981-1989 .....	88
Figura 2: Mapa Acampamentos rurais em MS – 1990-1995 .....	91
Figura 3: Mapa das ocupações de terras em MS – 2000-2005.....	98
Figura 4: Mapa acampamentos rurais existentes em MS - 2005 .....	99
Figura 5: Chegada das famílias à fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí, dia 08.05.1997..	138
Figura 6: Visão geral do acampamento Oito de Março. Imagem veiculada na <i>Revista Isso É</i> em, 27.08.1997. ....	139
Figura 7: Policiais no momento em que foram abordados pelos acampados do acampamento Oito de Março. ....	145
Figura 8: Primeiros barracos construídos no acampamento Oito de Março (1997).....	158
Figura 9: Mulheres do acampamento Oito de Março produzindo doce de vegetal encontrado na mata. ....	160
Figura 10: Acampados do Oito de Março em dia de mobilização na estrada.....	163
Figura 11: Dia de assembléia no acampamento Oito de Março.....	165
Figura 12: Festa Junina no acampamento Oito de Março.....	167
Figura 13: Construção da escola no acampamento Oito de Março. ....	168
Figura 14: Acampados lavando roupas no rio. ....	172
Figura 15: Criança acampada em frente aos barracos do acampamento Oito de Março. ...	173
Figura 16: Recuperação de Alimentos no acampamento Oito de Março.....	198
Figura 17: Acampado ferido em dia de mobilização.. ....	205
Figura 18: Mobilização do MNP na cidade de Campo Grande. Imagem veiculada no <i>Jornal O Progresso</i> , 28/29.03.1998.....	206
Figura 19: Mobilização dos acampados do Oito de Março na cidade de Itaquiraí.....	2077

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: MS: Pessoal ocupado no campo – população urbana e rural. ....	33
Tabela 2: Censos agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 - MS.....	35
Tabela 3: Número de mobilizações do MST – Nacional .....	74
Tabela 4: Projetos de assentamentos em MS – 1984-1989.....	86
Tabela 5: Projetos de assentamentos em MS – 1990-1995.....	90
Tabela 6: Número de sem-terra presos e assassinados por conflitos agrários por estado....	92
Tabela 7: Acampamentos/ocupações e número de famílias acampadas por mediadores 1996-2005.....	97
Tabela 8: Projetos de assentamentos em MS – 1996-2005.....	101

## LISTA DE ABREVIATURAS

CAND – Colônia Agrícola de Dourados  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CEFF – Concessão de Terras na Faixa de Fronteiras  
CESP – Companhia Energética de São Paulo  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
COAAMS - Coordenação das Associações dos Assentados do Mato Grosso do Sul  
COAGRAN – Cooperativa dos Assentados da Grande Dourados  
COARJ – Cooperativa dos Assentados da Região de Jardim  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CUT/MS – Central Única dos Trabalhadores no Mato Grosso do Sul  
DETR – Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais  
DOF – Departamento de Operações de Fronteira  
DTR – Departamento do Trabalhador Rural  
FAF/MS – Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul  
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura  
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura  
FETAGRI/MS – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul  
FUNDECT/MS – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDATERRA – Instituto de Desenvolvimento Agrário, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MNP/MS – Movimento Nacional dos Produtores de Mato Grosso do Sul  
MS – Mato Grosso do Sul  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária  
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária  
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SOMECO – Sociedade de Melhoramento e Colonização  
SSP – Secretaria de Segurança Pública  
STF – Supremo Tribunal Federal  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TERRASUL – Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul  
UDR – União Democrática Ruralista  
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

## INTRODUÇÃO

É sempre gostoso a gente poder estar lendo, lembrando, alguma coisa. Então, esse papel de vocês dentro do assentamento, ele é muito importante, porque vocês estão resgatando a nossa história e com isso a gente não perde de vista a nossa história. Você pode ver que na maioria das vezes você pergunta a gente pensa antes de fala. Por quê? Porque a história já tá sendo esquecida. E uma das coisas que a gente não pode esquecer nunca, é a nossa história, principalmente o período de acampamento, que aquele foi doído (POLACO, Entrevista, 10.10.2005).

Para mim, portanto, a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente. Ao descobrir a relação entre o ontem e o hoje, creio poder decifrar a ordem possível do mundo, imaginária, porventura, mas indispensável à minha própria sobrevivência, para não me diluir a mim mesmo no caos de um mundo fenomenal, sem referências nem sentido (MATTOSO, 1988, p.22).

O objetivo principal desse trabalho de pesquisa é compreender o processo de luta que antecede aos assentamentos rurais, numa análise que transcenda as posições ideológicas dos mediadores da luta pela terra e tenha o olhar voltado ao sujeito que a vivencia e a personifica. Assim, algumas questões foram postas de forma a nortear o estudo da luta por um pedaço de chão e a sua forma estrutural e *variada* presente às margens das rodovias sul mato-grossenses. Quem são os sujeitos da luta pela terra? Quais as relações de trabalho e vida mantidas por esses sujeitos no período que antecede a luta? Como vivem esses sujeitos no espaço do acampamento? O que se renova e o que se mantém durante esse processo histórico? Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que essas questões só poderiam ser respondidas a partir da compreensão de outras, tais como: Como são formados os acampamentos? Quem são seus idealizadores e qual papel desempenham nesse processo? Quais são as estratégias de luta e sobrevivência? Quais as relações de poder ali impostas? De onde vêm esses sujeitos e para onde vão?

Assim, para que fosse possível fazer o registro dessa história, foi necessário estabelecer parâmetros de ordem prática, como recortes e delimitações. Embora todo ato de selecionar carregue certa arbitrariedade, esse estágio foi precedido por um levantamento de dados e documentações disponíveis e acessíveis no INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), jurisdição de Dourados e Campo Grande, e em visitas às secretarias estaduais do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), da FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), do DETR/CUT (Departamento Estadual do Trabalhador Rural da Central Única dos Trabalhadores), assim como a sindicatos municipais. Esse levantamento teve como propósito um conhecimento geral da luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul, de forma a conduzir às delimitações do tempo e do espaço da pesquisa.

A partir dos dados coletados junto ao INCRA, da leitura de outros trabalhos, como SOUZA (1992); FABRINI (1995); FARIAS (1997 e 2002); MENEGATI (2003); ALMEIDA (2003), e do conhecimento empírico sobre as questões da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, constatou-se que o extremo sul do estado, entre a divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai, região também conhecida como cone-sul, mantém certa tradição em relação às mobilizações de luta pela terra. O município de Itaquiraí e municípios vizinhos concentram grande número de acampamentos e assentamentos, como se pode constatar pelas figuras de um a quatro, no decorrer do texto. Itaquiraí, por exemplo, possuía até o ano de 2005, oito assentamentos e 1700 famílias assentadas, o que

representava mais de 10% das 16 mil famílias assentadas em todo o estado<sup>1</sup> e, se considerada uma média de quatro pessoas por famílias, os assentados representavam cerca de 38% da população municipal, que era de 17.449 habitantes<sup>2</sup>.

A região está localizada entre a divisa com o oeste do estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai e apresenta características peculiares, como a questão dos povos ribeirinhos atingidos por barragens, a presença de brasiguaios e de imigrantes paraguaios. Deste modo, as especificidades fronteiriças dessa região são compreendidas a partir da definição e da problematização proposta por Buordieu (1989). A definição do conceito de fronteira é discutida por diversos campos de estudos e quase sempre apresentada como um espaço dispersamente habitado, um sistema estrutural fraco, um espaço de banditismo e lugar de *forasteiro*. Nesta pesquisa, no entanto, a fronteira é reconhecidamente um espaço de conflitos e que “nunca é mais do que produto de uma divisão” (1989, p. 114), ela produz as diferenças culturais ao mesmo tempo em que é fruto dela, assim a *fronteira* esta relacionada ao produto de uma divisão arbitrária, que quando criada faz parte do real.

A partir das informações levantadas, tendo-se em vista a problemática previamente pensada e as limitações temporais e humanas impostas, optei, então, por analisar três acampamentos, envolvendo os diferentes mediadores que mais atuam no estado (MST, FETAGRI e CUT), situados nos municípios de Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo.

Dos inúmeros acampamentos listados nesses municípios, optei delimitar os grupos para estudo com a maior diversidade possível, contemplando situações que não restringissem a análise a determinados aspectos. Assim, entendi ser necessário envolver na pesquisa acampamentos que movimentaram um número grande de pessoas, mas também pequenas organizações; mobilizações que tiveram famílias assentadas e outras que ainda aguardam por uma definição. Desta forma, os acampamentos selecionados foram: Acampamento Oito de Março, acampamento Laguna Peru e acampamento Mambaré.

**Acampamento Oito de Março** – foi organizado pelo MST e ficou conhecido como o maior acampamento do Brasil. Originou-se de uma ocupação que ocorreu na manhã do dia oito de março de 1997, na fazenda Santo Antônio, de 25.560 mil ha, de propriedade de grupo Bertin, com sede em Lins/SP e localizada no município de Itaquiraí,

---

<sup>1</sup> O Chefe da Divisão do Assentamento do INCRA afirmou, em Seminário realizado em Três Lagoas (fevereiro de 2002), que: “O INCRA não tem estrutura para fazer Reforma Agrária em todo lugar, ele é muito pequeno no Estado. Aonde nós vamos então? Onde a pressão é maior. Nós temos áreas de conflito como no sul do Estado, na região de Itaquiraí, Eldorado, Iguatemi, em que os movimentos sociais como o MST, CUT e FETAGRI são fortes e estão lá com milhares de famílias e têm conflitos sociais por terra, envolvendo índios, posseiros, trabalhadores rurais” (Apud, ALMEIDA, 2003, p. 125).

<sup>2</sup> Dados do IGBE, população municipal estimada em 01.07.2005.

rodovia BR-487, a qual se destinava à criação de gado de corte para abastecer frigoríficos do Grupo. Inicialmente o grupo acampou dentro da fazenda, de onde foram despejados e montaram acampamento na BR-163, estrada que liga o município de Itaquiraí a Naviraí. O acampamento chegou a abranger mais de duas mil famílias, ultrapassando sete mil pessoas, que vieram, sobretudo, das cidades de Juti, Caarapó, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado, Iguatemi, Mundo Novo, Japorã, Dourados, *brasiguaios* e algumas do estado do Paraná. Deste acampamento foram assentadas cerca de 1000 famílias em nove assentamentos diferentes, localizados nas cidades do sul do Estado.

No ato da pesquisa, entre 2005 e 2006, ainda existiam cerca de trinta famílias remanescentes do acampamento Oito de Março vivendo às margens da BR-487, em local próximo ao do acampamento inicial, mas haviam agregado novas famílias e estavam sob nova denominação. Essas famílias, no entanto, foram assentadas em julho de 2007 na fazenda Santo Antônio, que foi desmembrada em 1600 lotes de terras para projeto de reforma agrária, após dez anos de luta, para atender aos trabalhadores de diversos grupos mediadores que já se encontravam acampados naquele espaço.

**Acampamento Laguna Peru** – organizado pela CUT/FETAGRI. O acampamento foi montado no dia três de março de 1998, na fazenda Laguna Peru, BR-163, estrada que liga o município de Eldorado a Itaquiraí. A fazenda de aproximadamente 2.700 ha era destinada à criação de gado e foi ocupada por cerca de 100 famílias. O acampamento foi articulado pelas lideranças sindicais do município de Eldorado e teve sua mediação alternada entre a CUT e a FETAGRI. No ato da pesquisa (2006) o acampamento estava composto por 38 famílias, a maioria do município de Eldorado, mas também algumas oriundas do estado do Paraná. Passados oito anos de luta, nenhuma família havia sido assentada e não havia mais perspectiva de desapropriação da área, as famílias que resistiram permaneciam na expectativa de remoção para outras áreas.

**Acampamento Mambaré** – foi articulado pelas lideranças sindicais municipais de Mundo Novo e recebeu apoio da FETAGRI. A primeira ocupação da fazenda Manbaré<sup>3</sup>, localizada no município de Mundo Novo, BR-163, estrada que liga Mundo Novo ao município de Guaíra no Paraná, ocorreu no dia 28 de março de 1999. A primeira ocupação concretizou-se com 26 famílias, mas o acampamento chegou a contar com 143, oriundas, em sua maioria, do município de Mundo Novo e brasiguaias. A desapropriação da fazenda Mambaré, que também se destinava à criação de gado de corte,

---

<sup>3</sup> A fazenda conhecida como fazenda Mambaré tinha como referência também o nome de Pouso Alegre. Para denominar o acampamento uso apenas a denominação Mambaré como se acostumou chamar. Quando assentados, porém, a denominação é alterada para assentamento Pedro Ramalho.

foi confirmada pelo INCRA pela portaria 28 de 26.09.2000, no entanto, devido aos recursos judiciais, o lote só foi entregue às famílias no ano de 2003. Assim, o acampamento manteve-se por quatro anos à margem da BR-163. Na área de 1.948 ha foram assentadas 78 famílias.

Entre os trabalhos acadêmicos voltados às questões agrárias, poucos estudos estão direcionados ao processo de luta pela terra e à vida dos acampados nos barracos de lona à margem das rodovias. Foi com o intuito de conhecer e entender melhor esse processo, tomando como referência essas três mobilizações, que essa dissertação foi pensada e desenvolvida. Assim, pode-se dizer que essa pesquisa não se configura como um estudo da questão agrária, mas sim, como uma “compreensão da questão agrária enquanto questão social”.

Além da pesquisa específica para esse fim (que será explicitada a seguir), há de se ressaltar também a experiência vivenciada na participação como colaboradora em alguns projetos de pesquisa desenvolvidos em conjunto pela UFGD (Universidade Federal de Grande Dourados) e UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), são eles: *Vida de mulheres em assentamentos de reforma agrária no município de Itaquiraí-MS* (Fundect, 2005-2007) e *Assentamentos rurais no sul de Mato Grosso do Sul: estudos econômicos e sociais das mudanças no meio rural* (CNPq, 2005-2007). Essa colaboração me proporcionou maior contato com as realidades desses grupos. A visita a vários assentamentos do estado contribuiu para que, nos trabalhos de campo para a concretização das pesquisas desses projetos, fosse possível a reflexão sobre minha própria problemática e, ainda, tecer relações com sujeitos que, de alguma forma, contribuíram para a construção de uma rede de *informantes* necessária à elaboração da pesquisa. Ressalta-se, ainda, neste contexto, a contribuição, apoio e incentivo dos coordenadores dos projetos.

Muito embora não sejam os mediadores (MST, FETAGRI e CUT), enquanto instituições, os objetos de pesquisa, foi necessário assinalar suas distinções, pois a desconsideração dessas diferenças, poderia levar-me a erros grosseiros de interpretação desse espaço/tempo de lutas. Entendi ser necessário também a apresentação de certas contradições, paradoxos e mesmo contrariedades e arbitrariedades identificadas na atuação desses mediadores. Muito embora seja solidária à causa desses sujeitos e reconhecendo que a tentativa de uma objetividade plena e de uma imparcialidade positivista já esteja há tempos superadas dentro das discussões historiográficas, acredito que uma visão míope, apologética e descomprometida descaracterizaria qualquer pretensão de um trabalho acadêmico que vislumbre alguma objetividade histórica.

O trabalho historiográfico, que buscou “não deixar que essa história seja esquecida”, pode ser identificado em abordagens ou temáticas que suscitam dois grandes debates acadêmicos, entre outros presentes na atualidade: a *história oral*, termo que aqui será substituído por fontes orais e a *História do tempo presente*, ou melhor, a análise de acontecimentos recentes ou ainda em curso.

A história hoje abre-se como um leque inesgotável de possibilidades de pesquisas. Novas questões, novos objetos, novas discussões vêm sendo propostas nas últimas décadas, isso relaciona-se a “uma nova postura diante da história, um outro olhar que interroga o passado a partir de pressupostos que constroem também novos objetos e formulam novas questões” (PESAVENTO, 2004, p. 7), o que requer novos métodos e que, conseqüentemente, embalam novos embates teóricos.

Essa “nova postura diante da história” abriu caminhos para construção de “outras histórias”, entre elas as “histórias de pessoas comuns”, como denomina Hobsbawn, e a uma análise voltada para as histórias do cotidiano. Segundo Matos:

[...] o renascer dos estudos do cotidiano se encontra vinculado a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, com uma politização do dia-a-dia (2002, p. 22).

Essa história renovada e aberta a novos olhares pode ser entendida como um processo de amadurecimento do olhar e da sensibilidade do pesquisador. Para Chartier, as mutações do trabalho histórico, nos últimos anos, estão ligadas a distância tomada nas práticas de pesquisa e aos princípios de inteligibilidade que governavam o método histórico: o projeto de uma história global, aos moldes do estruturalismo de Braudel; a definição territorial dos objetos de pesquisa, influência recebida da escola de geografia humana; e a primazia dada ao recorte social, esborraram-se progressivamente “deixando o campo livre a uma pluralidade de abordagens e de compressões.” (2002, p. 65-66).

Esses embates teóricos (questões relativas às fontes orais e ao trabalho com um tempo histórico recente), no entanto, parecem amenizar-se diante da epígrafe de Matoso. O que é a História? “Para mim, portanto, a História não é a comemoração do passado, mas uma forma de interpretar o presente”.

Como trata-se de processos efêmeros, dos quais raramente se encontra registros escritos, as principais fontes utilizadas para a apreensão de informações, que levou a construção da história desses grupos, foram às fontes orais associadas às fontes iconográficas, dados estatísticos, pesquisa em arquivos e a apreensão pela observação. A

memória desses indivíduos, exteriorizadas através de relatos orais, uma vez conjugadas com outras fontes e registros históricos, foi indispensável para a análise desse processo.

Em face ao assunto pesquisado e a problemática proposta, qual seja, o cotidiano nos acampamentos rurais de sem-terra, suas estratégias de sobrevivência, sociabilidades internas, suas experiências, percepções e valores, fez-se necessário um trabalho de campo e a elaboração de fontes através de um conjunto de entrevistas. Nesse sentido, o ato de lembrar e rememorar, seguido de uma posterior compreensão de seus significados, sistematização dos dados e articulação com o contexto e conjuntura histórica, aspectos que se referem ao tratamento metodológico do historiador no seu ofício de interpretação, fazem dos relatos orais uma fonte viável de pesquisa.

A responsabilidade em não deixar com que essa história de lutas se perca no tempo e no espaço (como na fala em epígrafe) fez com que fosse necessário pensar e repensar o papel do historiador diante de seu objeto e no trabalho com as fontes, visto que “pessoas não são papéis”, mas sim, sujeitos de carne e osso, que além de merecer cuidado e respeito específico, são possuidores de uma fonte de pesquisa viva e seletiva.

Segundo Janaina Amado, a maioria dos entrevistados concorda em conceder entrevistas pela oportunidade de ter sua história registrada e difundida em outros círculos. A negação desse aspecto é reveladora de um sentimento paternalista. Longe de demonstrar respeito, essa preocupação social revela uma postura de desvalorização e desprezo para com o outro, pois desconsidera a capacidade dos sujeitos excluídos socialmente em construir e executar projetos pessoais (1997, p. 153-154).

Esses aspectos ficam evidentes na fala de Polaco (em epígrafe). Há da parte dele a preocupação em registrar sua história de lutas e de sofrimentos, destacando a importância do trabalho de pesquisa para não deixar que suas histórias caiam no esquecimento. Talvez essa seja a essência do trabalho historiográfico e o que produz sentido ao ofício do historiador. Por meio da história de pessoas comuns, parafraseando Matoso, é possível desvendar relações humanas numa conexão entre o ontem e o hoje, e assim poder decifrar a ordem possível do mundo, sem se diluir num mundo fenomenal e sem sentido (1988, p. 22).

Não se trata, no entanto, em *dar voz* a sujeitos, mas sim de oferecer-lhes a oportunidade de falar e ser ouvido, de forma que suas histórias possam ser levadas a outros círculos; sem, contudo, aniquilar o papel do pesquisador e suas responsabilidades na tarefa de historicizar, sistematizar, analisar e interpretar as lembranças que ouve e, conseqüentemente, arcar com os possíveis equívocos que essa tarefa pode trazer. Como

Martins, acredito que “o oprimido pode ser a voz dele mesmo. É só a gente ficar atento para ouvi-la e atendê-la. Acho que essa é a questão básica” (1991, p. 157).

O trabalho com fontes orais no Brasil marca uma oposição à “historiografia ‘tradicional’ brasileira que, sempre partiu do geral, amplo, nacional, sem nunca ter chegado ao mínimo, ao específico, ao local”. Partindo da perspectiva de Meihy de que a história oral brasileira nasceu “com o destino de ser uma voz diferente”, (2000, p. 94-95, aspas no original), faço uso dessa fonte de forma tão relevante quanto as fontes documentais escritas, visto que, “se a memória é socialmente construída, a documentação também o é”. Deve-se, então, realizar a crítica a todo tipo de fonte, o que prevalece é a postura ética do pesquisador, quer seja diante das fontes orais ou das fontes escritas (POLLAK, 1992, p. 207).

Há que se ressaltar, no entanto, que os “riscos da inocência”<sup>4</sup> são muitos e nocivos, mas não intrínsecos ou irremediáveis. A prática de participação na produção das fontes com as quais o pesquisador vai trabalhar requer um cuidado epistemológico constante, devendo-se atentar às diferentes formas de narração, ao *indizível*<sup>5</sup>, aos discursos pré-construídos, estar consciente da não unificação entre o vivido e o narrado, cabendo ao pesquisador a interpretação desse processo.

Nesse sentido, tomando os cuidados devidos, as fontes orais podem representar um rico campo de análise de acontecimentos recentes. Esses dois campos, metodológico e temporal, põem-se como desafios ao trabalho historiográfico, visto que o historiador situa-se como pesquisador e espectador ao mesmo tempo, o que pode dificultar uma tentativa de *objetivação* na análise. Segundo Borges, a objetivação, dentro desse contexto, é uma tarefa árdua, “pois objetividade e subjetividade são as interfaces do mesmo processo” (2004, p. 37).

O fato de estar consciente de que “pessoas não são papeis” e que essas, muitas vezes, reconhecem-se como sujeitos da história quando são incitadas a falar de suas experiências de vida e de luta e somando-se, ainda, a clareza com que muitos se mostram interessados pelos resultados desse levantamento histórico, gera uma dualidade de sentimentos no pesquisador; por um lado, a satisfação humana de poder contribuir para a discussão de um problema social que afeta diretamente milhares de brasileiros, por outro, a certeza de que o comprometimento com a forma acadêmica de produção pode não atender

---

<sup>4</sup> Tema de artigo discutido por Hall, 1992, p. 157.

<sup>5</sup> PEREIRA de QUEIROZ, 1988.

às expectativas imediatas dos grupos estudados. Nesse sentido, são importantes as considerações de Bourdieu:

Pode-se dizer então que o pesquisador não tem qualquer possibilidade de estar verdadeiramente à altura de seu objeto a não ser que ele possua a respeito um imenso saber, adquirido talvez ao longo de uma vida de pesquisa e também, mais diretamente durante entrevistas anteriores com o próprio entrevistado ou com informantes (BOURDIEU *apud* ALMEIDA, 2003, p. 30).

A contemporaneidade do pesquisador com seu tema de trabalho traz dificuldades em relação à sua aproximação com o acontecimento, pois o sujeito pode acabar por se influenciar, deixando-se condicionar pelas circunstâncias. Porém, como coloca Chauveau e Tétard, a *disciplina* problematiza a relação entre o historiador, seu tempo e seu tema, mas qualquer posição estaria incompleta se desconsiderasse o *historiador, a história e a sociedade* (1999, p. 35).

Quero com isso dizer que só me atraí, no passado, aquilo que me permite compreender e viver o presente. O que acontece, é que, para o compreender, não me basta conhecer uma pequena parcela, tenho de o conhecer todo, não, obviamente, em todos os pormenores, mas como uma totalidade na qual tenho que me inserir (MATTOSO, 1988, p. 21-22).

O estudo de acontecimentos recentes ou em curso é percebido aos olhos de muitos como não pertencente ao campo da disciplina Histórica, reservando a história de acontecimentos recentes e, portanto, *não finalizados*, a outras disciplinas ou profissionais, como aos jornalistas, politólogos, sociólogos, antropólogos, entre outros. Entendo, no entanto, que o que caracteriza um trabalho histórico são métodos e teorias próprios, pois “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (CHAUVEAU, TÉTARD, 1999, p. 15).

O que não se pode negar, no entanto, em especial nesta pesquisa, foi a contribuição de conceitos tradicionalmente utilizados por outras áreas de conhecimento, como a noção de identidades e representações utilizados pela sociologia, além da recorrente utilização de reflexões do sociólogo José de Souza Martins. O trabalho é tributário também da análise de práticas cotidianas que se aproxima, por maneira, de reflexões antropológicas e das noções e definições de espaço tradicionalmente utilizados pela geografia. Essa interdisciplinaridade necessária elimina qualquer pretensão historiográfica de uma determinação epistemológica pura e contribui à desmistificação de uma *disciplinaridade* rígida no ensino e pesquisa.

Outro recurso utilizado nessa dissertação, sobretudo no terceiro e quarto capítulo, é a narrativa histórica, uma forma de escrita historiográfica com forte inspiração literária, não só na forma de construção textual, mas também na valoração dos

acontecimentos. No final dos anos de 1970, o britânico Stone incitou uma discussão sobre o “renascimento da narrativa” na escrita historiográfica, o que Burke veio melhor denominar no início dos anos de 1990 de uma “regeneração da narrativa”. Para Burke “o objetivo de buscarmos uma nova forma literária vem do fato de nós mesmos assumirmos que as velhas formas já estão inadequadas ao nosso propósito” (1992, p. 335). O historiador deve buscar alcançar uma síntese, quer seja em relação à narrativa/análise, quer seja em saber estabelecer relações entre acontecimentos/estruturas.

Como trata-se de um fenômeno social novo (se for pensado em tempo histórico) e presente no cenário nacional da atualidade, vê-se que esse assunto perpassa o campo da história social, mas também, segundo Pesavento, o estudo historiográfico sobre processos em curso, comparece, sobretudo, como forma de análise de movimentos sociais a partir de uma abordagem cultural:

Questões relativas à força das imagens e dos discursos na composição de um imaginário mobilizador são fundamentais para que os pesquisadores se voltem para tais processos em curso. Estes correspondem a uma espécie de laboratórios, ao vivo, da construção e da aplicabilidade das representações sociais que se apresentam aos olhos do historiador (PESAVENTO, 2004b, p. 94).

Assim, compreendo que a abordagem sobre o prisma de uma história social e cultural se apresenta como eixo fundamental desse trabalho, mas não só, pois como coloca Barros: “na verdade não existem acontecimentos que sejam exclusivamente econômicos, políticos, sociais ou culturais, todas essas dimensões se integram ou, sequer, existem como dimensões separadas” (2004, p. 15), principalmente se for pensado na perspectiva da luta pela terra, acontecimento em que esses aspectos encontram-se imbricados.

Para discussões sobre aspectos culturais e suas formas de apropriação, faço uso dos conceitos apresentados por Chartier. Segundo o autor, diferente do habitual, a cultura deve ser pensada distanciando-se de idéias sociográficas, na qual as clivagens culturais estariam organizadas, necessariamente, de acordo com um recorte social construído previamente. As diferenciações culturais não estão divididas em uma grade única. Nos movimentos sociais de luta pela terra há a necessidade de se pensar essa formação cultural a partir dos objetos, das formas e dos códigos, como propõe Chartier, e não necessariamente dos grupos. Os processos de mobilizações não podem ser pensados ignorando-se a perspectiva do sentido que um texto, uma norma, os discursos mediadores, os símbolos têm para os que deles se apropriam ou os recebem. Assim, esse historiador propõe que passamos de uma história social da cultura, para uma história cultural do social (2002, p. 68-69).

Foi importante, também, a análise pelo prisma social e a apropriação dos conceitos formulados por E. P. Thompson, tanto em seus estudos sobre a classe operária inglesa, com a definição do conceito de “economia moral”, de “experiência” e de “formação” social (1987); quanto na releitura que faz da economia como “motor da história” (1981). A partir das considerações de Thompson, pode-se concluir que os trabalhadores rurais sem-terra se formam social e culturalmente numa relação histórica. O determinismo econômico perde sua razão de ser diante da aceitação da história construída a partir da ação humana.

Os trabalhos de campo foram realizados com alguns critérios previamente estabelecidos: entrevistar trabalhadores sem-terra acampados, algumas pessoas que participaram da constituição do acampamento desde o início da ocupação da terra e pessoas assentadas pelos processos de mobilização social e que passaram pela experiência do acampamento; manter um equilíbrio na questão de gênero e entrevistar também lideranças que participaram da articulação e organização dos acampamentos.

São ao todo vinte e cinco relatos, além de três entrevistas realizadas por grupo de pesquisa sobre assentamentos, as quais não correspondem aos acampamentos analisados mas revelam experiências significativas em relação às condições dos acampados. Os relatos têm duração de trinta minutos a duas horas de gravação. Apesar de ter obtido autorização para utilização das entrevistas, foi feita a opção por apresentar somente o primeiro nome dos entrevistados ao longo do trabalho para preservar suas identidades.

Foi elaborado um roteiro de entrevista para ser utilizado como norteador dos assuntos pesquisados, no entanto, as entrevistas foram conduzidas de forma com que o entrevistado “deixasse a fala correr”, interferindo-se apenas quando se fazia necessário. Entre os questionamentos priorizados estão um pouco da história de vida desses sujeitos, como: onde nasceu (se é migrante), quais as experiências de vida e trabalho, questões relacionadas com a decisão de acampar, vida no acampamento, sociabilidades internas, sonhos, família...

Na textualização das falas foi mantida na escrita a forma como as palavras foram expressas, suprimindo apenas algumas repetições, mas mantendo a construção da oralidade, pois como coloca Souza, “a linguagem tem o potencial de revelar o sujeito em toda sua força, com sua concepção de mundo, suas leituras, desvelando sua cultura” (1995, p. 24). Assim, apenas alguns pequenos *erros* foram corrigidos, de forma a não dificultar a compreensão do texto e ao mesmo tempo não retirar as características das falas.

Não é, no entanto, uma tentativa de expressar na escrita toda a riqueza dos relatos ouvidos, com todas as suas particularidades e distinções. O ato de transcrever, por si só, submerge grande parte dessa riqueza; o tom de voz, silêncios, pausas, sorrisos são complementos da oralidade, e que, muitas vezes, dão sentido a ela; os sotaques, por sua vez, são a própria caracterização do sujeito. Esses são elementos, que embora não presentes na *textualização*, tornam-se ponto de reflexão e análise no decorrer do trabalho.

Para sistematização das fontes orais coletadas, os relatos foram divididos por fichas temáticas, de acordo com a problemática e seguindo a ordem proposta dos capítulos. Durante o processo de reflexão e construção do texto, foi imprescindível a volta ao arquivo oral e a minha própria memória, ao lembrar os rostos, as expressões e o tom de voz, assim como a volta ao caderno de campo, em que foram anotadas conversas informais e impressões do local, das condições de vida e dos entrevistados.

Os entrevistados, assim como os grupos como um todo, foram bastante suscetíveis e dispostos em me atender. Nas entrevistas, as emoções, não raro, são expostas pelos olhos cheios de lágrimas ao lembrar da ocupação, das dificuldades, dos sofrimentos... As falhas de memória e os esquecimentos foram sempre notados, pois a memória é seletiva e viva. Alguns discursos foram, às vezes, repetitivos ou contraditórios em relação aos de outros entrevistados.

Além das entrevistas gravadas e transcritas, merecem destaque também as conversas informais e as várias discussões que mantive com os grupos durante o período da pesquisa. Em alguns momentos mantive-me no local sem uma lista de pessoas à entrevistar, apenas para vivenciar o cotidiano daquele espaço. Nesses momentos, apesar de ser bem recebida, pude verificar certo desconforto por parte dos acampados, que me viam como um *ser estranho* naquele espaço. Minha intenção era acompanhar as atividades cotidianas, mas minha presença parecia alterar as ações do dia-a-dia daquelas pessoas. Ainda assim foram momentos ricos, dos quais pude tirar muitos elementos de análise.

Do acampamento Oito de Março, foram entrevistadas pessoas que ainda estavam acampadas e também algumas que já haviam sido assentadas. A esse grupo fui apresentada por representantes do MST que já conhecia de contatos anteriores, o que facilitou minha *inserção*. Para conhecer a história do acampamento Mambaré pelos acampados que vivenciaram-na, dirigi-me até o assentamento e, a partir de conversas informais, selecionei para gravar entrevistas, algumas pessoas que participaram do acampamento desde o começo. No acampamento Laguna Peru, iniciei meus contatos por intermédio do sindicato, local em que fui sempre bem recebida e com as informações

fornecidas pude compor uma rede de informantes que pudessem contribuir com a pesquisa. Poucas pessoas desse acampamento puderam ser encontradas nos barracos e a busca por informações e entrevistados ocorreu, também, na periferia da cidade de Eldorado.

Outra fonte utilizada no decorrer do trabalho foram os registros iconográficos obtidos junto às famílias pesquisadas, nos STRs (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e algumas veiculadas na imprensa. Para a utilização dessas fontes parti da premissa de que “Toda fotografia tem atrás de si uma história” (Kossoy, 2001, p. 45), de que ela é uma representação de um determinado fragmento historiográfico, além de ser produto de uma *intenção* (assim como outros documentos históricos). Ressalte-se que esses registros também são priorizados pelos mediadores e pela imprensa, que geralmente fazem leituras bastante distintas de uma mesma imagem gráfica.

É importante observar, no entanto, que as fotografias que integram essa dissertação são majoritariamente do acampamento Oito de Março, isso ocorreu pois desse acampamento foi conseguido um número maior de fotografias, com melhor qualidade de imagem e com referências mais precisas. Muitas outras, embora não estejam expostas no trabalho, contribuíram para produção da narrativa.

Foi utilizada, ainda, como fonte histórica, a pesquisa em periódicos. Como a intenção do trabalho não era uma análise das várias posições jornalísticas de forma mais ampla, decidi por recorrer às reportagens do jornal *O Progresso*, da década de 90 do século XX, por ser um jornal que circula e está vinculado à região estudada.

A análise do trabalho realizado pela CUT no cotidiano dos acampamentos rurais ficou um tanto prejudicada, pois além da pequena atuação dessa Central na região analisada, o acampamento Laguna Peru, que em momentos iniciais de levantamento da pesquisa era coordenado pela CUT, passou a ser coordenado pela FETAGRI, e poucas famílias que participaram desde o período de ocupação puderam ser contatadas, tendo em vista que o acampamento existiu por quase oito anos e muitas famílias entraram e saíram da área durante período.

Os sujeitos da pesquisa:

A compreensão da questão agrária enquanto questão social, ou a compreensão das implicações sociais da questão agrária, depende de que se compreenda, também, a gênese do sujeito social que a personifica e vivencia (MARTINS, 2003, p. 11).

Os trabalhadores aqui analisados são sujeitos com especificidades distintas, alguns trabalhadores expropriados do campo, bóias-frias, diaristas, ex-arrendatários, ex-assalariados (urbanos e rurais), filhos de pequenos proprietários, trabalhadores da construção civil, empregadas domésticas, entre outros. O que caracteriza a condição dos mesmos, na maioria dos casos, é o fato de terem um meio de vida marcado pela informalidade, trabalhos eventuais, sem vínculo empregatício. Essas distinções conceituais, no entanto, também apresentam semelhanças quanto a características que antecedem a identificação enquanto *ser sem-terra*. Ambas as condições os fazem deliberadamente pobres, sem terra, sem emprego, sem direitos de exercerem sua cidadania.

Muitos trazem consigo a tradição rural, alguns já de segunda geração, outros, apresentam em sua práxis características tipicamente urbanas. A quase totalidade dos sem-terras analisados são migrantes; homens e mulheres que vieram principalmente do estado de São Paulo e do Nordeste brasileiro; brasiguaios que retornaram ao Brasil; alguns ribeirinhos da margem do Rio Paraná, como também tornou-se visível dentre os trabalhadores rurais sem-terra do sul de Mato Grosso do Sul, a grande quantidade de sujeitos que tiveram experiência de trabalho no Paraná, paranaenses ou não, que se direcionam ao estado de Mato Grosso do Sul a partir dos anos de 1990, especificamente para se inserirem em movimentos sociais de luta pela terra.

O termo *sem-terra*, reconhecidamente genérico e abstrato, foi utilizado no decorrer do texto por ser entendido como a melhor forma de designar categorias tão variadas de reivindicantes da terra. Se possuem diferenças de categorias e até mesmo de “propósito e necessidades” (como fala Martins 2003, p. 16), possuem em comum o fato de não terem terra e de estarem lutando por ela, e por tanto, são essencialmente *sem terra*.

Faço uso, também, para designar os sujeitos que vivem sob o barraco de lona na luta por um pedaço de chão, a designação de *família* (famílias assentadas, famílias acampadas...) isso porque, ainda que o sujeito esteja sozinho sob o barraco e mesmo que seja solteiro, sua vivência e sua luta não estão desassociadas da noção de rede de parentesco. Existiram ao longo da pesquisa referências de uma luta voltada aos filhos que hipoteticamente ainda virão, ou à necessidade de se manter perto da família.

A composição dessa dissertação foi pensada de forma a apresentar uma história dos meandros do espaço/tempo do acampamento que não abdicasse do “movimento da história<sup>6</sup>”, para uma melhor apresentação dos assuntos ela foi dividida em quatro capítulos:

---

<sup>6</sup> Expressão de Chalhoub, 1999, p. 18.

No primeiro capítulo apresento as experiências de vida e de trabalho de sujeitos que estão (ou estiveram) inseridos na luta por um pedaço de chão, enfocando as relações que esses sujeitos traçaram com a terra ao longo de suas vidas, assim como processos de exclusão, expropriação, exploração, desenraizamento e (falta de) trabalho.

O estado de Mato Grosso do Sul é marcado desde sua gênese por políticas conservadoras, elitistas, baseada na concentração de renda e de terra, mas também por contestações, reivindicações e resistências. Vê-se que a conjuntura histórica nacional associada às especificidades regionais do sul de Mato Grosso do Sul engendraram um processo de mobilizações sociais de lutas pela terra, que se inicia em fins da década dos anos de 1970 e se estende e se fortalecem nos anos finais do século XX e início do século XXI.

Através de entrevistas, levantamento histórico, bibliográfico e de dados censitários, busquei fazer uma articulação com as experiências de vida, de trabalho e de migração apresentadas por trabalhadores sem-terra acampados às margens das estradas, e outros já assentados por processos de mobilização social, no extremo sul de Mato Grosso do Sul, com o contexto histórico dessa região.

A partir do problema social evidenciado nas falas dos sem-terra, faço um retorno útil à composição do espaço agrário sul-mato-grossense, ainda que de forma concisa, enfatizando processos políticos, econômicos e sociais que atingiram mais diretamente o espaço historicamente conhecido como extremo sul do antigo Mato Grosso.

O segundo capítulo foi construído a partir da compreensão de que a análise dos sujeitos sociais envolvidos nos movimentos de luta pela terra de tempos recentes, depende também que se compreenda a gênese desses conflitos sociais, o que busco fazer a partir da emergência dos então chamados “novos movimentos sociais” de fins da década de 1970. Assim, um breve histórico foi construído com algumas das características dos principais mediadores da luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul a FETAGRI, o MST e a CUT. À CPT faço um retorno indispensável, ainda que conciso, por ter sido ela a organização precursora, no estado, para o *aflorar* da luta pela terra.

A partir da análise de atuação dessas organizações, a próxima etapa foi a historicização do processo de luta travado por trabalhadores sem-terra no estado de Mato Grosso do Sul, desde suas primeiras manifestações de luta em fins da década de 1970 até sua relevante expansão nos primeiros anos do século XXI.

Neste capítulo faço uso de documentos dos próprios mediadores, documentos do INCRA (Jurisdição de Dourados), entrevistas, em especial a dos três representantes dos mediadores, dados e relatório elaborado pela CPT (1993).

No capítulo três analiso as experiências vivenciadas por trabalhadores sem-terra ao aderirem aos movimentos sociais de luta pela terra e como esses sujeitos reconstróem, ou não, nesse (não) espaço social o mundo de sociabilidades que é desestruturado com a decisão de participar de uma ocupação de terra.

Foi importante, pensar, neste momento, como esses trabalhadores passaram a idealizar uma (re) construção de suas histórias com a perspectiva da reforma agrária. O objetivo foi entender como os sujeitos aderem à luta, de que forma assumem essa identidade de sem-terra, o que relegam, na prática, para essa inserção e quais as dificuldades encontradas.

Priorizei também, neste capítulo, demonstrar como as distintas concepções de luta apresentadas pelos diferentes mediadores que atuam nesse processo de luta por um pedaço de chão imprimem diferentes formas de organização, o que interfere diretamente na vida dos sujeitos acampados, nas formas de sobrevivência e nas experiências cotidianas vivenciadas nesse espaço.

Para tal análise faço uso de publicações, fotografias, reportagens, alguns registros dos mediadores, mas principalmente das entrevistas feitas com trabalhadores sem-terra, que são os sujeitos históricos desse processo.

O capítulo quatro concentra-se na narrativa do cotidiano dos acampamentos. Entender os mecanismos de funcionamento, as estratégias de sobrevivência, as experiências vivenciadas e as formas de luta travada por esses sujeitos para se manterem nesse espaço/tempo são os principais objetivos. Trabalhei a experiência da vida sobre o barraco desde o período da ocupação, as estruturas, organizações e estratégias de lutas travadas por esses sujeitos, não só para chegarem à terra, mas também para se manterem acampados.

O centro das discussões e da narrativa desse capítulo foi o acampamento Oito de Março, uma vez que, dos três analisados, foi este o que apresentou maior número de famílias, as quais foram assentadas em diferentes áreas. Tal situação gerou mais elementos de análise e fontes acessíveis, contudo, esse estudo foi enriquecido com dados evidenciados nos outros acampamentos e as especificidades existentes entre esses três

casos analisados foram apresentadas sempre que necessário, muito embora o objetivo não seja em apresentar um quadro comparativo.

Para a composição desse capítulo foram utilizadas entrevistas, fotografias e reportagens de jornais, mas foram também indispensáveis os elementos aprendidos pela observação.

## **CAPITULO I:**

### **A TERRA E OS SEM-TERRAS NO MATO GROSSO DO SUL: MIGRAÇÃO E TRABALHO.**

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

(José de Souza Martins, 1991, p. 55)

## 1.1 Terra e (falta de) trabalho: a “sociedade descartável”

*Da primeira vez em que me assassinaram  
Perdi um jeito de sorrir que eu tinha...  
Depois, de cada vez que me mataram,  
Foram levando qualquer coisa minha...*

*(Mário Quintana, Da Primeira Vez - parte)*

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta um grande contingente de trabalhadores sem-terra acampados às margens das estradas, sob barracos de lona, mantendo por vários anos os maiores índices de ocupações e pessoal acampado do país, segundo dados da Ouvidoria Agrária Nacional. O elevado número de trabalhadores sem-terra no estado está relacionado a vários fatores, entre eles, a migração de trabalhadores pobres em busca de terra e/ou trabalho, a concentração agrária, a automação do trabalho desenvolvido nas últimas décadas e as inúmeras políticas públicas de incentivo às empresas rurais.

O problema da exclusão social vem se agravando nas últimas décadas, isso por que o processo de inclusão é cada vez mais demorado. Em momentos históricos anteriores, os camponeses eram excluídos da terra e logo absorvidos pela indústria, hoje, esse processo é mais lento e os meios de inclusão, muitas vezes, ainda mais degradantes. O processo de exclusão desenvolvido na sociedade moderna está gerando uma *grande massa de população sobrando*, que tem poucas chances de ser reincluída de forma digna dentro dos padrões atuais de desenvolvimento (MARTINS, 1997b, p. 32-33).

Os sujeitos sociais envolvidos nos processos de mobilizações sociais de luta pela terra carregam consigo uma história de peregrinação, de buscas, de desencontros, de faltas, de gostos e desgostos em suas relações com a terra, com as relações sociais nela estabelecidas, com as relações de trabalho a qual foram submetidos ao longo da vida e, sobretudo, pela falta de terra para trabalho.

Após um olhar mais acurado surge a indagação: quem são esses sujeitos? Vê-se que são trabalhadores de alguma forma descartados das velhas relações de trabalho no campo. Se esses trabalhadores possuem diferenças entre si, possuem também semelhanças, entre elas a de estarem à margem da sociedade e de serem vítimas de processos de desenraizamento e expulsão de trabalhadores da terra, o que tornou-se uma forma clássica de exclusão dentro do sistema capitalista.

Fruto de um processo histórico de longa data, a evidência da questão agrária enquanto questão social passou por momentos de intensificação nas últimas décadas do século XX, em virtude do processo de automação do trabalho no campo desencadeado a partir de 1970 e intensificado na última década do século com a inserção da política neoliberal. A mecanização e o *desenvolvimento* das técnicas e dos mecanismos de produção no campo aceleraram o processo de movimento de êxodo rural desencadeado ao longo dos anos de 1970 e que persistiu e intensificou-se até o final do século.

Essa política de desenvolvimento econômico no campo, que objetivava o aumento da produção e da produtividade agrícola, extrativa e agroindustrial, iniciada durante o período do regime militar, desencadeou um processo de exclusão do trabalhador rural. Os efeitos do uso tecnológico em detrimento ao trabalho humano deram origem ao que Martins denominou de uma “sociedade descartável”, um fenômeno que criou miséria, marginalidade e fez emergir uma “nova desigualdade”<sup>7</sup>.

Os princípios de modernização do mundo rural foram plenamente assegurados pelo Estatuto da Terra, promulgado em 1964, e outros decretos-leis promulgados para regulamentar o trabalho no campo e a utilização das terras rurais, como a Lei n.5.889, de 1973 e a Lei n.6.019, de 1978. Entre outros aspectos, essas leis criadas durante o regime militar, analisa Silva, buscaram assegurar o poder político dos proprietários rurais, conter a organização política dos trabalhadores a despeito de evitar a constituição dessas classes como força social. A substituição do termo “trabalhadores rurais” pelo de “empregados rurais” apontava as deliberadas intenções de transformar o campo em grandes empresas rurais, substituindo as velhas relações de trabalho nele estabelecido (1999, p. 65-66).

Isto não significa que o processo de dominação-exploração não tenha existido antes. O que ocorreu foi uma mudança nas relações sociais, no interior da dominação capitalista. Os antigos coronéis e fazendeiros foram substituídos pelos usineiros e fazendeiros via novos mediadores, sob a égide do Estado e dos aparatos jurídicos (SILVA, 1999, p. 18-19).

No então estado de Mato Grosso, a política de créditos agrícolas e incentivos fiscais acelerou o processo de consolidação do modelo desenvolvimentista baseado na monocultura de soja e na criação de gado de corte. Com ainda grandes extensões de terras cobertas por matas nativas, em idos dos anos de 1970, esse processo atraiu ao estado, tanto capitalistas, que compravam vastas extensões de terras a baixo custo, quanto trabalhadores rurais *sem terra* e descapitalizados.

---

<sup>7</sup> Segundo Martins, todos estão de alguma forma inseridos no contexto social e econômico, mesmo que de forma precária, e esta inclusão precária gera uma nova desigualdade. Assunto tratado sobretudo em Travessias, 2003 e Exclusão Social e a Nova Desigualdade, 1997.

A emergência de um *padrão* de ocupação de terras e formação de estabelecimentos rurais, sobretudo a partir de 1970, mostra a forma com que o capital foi *encontrando seu espaço* em terras sul-mato-grossenses, estruturando-se em unidades de produção capitalista em prejuízo da forma camponesa de produção, que embora diminuta, ainda permanece presente nos campos sul-mato-grossenses (QUEIROZ, 1998, p. 38-39).

Ao mesmo tempo em que essa *modernização* provocou um processo de atração desses trabalhadores, ela ocasionou um posterior processo de exclusão, tendo em vista que o trabalho braçal de *abertura* de fazendas, desmatamento e destocamento não é uma atividade renovável. Os trabalhadores foram desenraizados porque as grandes propriedades necessitavam de mão-de-obra para a abertura das fazendas, atividade que se encerraria dentro de quatro a cinco anos, causando um processo de exclusão social desse sujeito. Atraídos pela possibilidade de trabalho, esses sujeitos eram excluídos tão logo conseguissem formar as propriedades rurais.

De acordo com um estudo organizado por José Gaziano da Silva, o país perdeu cerca de 1,6 milhões de empregos rurais entre 1990 e 2000, sendo a região centro-oeste a que menos apresentou demanda pela força de trabalho agrícola no país, com sistema de produção baseado em grandes propriedades e altos índices de mecanização. O estado de Mato Grosso do Sul nesse período era responsável por “apenas 0,9% da demanda da força de trabalho agrícola” nacional (2002, p. 10,30-31)

Entre os anos de 1975 e 1995/96, conforme dados do censo agropecuário, no estado de Mato Grosso do Sul o número de trabalhadores empregados no campo foi reduzido em mais de 50 mil, ao mesmo tempo em que a população total do Estado cresceu em quase 600 mil habitantes, conforme tabela a seguir:

**Tabela 1: MS: Pessoal ocupado no campo – população urbana e rural.**

<b>Pessoal ocupado</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995-1996</b>
Pessoal ocupado	257.132	230.983	253.993	202.709
Homens	180.135	178.323	193.702	156.019
Mulheres	76.997	52.660	60.291	46.690
<b>População urbana e rural</b>	<b>1960</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>1996</b>
Urbana	242.088	919.256	1.414,447	1.604,318
Rural	337.564	450.513	365.926	323.516
Total	579.652	1.369,769	1.780,373	1.927,834

Tabela I – Fontes: IBGE, Censos agropecuários e Censos demográficos

Os dados coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) confirmam os relatos de experiências vividas por trabalhadores rurais inseridos em mobilizações sociais no Estado. Percebe-se que os números apresentados pelos últimos censos agropecuários não contradizem a situação vivenciada pelos trabalhadores rurais, que passaram por processos de expropriação e de exclusão acentuados no período de *modernização conservadora*, quando as grandes propriedades direcionaram sua produção à monocultura de grãos para exportação, produção de cana-de-açúcar ou mesmo a criação de gado de corte, atividades caracterizadas pela mecanização ou que requerem pouca mão-de-obra.

Diante desse quadro, o contingente de trabalhadores rurais expropriados do campo é submetido ao trabalho temporário, precário e sem nenhum direito trabalhista (FARIAS, 2002, p. 37). Esses sujeitos, quando excluídos da terra para que o capital pudesse dar à terra outro uso, são absorvidos por essa mesma sociedade de forma marginal, instável e precária:

*A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão (MARTINS, 1997b, p. 32-33). [Grifos no original].*

A falta de trabalho, o trabalho marginal, a negação ao direito da cidadania, e todas as imbricações dessas formas de inclusão cada vez mais precárias impostas pelo sistema capitalista, são histórias recorrentes entre os protagonistas da luta pela reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul. É o que expõe o relato do senhor Dércio, que vive acampado a dez anos, e lembra que na chegada a Mato Grosso do Sul em busca de uma vida mais tranqüila, quando já não conseguia mais trabalho no Paraná, deparou-se com a mesma situação vivenciada na terra de origem:

*Aí nós veio aqui pro Mato Grosso, aí ficamos trabalhando por aí, trabalhei acho que sete anos, aí eu vi que não dava também pra sobreviver, sempre numa situação difícil, né? Você vai, trabalha, trabalha e não consegue nada, fica que nem ta acampado ou talvez até pior (DÉRCIO, Entrevista, 14.12.2005).*

A precariedade do trabalho temporário faz com que esses sujeitos lutem, cotidianamente, pela sobrevivência. Trabalhar incansavelmente e não conseguir nada, nem o suficiente para o sustento familiar, causa dor, mágoa e ressentimentos. Ressentimentos contra a sociedade, contra a vida, contra os patrões latifundiários.

A falta de trabalho no campo, local que garantiria o mínimo de condições de sobrevivência aos trabalhadores rurais, é também expressão de uma modernização que

priorizou a plantação de produtos como soja, milho e cana-de-açúcar e à criação de bois, em detrimento dos produtos alimentícios.

A partir dos anos de 1970, a pecuária – uma das atividades econômicas do Estado desde seu período colonial – fortaleceu-se com a instalação de empresas frigoríficas na região, com o barateamento do transporte e com a possibilidade de preparo da carne bovina para a exportação. Segundo os censos agropecuários, entre os anos de 1975 e 1995, houve um aumento de mais de 120% no número de cabeças de gado, enquanto a área destinada à pastagem subiu de pouco mais de cinco milhões de ha para mais de 15 milhões de ha.

Em 1995, o Estado possuía 31 milhões de ha de área rural, dos quais apenas 1.383 milhão de ha (4,47%) era destinado à produção agrícola, e nestes, em sua maioria, eram cultivados grãos para exportação, enquanto mais de 21 milhões de ha (70%) eram ocupados com pastagens destinadas à criação de gado de corte<sup>9</sup>. O declínio da área destinada à produção agrícola está relacionado a queda do número de pequenas propriedades, o que trás como consequência a redução de culturas *tradicionalmente camponesas*.

**Tabela 2: Censos agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995-1996 - MS**

<b>Condição do produtor, utilização das terras, e tratores</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1996 -1995</b>
Estabelecimentos	57.853	47.943	54.631	49.423
Proprietário*	32.276	33.147	38.485	41.395
Arrendatário**	8.945	5.719	6.511	2.874
Parceiro***	5.904	3.114	2.745	458
Ocupante****	10.728	5.963	6.890	4.696
Lavoura Permanente (ha)	65.912	52.526	28.501	16.215
Lavoura temporária(ha)	1.208,715	1.589,475	1.847,459	1.367,496
Pastagem natural(ha)	15.580,241	12.266,007	9.658,224	6.082,778
Pastagem plantadas (ha)	5.213,256	9.068,931	12.144,529	15.727,930
Produtivas não utilizadas (ha)	1.063,020	839.809	583.530	403.943
Área total (ha)	28.692,584	30.743,739	31.108,815	30.942,772
Tratores	12.291	23.162	31.076	36.387

\* próprias (inclusive por usufruto e foro) \*\*arrendadas (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção)\*\*\*parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta); \*\*\*\* ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário).

Tabela 2 – Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

<sup>9</sup>Segundo dados da Secretaria de Estado de Receita e Controle/MS a pecuária é responsável por apenas 8,6% do ICMS arrecadado no estado anualmente (ALMEIDA, 2003, p. 118).

Pelos dados apresentados, vê-se que o número de estabelecimentos rurais caiu de 57.853 mil para pouco mais de 49 mil entre os anos de 1975 a 1995, considerando, ainda, que a área rural ocupada em 1975 era inferior à área ocupada em 1995. A análise desses dados revela as dificuldades de manutenção e estruturação da pequena propriedade. O avanço das empresas rurais subsidiadas por incentivos fiscais e financiamentos governamentais dificultou a manutenção da vida como colono, cujo sistema de produção é caracterizado por pouca ou nenhuma mecanização e baseado na mão-de-obra familiar.

Os relatos em que o “sitinho” da família já não podia sustentar a todos são histórias comuns entre os trabalhadores rurais sem-terra. A falta de terras onde trabalhar faz com que muitos trabalhadores do campo se dirijam às cidades ou aos trabalhos diários em terras de terceiros. É o que se evidencia no relato do assentado Celso, que com a pequena criação de gado que seu pai mantinha, não lhe restava trabalho no sítio, a alternativa foi sair de casa para trabalhos diários e de empreitas em outras terras:

Trabalhava na lavoura, né? De diarista. Roça a gente... O sitinho do meu pai era pequeno, e ele gostava de criar gado, aí não tinha nem aonde ou trabalhar. Então, meu negócio era sair pro... pegar empreita de rancar mandioca, essas coisas. Vivia assim, meio alongado assim (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

Viver “alongado” em terras de outrem era a forma do senhor Celso se sustentar diante da dificuldade da família. A migração temporária é a saída encontrada por muitos trabalhadores rurais quando a pequena propriedade já não consegue produzir o suficiente para o sustento familiar. Segundo Martins, a migração temporária é muito comum entre filhos de pequenos proprietários, arrendatários, posseiros ou parceiros, que aproveitam períodos de entressafra em suas lavouras para trabalhar em culturas diferentes para outros produtores (1986, p. 47-48).

Esse também é o caso do senhor Antônio, que com mais nove irmãos, sentiu a dificuldade de subsistência nas terras arrendadas em que viveu com seus familiares por dezoito anos:

Na região onde eu morava sempre fomos arrendatário, né? Sempre trabalhei com meu pai, minha mãe e os nove irmão meu. Aí foram casando eles e nós continuamos tocando arrendamento. **Onde?** Em Naviraí. Aí trabalhamos dezoito anos numa área lá. E depois... nós tocava roça e sobrava mão-de-obra, entendeu? Foi ficando ruim de serviço, ruim, ruim, e as vez tinha que andar quatro, cinco, km pra pegar uma diária de serviço na época (ANTÔNIO B., Entrevista, 22.04.2006).

A falta de trabalho, que muitas vezes expulsa filhos de pequenos proprietários da terra, também os obriga, em muitos casos, após o casamento, a permanecerem vivendo como agregados no sítio dos pais, situação que logo se torna inviável, já que, com o

nascimento dos netos, a renda da pequena propriedade se torna insuficiente para a sobrevivência de todos. Essa é a situação apresentada no depoimento de dona Rosana, que hoje é assentada, mas que após o casamento, viveu com seu esposo no sítio do pai e diante das dificuldades financeiras, mudou-se com a família para as terras do sogro, onde novamente passaram a viver de favores e com muita dificuldade:

Olha, eu e meu marido mesmo, não tínhamos renda nenhuma, e no caso era minha sogra que recebia o leite e daí ela que fazia compra, a gente tava assim... comendo lá... Que antes eu morava junto com meu pai, e meu pai também não tinha renda nenhuma, que ele mexia só com lavoura não tinha gado. Nós sofremos bastante, nós fomos assim, uma família muito humilde, com muita dificuldade, na casa do meu pai... (ROSANA, Entrevista, 10.10.2005).

O mesmo é evidenciado na fala de uma outra assentada, Leonice, que na iminência de ter que deixar a casa dos pais, descarta a possibilidade de vida na cidade e decide lutar por um pedaço de terra:

Meus pais era assentado na Gleba Nova Esperança, município de Jatei, perto de Novo Horizonte. Antes de eu entrá pra luta eu morava com meus pais lá. Aí eu vi que a terra não deu, que eu tava crescendo e precisava de terra e queira ou não, amanhã ou depois eu ia construir uma família, tinha que lutar por mim (LEONICE, Entrevista, 14.12.2005).

Os relatos de pobreza em que viviam na pequena propriedade dos pais, da terras de arrendamento que estavam cada dia mais limitadas, e até mesmo da dificuldade em encontrar trabalho diário em outras lavouras, são lembranças presentes na memória dos sujeitos inseridos nos processos de mobilizações sociais. É sabido, no entanto, que não se trata de casos isolados, mas que essa conjuntura faz parte de um processo histórico do qual a força de trabalho humana fora substituída pela mecanização. Entre os anos de 1975 a 1995, o número de tratores dos campos sul-mato-grossenses subiu em quase 300% e eles, segundo Queiroz, estavam concentrados em apenas 30% dos estabelecimentos rurais do Estado (1998, p. 34).

Outros dados estatísticos permitem aferir tais situações. Com exceção dos proprietários, todas as categorias de formas de apropriação da terra apresentam queda ao longo dos anos; as terras para arrendamento e trabalho em regime de parceira são reduzidas consideravelmente, assim como o número de trabalhadores empregados no campo. Essas são realidades facilmente perceptíveis nas histórias de vida narradas por trabalhadores acampados e trabalhadores rurais assentados por processos de mobilização social.

Dona Teresinha, que também vivenciou o processo de luta pela terra e hoje encontra-se assentada, fala de como viveu a vida toda em terras arrendadas, mas que chegou um momento em que “o pessoal não queria mais arrendar”. A perspectiva de

permanência no campo foi sendo sorrateiramente destruída, uma vez que as pastagens se formavam e a mecanização passou a possibilitar um aumento ainda maior da área cultivada pelos grandes fazendeiros:

Nós trabalhávamos de arrendatário, era arrendatário, a gente arrendava um pedacinho de terra pra tocar. Né? Que sempre a gente gostou de lavoura, de roça, aí a gente foi trabalhando, trabalhando e chegou uma data que as crianças ficaram no ponto de estudar um estudo mais avançado, a gente não conseguiu mais morar no sítio também por falta de terra pra arrendar. O pessoal já não queria mais ta arrendando (TERESINHA, Entrevista, 21.04.2006).

A falta de emprego no campo, associada à inexistência de pequenas propriedades para arrendamento, forçou um processo de êxodo do campo para a cidade. Em 1960, mais da metade da população do estado (58,24%) residia na zona rural, ao passo que em três décadas e meia, essa população representa apenas 16,78%, contra 84,08% da urbana (ver tabela 1). Esses números assumem dimensões ainda mais agravantes se considerarmos que as últimas décadas do século XX foram momentos de extrema seletividade do mercado de trabalho, especialmente os anos de 1990, com a inserção política neoliberal e uma maior automação do trabalho.

A dificuldade em ter que viver na cidade sendo “bicho do mato” (na expressão do senhor Antônio, um desses personagens) fez com que muitos desses sujeitos se submetessem ao trabalho esporádico nas zonas rurais (bóias-frias), tarefa caracterizada pela exploração do trabalho, sem nenhum vínculo empregatício e direitos trabalhistas. Dona Teresinha fala das dificuldades que passou com a família ao se mudar para a cidade, quando não mais conseguiram terras para arrendamento:

A gente passou a... mudou pra cidade. Aí fomos trabalhar em serraria, de serraria meu esposo arrumou um serviço na cidade, e eu sempre trabalhei de doméstica, depois de doméstica trabalhei num clube de danças. [...] e meu esposo sempre desempregado, porque ele não tem nenhum grau de escolaridade, ele mal assina o nome dele. Não tem estudo e foi difícil o serviço pra ele. Enquanto tinha serviço de serraria, essas coisas, tinha até emprego pra ele, depois passou a viver de bóia-fria. Aí, trabalhava um dia, passava uma semana sem trabalhar, o dia que chovia não tinha serviço. E aí a vida foi ficando cada vez mais complicada (TERESINHA, Entrevista, 21.04.2006).

O aumento do êxodo rural para as cidades é expressão de um processo de expropriação vivido por esses sujeitos, que, expulsos do campo, passam a exercer as mais degradantes tarefas. Diante da situação à qual estão expostos nas cidades, esses sujeitos são facilmente aliciados a exercerem trabalhos caracterizados pela precarização e degradação do homem, entre elas, atividades em serrarias, usinas e carvoarias.

O campo foi o lugar em que muitos trabalharam grande parte da vida, muitas vezes reproduzindo a vida e os valores camponeses herdados dos pais. Trata-se do espaço

em que aprenderam a viver e a trabalhar e que, em decorrência de processos alheios as suas vontades, são obrigados a deixar:

[...] Resta-lhes a cidade, lugar que não tem a sua marca, não trás suas histórias de vida, cujo espaço não foi por eles e nem para eles construído. Resta-lhes, também, a força de trabalho, acompanhada, porém, de uma inexperiência que muitas vezes leva-os a executar tarefas “sobrantes”. São sobrantes neste sistema capitalista, que vai acumulando tudo, destruindo a vida, alastrando a fome e a miséria (FARIAS, 1997, p. 100) [Aspas no original].

Dona Lurdes, que a oito anos vê o marido na espera por um lote de terras, fala ressentida de como gostaria de que essas terras já tivessem saído para poder levar o filho para o campo. Dona Lurdes conta que criou os filhos na roça, trabalhavam de arrendatários em Naviraí, quando já não conseguiram mais arrendar terras para trabalhar, o esposo passou a cultivar lavoura em uma ilha do rio Paraná, de onde saiu para acampar.

Eu fui criada na fazenda, criei meus filho até uns bons anos na fazenda, longe das violência, né? Até poco que eu tinha meu rapaz solteiro que tava dentro de casa aí, eu tinha muuuita vontade que saísse essas terras, mais rápido, ligero possível, menina, pra nois i embora pro sítio [...] Criei meus filho no sítio. Arrendamento. Nos moremo em Naviraí, num arrendamento do japonês, lá. Era muito bom. A gente trabalhava pro outros mais tinha sempre feijão, arroz... (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

O que se pode inferir das entrevistas coletadas é o medo em relação aos riscos que a cidade oferece, como por exemplo, as drogas, a bebida e o aliciamento à marginalidade. São sentimentos que se misturam ao desejo de educação escolar para os filhos, o qual se torna ainda mais difícil na zona rural. Para aquele sujeito que não tem mais possibilidade de trabalho no campo, resta-lhe não a cidade como um todo, mas a periferia dela, as favelas, os subúrbios.

O processo de êxodo rural marca também a formação, no estado de Mato Grosso do Sul, de um contingente de trabalhadores que, sem alternativa de emprego, passaram a efetuar trabalhos diários e temporários em fazendas, sem vínculo empregatício, os chamados *bóias-frias*. Segundo Silva, essa categoria de trabalhadores teve sua gênese na década de 1970, especialmente a partir da Lei nº 6.019, de 1978, que legitimou a definição de *empregado rural* e definiu como trabalho eventual, sem nenhum direito trabalhista, aquele com duração de menos de 90 dias:

Surge o "bóia-fria", trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O "bóia-fria" é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomenclatura de "bóia-fria", sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraízam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador (SILVA, 1999, p. 66) [Aspas no original].

As transformações das relações sociais, trabalhistas e culturais com a terra foi um processo que gerou uma população sobrando, “os descartes”, segundo a expressão de Martins (2003); além dos bóias-frias transformou também parte dessa população de trabalhadores rurais em desempregados, andarilhos, peões-do-trecho, processo chamado por Silva de “processo de acumulação primitiva de proletários” (1999, p. 72).

Segundo Queiroz, como expressão desse processo de dizimação do campesinato no final do século XX, pode-se observar uma multiplicação de favelas nas periferias de todos os núcleos urbanos de maior importância do Estado (1998, p. 38). O crescimento populacional que o estado de Mato Grosso do Sul apresentou nas últimas três décadas do século XX direcionou-se, sobretudo, às áreas urbanas, que, sem ofertas de empregos e serviços sociais que atendessem a essas demandas, gerou uma multidão de trabalhadores subempregados, com dificuldades de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação, por exemplo.

Dona Teresinha, um desses tantos personagens, continua a descrever sua história, agora não mais como arrendatária, mas como sujeito marginalizado no meio urbano. O repúdio à favela e ao espaço urbano desnuda uma vida baseada em valores tipicamente camponeses, é como se ela não se sentisse parte daquele todo. O sonho de liberdade é contraposto às drogas, à bebida alcoólica, à criminalidade, enquanto o ideal de uma vida farta é limitado pela fome e pelo desemprego:

Nós morava numa favela, que até hoje ainda tem a favela lá no município de Ivinhema. Então, a gente começou a se ver... não encontrava mais uma diária, não tinha mais serviço, e as pessoas começaram a passar fome. [...] que na cidade eu num tinha como dar liberdade pro meus filhos, a gente morava numa favela, você sabe, você sai daqui... daqui... daqui até a dez metros, 15 metros, lá na frente tem um oferecendo droga, tem um oferecendo coisa ao roubo, convidado pra roubar. Você sabe que em favela tem essas coisas, oferecendo um cigarro, oferecendo uma cachaça (TERESINHA, Entrevista, 21.04.2006).

Também revelando a opção pela vida no campo, outra entrevistada discute as dificuldades econômicas que trabalhadores do campo enfrentam ao saírem do sítio para viver nos centros urbanos:

[...] hoje em dia tanto na cidade quanto no campo tá difícil, né? Mas pra quem é acostumado a trabalhar na roça, na área rural, e vem pra cidade, é uma diferença muito grande, né? Por que na cidade tudo você tem que comprar, no sítio a gente tem essa vantagem que a gente pode produzir, né? É melhor você ter um salário lá no sítio do que você ter três aqui na cidade (NAIR, Entrevista, 13.12.2005).

São dificuldades não só financeiras, mas que envolvem questões simbólicas, como a de conviver com a falta de produtos que poderiam estar produzindo; situações que não raro causam desconforto e frustração. Essas lembranças são também carregadas de

idealizações do passado, quando as dificuldades do presente são postas como empecilho, o passado se mostra mais doce.

A falta de trabalho na cidade e o problema habitacional são grandes preocupações da vida de dona Lurdes. Consciente de que políticas públicas deveriam buscar soluções para os problemas sociais do país, dona Lurdes chama a atenção para a falta de trabalho e de habitação enfrentadas nos centros urbanos por trabalhadores pobres:

Eu gostaria muito que o governo tomasse uma decisão sobre isso aí. Você procura uma casa de aluguel na cidade você não acha, você caça serviço na cidade você não acha. Até uma lavagem de roupa é difícil na cidade. Se você mora em cima do que é da gente, se é 4 alqueires, 6 alqueires, mais sabe que é da gente. Você vai mora ali, ninguém nunca vai dizer que você vai te pagar o aluguel hoje, né? Ou vai te que saí porque não pagou o mês passado (LURDES, Entrevista, 20.07.2006).

Para muitos trabalhadores rurais, a luta pela manutenção da vida na terra foi, ao longo de suas histórias, sendo sorrateiramente destruída. Viver fora do campo, “sem terra”, desempregados, tendo que se voltar ao trabalho esporádico nas lavouras, morar nos subúrbios, e sobretudo, viver com a falta de trabalho e de moradia, são fatores que levaram muitos trabalhadores a lançarem-se na luta pela terra em busca da recriação de suas histórias.

Os quadros estatísticos, mesmo que sumariamente, apresentam os efeitos dessa transformação, não só com relação à questão agrária e agrícola, mas da própria relação entre o homem, a terra e o trabalho. Associado à expansão da pecuária, à mecanização agrícola, ao fechamento de terras para arrendamento e as crescentes correntes migratórias desencadeadas desde meados do século XX, temos em fins do século e início do século XXI a emergência das mobilizações sociais de luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul.

## **1.2 Em busca de um lugar**

Minha vida é andar  
Por esse país  
Pra ver se um dia  
Descanso feliz  
Guardando as recordações  
Das terras por onde passei  
Andando pelos sertões  
E dos amigos que lá deixei.  
(Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil)

Eu tava cansado, né? Com 40 e pouco anos, que tava cansado de ficar andando e não ter nada pra mim. Eu falei: “Eu vou arrumar um local pra mim fixar. Fixar ter minha moradia”. *Por que eu nem sabia onde eu morava, de repente eu tava aqui, de repente eu tava lá* (CELSO, Entrevista, 14.12.2005).

O sul do Estado de Mato Grosso do Sul é uma região onde as especificidades fronteiriças são marcadas pela mobilidade dos sujeitos sociais, em especial, entre três espaços: Paraguai, o oeste do Paraná e o sul de Mato Grosso do Sul. A busca por um pedaço de chão onde se firmar é o caminho tecido por muitos trabalhadores que se vêm sem alternativa de trabalho em sua terra de origem. A insistência na vida como trabalhador rural e a necessidade de sobrevivência exigem constante mobilidade na busca por novas terras, novas empreitas e novas áreas de arrendamento. Entre os trabalhadores rurais sem-terra envolvidos em mobilizações sociais, as referências à migração são histórias que se repetem.

Os trabalhadores rurais sem-terra acampados, ou ex-acampados, no sul de Mato Grosso do Sul, destinaram-se às ocupações de terra a partir desses três espaços (Mato Grosso do Sul, oeste paranaense e Paraguai), mas esses sujeitos têm origens diversas: o Paraná como um todo, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e o nordeste brasileiro são as referências mais comuns.

Uma das principais características da frente de ocupação, vivenciada no Estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1960 e 1970, foi a concentração agrária, que acabou trazendo a necessidade de reprodução da classe trabalhadora rural sem lhe permitir o acesso a terra, uma vez que esses trabalhadores não eram proprietários, e sim arrendatários, meeiros, peões<sup>10</sup> que tiveram acesso limitado à terra (FABRINI, 1995, p. 72).

A colonização dirigida, desenvolvida a partir dos anos de 1970, concedia grandes glebas de terra à empresas privadas, sob créditos subsidiados a juros irrisórios, incentivando a formação de grandes empresas rurais na fronteira. Assim, ao mesmo tempo em que essas empresas necessitavam de mão-de-obra de trabalhadores rurais, elas cercaram as terras, dificultando a existência de pequenas propriedades. Como consequência desse processo de *modernização conservadora* no campo, vê-se uma transformação nas relações de trabalho e na própria relação do homem com a terra.

---

<sup>10</sup> Definição usual para a pessoa que lida com gado, mas que se generalizou para todos os empregados por empreitada (ALBANEZ, 2003, p. 151).

Foi, portanto, esse quadro de expansão do capital e de busca de mão-de-obra que viesse a suprir as necessidades da grande empresa rural, que impulsionou à vinda de trabalhadores sem-terra ao estado de Mato Grosso do Sul. Homens que foram usados na limpeza das fazendas, peões, arrendatários, meeiros, e que logo se viram sem alternativa de trabalho. Famílias pobres que buscavam uma terra para se firmar e que novamente as circunstâncias lhes faziam migrar de uma terra a outra.

Segundo Roesler e Cesconeto “as migrações dizem respeito a um fenômeno universal” e é também um fenômeno estrutural, fruto de uma sociedade de fronteiras cada vez mais franqueadas e “das estruturas de pobreza e violência mantidas ou criadas por essa nossa sociedade”. O impulso às migrações está relacionado a estratégias de desenvolvimento, assim como a uma expectativa de melhores condições de trabalho e a busca pela manutenção de um determinado modo de vida (2004, p. 1-2).

Os impulsos migratórios que *lato sensu* estão relacionados a questões econômicas e políticas, são também, visto a partir de cada família, causadores de uma degradação sócio-cultural. Segundo Martins, as migrações não acontecem sem efeitos devastadores na vida desses sujeitos; laços de amizade, parentescos e uma vida de sociabilidades são rompidos. Além de evidenciar dificuldades de sobrevivência nas áreas de origem, esses processos impõem ao sujeito uma “vida nômade”, o que empobrece sua vida social (1997, p. 42).

Entre trabalhadores rurais sem-terra acampados no sul de Mato Grosso do Sul, e muitos trabalhadores já assentados em decorrência de processos de mobilização social, são comuns as histórias de migrações, em especial a referência ao estado do Paraná. A ocupação da fronteira pioneira no Estado do Paraná ocorreu sob a concessão de grandes glebas de terras em áreas pouco povoadas, favorecendo o fortalecimento de grandes empresas estrangeiras que exploraram de forma predatória as matas e os ervais nativos. Esse processo colonizador, subsidiado e intermediado pelo Estado, dificultou uma distribuição de terras a colonos que possibilitassem a formação de pequenas propriedades (FOWERAKER, 1982, p. 66-67)<sup>11</sup>.

Corroborando esse modelo centralizador de colonização, a modernização agrícola de idos dos anos 1970 acelerou o processo de êxodo rural dessas áreas, direcionando-as às fronteiras agrícolas do Brasil. No contexto específico desta discussão,

---

<sup>11</sup> De acordo com dados do Censo Demográfico, no Estado do Paraná a população rural residente caiu de 4.425.490 pessoas para 2.440.000, no período de 1970-1995, o que significa um decréscimo de 45%, quase a metade da população rural (SILVA, 1999, p. 69).

esse processo gerou uma migração de trabalhadores rurais do oeste do Paraná ao sul de Mato Grosso do Sul e também ao Paraguai. Esse curso migratório é também evidente nos relatos analisados:

Eu nasci em Paranaíba no Paraná, e de Paranaíba mudei pra Ivinhema, fica aqui próximo, pra lá de Naviraí, e de lá que eu vim pra ocupação aqui em Itaquiraí (LÍDIO, Entrevista, 13.12.2005).

Eu nasci em Ubirajara, no Estado de São Paulo. De lá eu vim para o Paraguai, fiquei um tempo no Paraguai, daí a gente veio pra cá. No Paraguai eu morei 22 anos, depois vim pra cá (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.06).

Outra entrevistada, ao ser indagada sobre onde nasceu e onde viveu até chegar a Mato Grosso do Sul, pára, pensa e responde com exclamação: “Vichi! Eu nasci em Minas Gerais. De lá viemos pro Paraná, né? E do Paraná viemos pro Mato Grosso” [do Sul] (EDINÉIA, Entrevista, 14.12.2005). Já dona Eleonora, sem saber precisar por quantos lugares passou até se mudar para o acampamento Laguna Peru, diz que “*Vim vindo, vindo e vim pra cá. Nasci no Rio Visita no Estado do Paraná. De lá eu vim, vindo e vim pra...*” (Eleonora, Entrevista, 11.10.06).

Assim como nos relatos proferidos, as histórias de migração e desenraizamento são histórias que se repetem e que marcam um processo histórico que ocorre de forma acentuada no Brasil: o direcionamento de correntes migratórias por incentivos governamentais.

A recordação de Dona Eleonora de que “veio vindo” até chegar ao acampamento onde mora, na BR-163 estrada que liga o município de Itaquiraí a Eldorado, revela a vida *nômade* levada por esses sujeitos, que muitas vezes limita-os até mesmo de saber por quantas cidades passaram para chegar até onde estão, situação que revela a degradação da vida social e cultural que marca a vida e a memória desses sujeitos.

Na luta pela sobrevivência muitos desses trabalhadores passaram a peregrinar na busca por terra e trabalho. É o caso do senhor Dércio, que veio a Mato Grosso do Sul a procura de trabalho e logo se integrou a processos de mobilização de luta pela terra. Acampado há nove anos na beira da estrada, esperando um pedaço de terra, senhor Dércio relembra da falta de trabalho no Paraná, onde as fazendas se formaram primeiro, o que fez com que deixasse o sítio dos pais após o casamento e se remetesse às terras sul-mato-grossenses:

Eu nasci na região de Umuarama, em Alto Paraíso, aqui no Paraná, aqui. Aí trabalhei muito tempo lá, trabalhei em torno de uns 20 ano, mais ou menos. Com sete ano eu comecei trabalhar. Aí fomo trabalhando, aí vim que não dava, né?

*tava solto de serviço*, e tal. Morava no sítio [...] Aí em 90 (eu casei em 89), aí em 90 nós veio aqui pro Mato Grosso. [...] (DÉRCIO, Entrevista, 14.12.2005).

“Tava solto de serviço”. Com essa expressão o senhor Dércio traduz o esgotamento do trabalho como diarista e bóia-fria no estado do Paraná, situação também vivenciada, anos depois, pelos trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul, como expressão do processo de *modernização conservadora* do campo, quando muitos fazendeiros absenteístas foram incentivados a transformar seus latifúndios em grandes empresas rurais.

É historicamente conhecida no Estado de Mato Grosso do Sul e nas regiões vizinhas, uma forma de parceria em que o proprietário legal da terra a concede a outra pessoa, por um período de aproximadamente três anos, para derrubada das matas e abertura de pastagens, uma forma do proprietário capitalista *abrir* sua fazenda sem grandes investimentos econômicos. Sabe-se que essa foi uma prática largamente utilizada nessa região. Uma atividade que desvincula o homem da terra, uma vez que sua permanência nela é temporária e passageira, já que dentro de três a cinco anos essas famílias são obrigadas a buscar novas terras para desmatarem e destocarem. Essa foi uma tarefa realizada também por peões imigrantes paraguaios, que passaram a se dedicar ao trabalho temporário com o fim da atividade ervateira, e ainda realizada por famílias pobres oriundas do estado de São Paulo, Paraná e do nordeste brasileiro.

Além da referência ao Paraná e ao interior de São Paulo, destaca-se também a presença de nordestinos que, principalmente a partir dos anos de 1940, são incentivados por projetos de colonização a migrarem rumo ao sul do país. Esses colonos atendiam a demanda de força de trabalho necessária à reprodução do latifúndio. Antes de chegarem ao atual estado de Mato Grosso do Sul, grande parte desses migrantes tiveram experiências de trabalhos em estados como Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Segundo Albanez, um grande contingente de retirantes nordestinos, após trabalharem em terras paulistas e paranaenses, acomodava-se em áreas ribeirinhas do Rio Paraná e logo atravessava o rio para se alojar em terras sul-mato-grossenses (2003, p. 49). Esse processo migratório também é evidenciado por outros autores:

Dos anos de 1930, em diante, a origem dos trabalhadores que se destinavam aos campos do Pontal do Paranapanema *amplia-se para outras regiões*, divisas com o Pontal do Paranapanema, *como o sul do antigo Mato Grosso e o Paraná*, bem como por trabalhadores oriundos do Nordeste, especialmente nos anos 50 e 60, expulsos pelas condições de vida e de trabalho em sua terra natal, atraídos, então, pelos novos arrendamentos e pela estrada de ferro que viria a cortar as reservas naturais da região (BORGES, 2004, p. 84).

Na busca por um pedaço de terra, esses trabalhadores defrontaram-se com uma estrutura agrária latifundiária e passaram a exercer trabalho como pequenos arrendatários, em regime de parceria nas derrubadas das matas, como peões e como meeiros em terras de terceiros. Não tardaria para que muitos desses trabalhadores se tornassem bóias-frias ou passassem a viver subempregados nas periferias das cidades.

Esse foi o trajeto feito pelo senhor Lídio, nordestino que deixou a Bahia aos 13 anos de idade para trabalhar na estrada de ferro que ligaria os estados de Minas Gerais e Bahia. De Minas, mudou-se para Campo Mourão, no Paraná, onde passou a cultivar café em terras de terceiros, de onde, novamente, transferiu-se, desta vez, à vizinha república do Paraguai:

E a final vim pra estrada de ferro, tava construindo a estrada de ferro que ligava o estado da Bahia a Minas Gerais, aí eu vim pra estrada de ferro, comecei trabalhar ali e tal [...] Naquele tempo a gente não alvejava muito, não pensava muito o futuro. Como ia se o nosso futuro, né? Então era só no serviço pesado, só no pesado, direto. Aí quando foi... eu fui pra Campo Mourão e peguei um café pra toca e o patrão me explorou demais da conta. Eu já vinha muito revoltado... aí então, isso foi em 56, 57, por aí sabe? Aí o camarada me deu um tombo miserável. Eu toquei a demanda 4 anos, com toda razão, com testemunha e tudo e no fim de quatro anos eu perdi a demanda. Aí eu me revoltei com a situação. Aquele tempo era o tempo do colonato, sabe? O pessoal trabalhava de colono nas fazenda e ali era uma verdadeira escravidão, né? (LÍDIO, Entrevista, 13.12.2005).

Ao narrar sua história de idas e vindas, o senhor Lídio se assemelha a milhares de nordestinos, retirantes, que antes de chegarem ao atual estado de Mato Grosso do Sul trilharam uma história de lutas pela sobrevivência em outros estados. O desenraizamento vivido por seu Lídio explicita um movimento histórico vivido pelos pobres em busca de terra, trabalho e dignidade.

Além dos trabalhadores que viveram os cursos migratórios das frentes de ocupação de idos dos anos 1970, destaca-se também entre os trabalhadores rurais sem-terra inseridos em processos de mobilização social do sul de Mato Grosso Sul, um contingente de trabalhadores com experiência de trabalho no Paraná, paranaenses ou não, que migrou ao Mato Grosso do Sul já a partir da década de 1990, para se inserirem nas mobilizações sociais de luta pela terra.

Com um número relativamente considerável de assentamentos rurais, e uma forte organização em torno da luta pela terra, o sul de Mato Grosso do sul acabou se tornando referência de luta pela terra nas regiões vizinhas, o que vem atraindo esses trabalhadores.

Ah, nós resolvemo vim pra cá, porque todo mundo falando né? Que as vezes tando aqui nós consegue um pedaço de terra né? Pra gente trabalha. Que a gente que tem essa filharada precisa mesmo né? Algo de bom a gente precisa (ELEONORA, Entrevista, 11.10.2006).

Porque nós resolvimo vim? Porque já tinha uns que era colega nosso, já tinham vindo antes, né? Daí depois, eles pegaram e... daí começaram falar que era bem melhor a gente vim pra cá e daí foi onde que nós viemo vindo tamém, e tamo até o dia de hoje aqui (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Com a indicação de um amigo, de um vizinho, ou mesmo de uma vaga notícia que corre sem referências e sem nenhuma concretude, esses sujeitos se deslocam de uma região à outra em busca de “algo de bom”. Essa esperança que brota tão vagamente é reveladora de uma incerteza na vida, desnuda uma situação social de marginalidade e de desesperança de construção da vida por outros meios.

Pode-se dizer que o processo de atração de trabalhadores rurais sem terra para o extremo sul do estado de Mato Grosso do Sul não aconteceu somente em decorrência das correntes migratórias de idos dos anos de 1940, com as colônias agrícolas, nem mesmo com o processo de abertura das grandes propriedades a partir dos anos de 1970. O que se pode inferir das pesquisas realizadas nos acampamentos rurais localizados no extremo sul do estado, é que o curso migratório de trabalhadores pobres paranaenses, ou que já tiveram experiência de trabalho no Paraná, mantém-se forte nos anos de 1990. Incentivados pelos projetos de assentamento desenvolvidos no Estado de Mato Grosso do Sul, esses sujeitos, vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes, diante da falta de perspectiva em suas terras de origem, direcionam-se ao Estado já com o propósito de inserir-se em um movimento social de luta pela terra.

### **1.3 Um cenário anunciado: os *brasiguaios* e os atingidos por barragens**

Como a gente é brasileiro, né? A gente queria que a filha da gente estudasse a nossa língua, o português, e também é muito difícil você vive em outro país, né? Você mora lá, vive lá, mas não é de lá, né? Isso é difícil. Então, cada um tem que vive no seu país, senão parece que você não existe né? (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.2005).

O sul de Mato Grosso do Sul é um espaço geográfico que figura como palco de outras questões sociais bastante específicas, como, por exemplo, o fenômeno dos *brasiguaios*<sup>12</sup> e os grupos de ribeirinhos e ilhéus atingidos pelas barragens construídas ao longo do Rio Paraná, sem discutir, no entanto, a questão indígena que também compõe esse cenário de conflitos sociais<sup>13</sup>. Fatores como os que levaram esses brasileiros a emigrarem ao Paraguai, e seu posterior retorno, assim como a mobilidade forçada de ribeirinhos e ilhéus para construção de barragens, são fatores preponderantes para compreender as histórias de vida dos trabalhadores sem-terra analisados, já que muitos mencionam essas experiências ao longo de suas vidas.

O processo de modernização agrícola em terras já colonizadas por processos migratórios anteriores e o deslocamentos de ribeirinhos para a construção de barragens para usinas hidrelétricas, em especial Binacional Itaipu, impulsionaram a emigração de milhares de colonos do sul do país à fronteira agrícola do Paraguai. Atraídos, ainda, pelo baixo preço das terras e pela política desenvolvida pelos governos do Brasil e do Paraguai, milhares de colonos despossuídos, que tinham como meio de sustento apenas sua força de trabalho e também pequenos proprietários, buscaram uma alternativa de sobrevivência no Paraguai. São homens e mulheres que, expropriados e expatriados, emigram em busca de um pedaço de terra, habitualmente conhecidos como *brasiguaios*<sup>14</sup>.

Como expressão de políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro e paraguaio; em princípio representado pelos governos autoritários de Emílio Garrastuza Médici e Alfredo Strossner; esses sujeitos são levados a peregrinarem em busca de terra e de trabalho. Esse desenraizamento ocasionou um problema social evidenciado anos depois com o retorno desses brasileiros.

As dificuldades financeiras e a falta de trabalho associados aos atrativos oferecidos no país vizinho, como terras a preços muito baixos e a facilidade de conseguir trabalho no campo, fez insurgir uma perspectiva de prosperidade nesses trabalhadores, o que impulsionou a emigração. Entre os relatos analisados, a possibilidade de emigração

---

<sup>12</sup> O termo *Brasiguai* é usado para denominar trabalhadores rurais brasileiros que passaram a viver e trabalhar na fronteira agrícola paraguaia. Segundo a CPT, “esses sujeitos não são nem brasileiros nem paraguaios, são brasiguaios”. O termo é ainda um tanto contraditório e parece ter surgido a partir do início do retorno massivo desses trabalhadores, na década de 1980.

<sup>13</sup> Questões específicas relativas ao lago de Itaipu e as sociedades indígenas foram recentemente discutidas por Gisele Deprá: *O Lago de Itaipu e a luta dos Avá-Guarani pela terra: Representações na imprensa do Oeste Do Paraná (1976-2000)*.

<sup>14</sup> As informações referentes a questão dos brasiguaios foram pesquisadas junto a um relatório elaborado pela CPT (Relatório histórico da atuação da CPT junto aos trabalhadores rurais sem terra em MS, s/d) a partir da sistematização de dados de atas, cartas, e documentos da entidade. O Relatório não apresenta um número de paginação seqüente.

para o Paraguai foi evidenciada a partir de difíceis experiências de vida e trabalho no Brasil.

A falta de identificação e o sentimento de despertencimento são, talvez, as maiores dificuldades enfrentadas no país vizinho. Ser reconhecido como o forasteiro, ou o não ser reconhecido como legítimo sujeito pertencente àquele meio, revela o próprio conceito de pertencimento que carrega esse sujeito dentro de um espaço geográfico sem *fronteiras* visivelmente delimitadas.

Nesse contexto, torna-se importante a consideração de Bourdieu de como o poder de delimitar fronteiras pode ser entendido como um ato mágico, o *regere fines*, o ato de “traçar as fronteiras em linhas retas, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro, é um ato *religioso*”, (1989, p. 114). O ato mágico do qual insurge sentimentos de pertencimento está ligado às *representações mentais* que criam as *fronteiras* e estabelecem diferentes identidades regionais ou étnicas:

Porque assim é e porque não há sujeito social que possa ignorá-lo praticamente, as propriedades (objetivamente) simbólicas, mesmo as mais negativas, podem ser utilizadas estrategicamente em função dos interesses materiais e também simbólicos do seu portador (BOURDIEU, 1989, p.112).

Embora esses sujeitos passem por um processo de *hibridação* cultural, pela experiência de vida em outro país, fatores como a linguagem, por exemplo, que muitas vezes é guardada apenas para os momentos íntimos familiares, são fortemente preservados, isso porque as representações mentais são extremamente fortes, mesmo quando as *fronteiras* são *transgredidas*. Para o senhor Antônio, que havia reconstruído sua vida no Paraguai, a entrada da filha na escola e o desejo de manter a tradição da língua de origem foram fatores que determinaram o retorno ao Brasil. “A terra da gente” traduz uma dicotomia entre a terra dos outros. O Paraguai “era bom”, tinha um “emprego bom”, viviam bem, mas não era a “terra da gente”, era terra dos outros, *onde a gente vive, mora, mas não existe*.

É porque no Paraguai nasceu uma... uma única filha que eu tenho, né? Aí quando chegou a hora de por ela na escola então, eu tive que trazer a família pra cá, e aí eu continuei trabalhando sozinho lá, né? Aí chegou um ponto que então a gente teve que volta novamente. A gente como é brasileiro a gente queria que ela estudasse a língua da gente, né? O Português. Então foi isso que aconteceu, a gente trouxe pra cá pro Brasil, a terra da gente (ANTÔNIO, Entrevista, 11.10.2005).

Ao voltarem ao Brasil, primeiro a mulher e a filha e logo o senhor Antônio, que ao decidiu voltar a ser visto como gente (conforme sua fala em epígrafe) também teve

que fazer a difícil escolha entre o trabalho que tinha no Paraguai e o desemprego no Brasil, entre a manutenção financeira da família ou o convívio com ela. Diante desses antagonismos, a saída possível ao senhor Antônio foi a inserção nos movimentos sociais de luta pela terra.

Outro assentado brasiguai, o senhor Lídio, ao ser indagado por que deixou o Brasil, mostrou rancor e tristeza pelas lembranças do tempo em que trabalhou como colono *escravo* no Paraná. Descontente com os “tipos” de reforma agrária que vinha sendo desenvolvidos no país, e pela “revolta” que passou a cultivar pela exploração da qual foi exposto como colono no Paraná, a saída possível foi novamente a migração. Depois de uma história de peregrinação pelo Brasil, emigrou para o Paraguai, onde viveu por 18 anos.

Segundo Batista, os colonos brasileiros passaram a adquirir terras no Paraguai a baixíssimos preços, mediante contratos de compra e venda. Contudo, cerca de 80% deles não possuíam título legal das terras, que era expedido apenas pelo Registro Nacional de la Propiedad, em Assunção. Os títulos concedidos por Departamentos não tinham validade legal, o que impossibilitava os colonos de ter acesso a créditos bancários e, ainda, fez com que muitos deles perdessem o pouco de capital que investiram (1990, p. 59).

No Paraguai, esses trabalhadores sofriam todo tipo de exploração. No momento mais intenso de saída desses brasileiros, o Paraguai vivia sob um controle político e social antidemocrático, que manteve o ditador Alfredo Stroessner no poder por 35 anos (1954-1989). Já no início dos anos 1980, a agricultura no Paraguai começou a sofrer um processo de modernização e expansão das grandes empresas rurais (muitas sob domínio de brasileiros), processo que havia começado no Brasil anos antes. As dificuldades que levaram esses brasileiros a emigrarem também se fizeram sentir em terras paraguaias, o que forçou muitos desses trabalhadores brasileiros a cogitar um possível retorno. A fronteira, em meados dos anos 1980, tornou-se espaço de luta pela terra e passou a receber o movimento migratório de retorno dos brasiguaios, particularmente os municípios de Mundo Novo, Sete Quedas, Naviraí e Eldorado.

O senhor Lídio é um desses personagens. Somente em 1997 voltou ao Brasil, seguindo o caminho trilhado por muitos outros brasileiros: o retorno dos brasiguaios, novamente em busca de terras e trabalho:

Eu já vim direto pra qui, Itaquiraí. Quando eu vim do Paraguai foi justamente no acampamento da Oito de Março, foi que eu vim. Já vim já, e acampamos lá. Aí ficamos na luta, né? Defendendo a terra aí com o pessoal, aí (LÍDIO, Entrevista, 13.12.2005).

A esperança de voltar ao Brasil se fortaleceu com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o lançamento do primeiro Programa Regional de Reforma

Agrária (PRRA), ambos criados em 1985. As novas propostas aguçaram a esperança de um reordenamento da estrutura agrária nacional, não só nos trabalhadores rurais sem-terra, que residiam no Brasil, mas também nos trabalhadores brasiguaios.

Segundo o Relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pelas informações de Batista (1990), as primeiras tentativas de retorno ao Brasil foram organizadas como verdadeiras operações de fuga, pois a saída desses trabalhadores era indesejada tanto pelos fazendeiros, que perderiam grande contingente de mão-de-obra, quanto pela elite política brasileira, que temiam uma conturbação social com um possível retorno massivo desses trabalhadores. Em carta redigida pela Comissão dos Brasiguaios e endereçada ao então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Néelson Ribeiro, esse grupo de trabalhadores dizia temer as forças policiais do Mato Grosso do Sul, que estavam prontas para agir caso eles ameaçassem atravessar a fronteira.

No lado brasileiro da fronteira, esses trabalhadores puderam contar com a atuação da CPT e das Comissões de Sem Terra. A problemática vivenciada por esses trabalhadores já vinha sendo debatida por quase uma década. No ano de 1976, por exemplo, o retorno de brasileiros vivendo em condições de exploração no Paraguai foi assunto do Encontro Regional Extremo Oeste da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em Dourados. Em 1979 foi realizado um levantamento pela paróquia de Mundo Novo que alertava a respeito da necessidade de retorno de camponeses brasileiros que eram explorados e marginalizados no país vizinho.

Esgotados os meios legais de reivindicação de terra junto ao então governador do Estado, Wilson Barbosa Martins (1983-1986), e ao governo federal, a CPT, juntamente com a Comissão Estadual de Sem Terra, decide mudar a estratégia de luta e partir para as ocupações de terra, com o propósito de ganhar visibilidade e chamar a atenção da sociedade para o problema vivenciado por esses trabalhadores. Com esse intuito, a CPT reuniu-se com algumas lideranças de brasiguaios em Mundo Novo e juntos resolveram ocupar áreas de terras devolutas no Estado.

A luta pela terra e pelo retorno ao país de origem fez com que esses sujeitos organizassem novas formas de mobilização. Os rumos tomados nas negociações com o Ministro Nelson Ribeiro, que alegou não poder adotar nenhuma atitude enquanto esses trabalhadores estivessem em terras estrangeiras, corroborou para que esses sujeitos apelassem para os acampamentos, em terras brasileiras, como tática de luta.

Diante dessa alternativa as lideranças dos brasiguaios mobilizaram-se para realizar uma assembléia em Mundo Novo. Reuniram 680 brasiguaios e

decidiram que dentro de trinta dias acampariam naquela cidade para aguardar as providências prometidas pelo Ministro (BATISTA, 1990, p. 109).

Em junho de 1985 acamparam as primeiras famílias de brasiguaios na praça de Mundo Novo. Em poucas semanas estava montada *uma verdadeira cidade de lona*<sup>15</sup>, agrupando aproximadamente 950 famílias, onde permaneceram até dezembro do mesmo ano. Com essa mobilização, os sem-terras conseguiram a desapropriação de parte da fazenda Santa Idalina, no município de Ivinhema, de propriedade da SOMECO (Sociedade de Melhoramento e Colonização) assentando 770 famílias, projeto denominado assentamento Novo Horizonte (hoje município de Novo Horizonte do Sul)<sup>16</sup>.

Em Carta à População, datada de 21.06.1985, os acampados de Mundo Novo tentaram esclarecer seus objetivos, avaliando as dificuldades enfrentadas ao longo da vida:

Fomos obrigados a ir para o Paraguai. A situação no Brasil era difícil. A terra está nas mãos dos latifundiários. Não arredam porque está cheia de capim ou plantada soja. Os fazendeiros tocam a lavoura com máquinas. Não precisam de mão de obra. Fomos obrigados a deixar a terra natal para não viver como bóia-fria. Imigramos para o Paraguai. Lá não foi nada melhor. A luta foi mais dura e mais uma vez fomos expulsos da terra. Agora, da terra do Paraguai (CPT, 1993).

A *cidade de lona* montada em Mundo Novo pelos brasiguaios originou outras lutas e vários acampamentos foram criados por famílias que retornavam do Paraguai. Essas mobilizações receberam a ajuda conjunta da CPT e da Comissão Estadual de Sem Terra até 1985, momento em que essa comissão tornou-se efetivamente o MST, o qual passou a assumir o acompanhamento da luta dos brasiguaios.

Inúmeros acampamentos foram montados exclusivamente por famílias de brasiguaios. Em 1990, segundo o jornal *O Progresso*, cerca de 1800 brasiguaios pretendiam cruzar a fronteira na região de Mundo Novo, quando o Serviço de Informação da Polícia Militar interceptou o movimento a tempo de impedir sua atuação. A ação, após ser repelida pelos policiais, o grupo direcionou-se à fazenda Urtigão, na rodovia que liga Tacuru a Sete Quedas, de onde foram expulsos por 50 policiais após um pedido de reintegração de posse feito pela proprietária (*O Progresso*, 10.08.1990).

Em 1992 mais de 400 famílias *fugiram* do Paraguai e montaram um acampamento em Amambai-MS, exigindo terra para trabalho. Segundo o Relatório da CPT, a situação de abandono no acampamento era tamanha que havia provocado, até 1993, a morte de seis crianças. Em abril de 1995 o jornal *O Progresso* anunciou um bloqueio da

---

<sup>15</sup> Assim ficou conhecido o acampamento de brasiguaios na cidade de Mundo Novo no ano de 1985. Expressão usada por Batista (1990), pela CPT em seus relatórios, e pela imprensa.

<sup>16</sup> Essa propriedade já havia sido reivindicada em 1984 por outra mobilização, uma das primeiras organizadas massivamente com o intuito de pressionar a efetivação de projetos de reforma agrária no Estado (processo de luta que será melhor discutido no capítulo II).

rodovia MS-265 por essas mesmas famílias, as quais receberam, durante o ato, a promessa do INCRA de que seriam assentadas no mês seguinte, contudo, somente em junho de 1997 é que essas pessoas foram realmente assentadas, quando somavam tão somente 34 famílias, das quais cinco não se enquadraram na classificação do INCRA. Das 400 famílias vindas do Paraguai nesse movimento de 1992, apenas 29 delas foram assentadas, em 1997, na fazenda Corona, município de Ponta Porã.

O que se constata, porém, é que o processo de retorno desses trabalhadores continuou por toda a década de 1990. Em grande parte dos acampamentos do sul do Estado pode-se constatar a presença de pessoas que já tiveram experiência de trabalho no Paraguai. A exemplo do senhor Lídio, mais de 150 famílias regressam, em 1997, para participar do acampamento Oito de Março, no município de Itaquiraí, e outras em 1999, para o acampamento Mambaré, em Mundo Novo.

Somado a isso, o extremo sul de Mato Grosso do Sul também foi cenário de outro problema social: as centenas de famílias atingidas pelas barragens das usinas hidrelétricas construídas ao longo do Rio Paraná. Entre elas, a Binacional Itaipu, concluída em 1984, cujo reservatório abrange desde o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu e a usina hidrelétrica de Porto Primavera (hoje hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota), concluída em 1998, cuja barragem abrange a região que vai do município de Três Lagoas ao município de Mundo Novo.

Como expressão de um projeto político e econômico de modernização que teve início ainda nos anos 1960, essas usinas passaram a desapropriar pequenos proprietários, atitude que afetou também os pescadores e os oleiros que viviam e/ou trabalhavam às margens dos rios. Esse fenômeno não está dissociado do fenômeno brasiguaios, uma vez que muitos desses sujeitos desapropriados pelas barragens buscaram refúgio em terras paraguaias.

Segundo Deprá, a falta de informação quanto aos deslocamentos de ribeirinhos foi também marca do processo de construção da Binacional Itaipu; as publicações jornalísticas privilegiavam assuntos que enaltescessem a magnitude da construção, as aspirações de modernidade que obra trazia e seus efeitos econômicos em detrimento às informações de interesse da população ribeirinha que seria expropriada:

Fochezatto acrescenta que, possivelmente, para o poder público quanto mais desinformada estivesse a população, mais fácil seria a sua manipulação. A veiculação de uma propaganda ideológica e o acesso restrito à informação deixou os atingidos à margem do processo de construção da usina e de suas conseqüências junto às questões territoriais [...] (DEPRÁ, 2006, p. 57).

Nota-se, no entanto, que o problema de deslocamentos de ribeirinhos não se findou com o término das construções. No estado de Mato Grosso do Sul, a preocupação com o deslocamento e as possíveis enchentes causadas pelo aumento de vazão das hidrelétricas existentes ao longo do rio Paraná, tornou-se uma constante nas décadas de 1980 e 1990. A diminuição dos peixes foi um agravante aos pescadores, assim como a inundação de terras de argila natural aos oleiros.

Do outro lado do rio, em terras paranaenses, a situação de ribeirinhos e ilhéus foi ainda mais alarmante. A construção da Binacional Itaipu e outras usinas hidrelétricas ao longo do rio removeu inúmeras famílias, ocasionando um movimento migratório, em especial à região lindeira do Paraguai. A emigração que se calculava em 70 mil pessoas, passou de 300 mil, e embora nem todas fossem de origem rural, a grande maioria se assentou nas zonas rurais do Paraguai. No lado brasileiro, a construção intensificou o desenvolvimento regional e tornou-se um fator de atração de correntes migratórias. A cidade de Foz do Iguaçu, que contava com 33.970 habitantes, em 1970, passou a ter 136.320 habitantes dentro de uma década (ROESLER E CESCNETO, 2004, p. 10).

Com a mesma agilidade que as construções de grandes usinas hidrelétricas criam empregos, elas também desempregam. Cria-se uma ilusão quanto a possibilidade de um trabalho, que, logo ao fim das construções, é desfeita, gerando um processo de atração/expulsão, que faz com que esse trabalhador tenha mais uma vez que se mudar em busca de trabalho.

A CPT foi um órgão que esteve presente no encaminhamento das discussões de reassentamentos e/ou indenizações de famílias ribeirinhas e ilhéus, sobretudo da usina hidrelétrica de Porto Primavera, que por vinte anos ameaçou a população ribeirinha sem uma proposta consistente e viável de indenizações e reassentamento<sup>17</sup>. A usina tem a maior barragem do Brasil, com 2.250 km<sup>2</sup>, superando até mesmo a usina de Itaipu, com 1.350 km<sup>2</sup>. Desde o princípio de sua construção, no início dos anos de 1980, as famílias ribeirinhas passaram a viver sob a expectativa de uma provável remoção, projeto que só foi concluído em 1998.

Ainda sem propostas de reassentamento, os moradores das margens do rio Paraná foram atingidos por uma enchente causada pelo aumento da vazão da represa da

---

<sup>17</sup> A CPT possui um vasto arquivo referente a essa luta, com documentos, relatórios, atas e imagens da destruição feita pelas enchentes. A Comissão sempre prestou apoio a ribeirinhos e ilhéus, reivindicando e cobrando medidas justas, principalmente em contraposição à CESP. Em 1998, a CPT divulgou um documento titulado *Verdades e Mentiras de Porto Primavera*, em que critica o custo benefício da usina e a forma com que foram conduzidas as discussões sobre o reassentamento das famílias atingidas.

usina hidrelétrica de Jupiá e de Ilha Solteira. A enchente de 1983 foi a maior já registrada no rio Paraná e atingiu quase toda a extensão do rio em grande parte do ano, o que deixou centenas de famílias desabrigadas.

Diante do quadro de emergência, o que desencadeou um longo processo de luta e reivindicação por parte dos desabrigados, algumas famílias foram direcionadas a reassentamentos, muitos deles provisórios, emergenciais e desprovidos de uma estrutura mínima que viesse a atender as necessidades características de famílias ribeirinhas, entre eles o Projeto Emergencial de Jupiá, com 100 famílias de pescadores (receberam provisoriamente 1 hectare de terra onde viveram até 1993); Projeto Capatazia dos Pescadores, com 70 famílias (criado em 1985, em Guia Lopes da Laguna); assentamento Sucuiu, com 177 famílias (criado em 1985, no município de Chapadão do Sul).

No ano de 1991, as famílias que viviam às margens redefinidas do rio enfrentaram a segunda maior enchente do rio Paraná, que deixou milhares de famílias desabrigadas, principalmente nas cidades de Naviraí, Eldorado e Bataguassu. A perda de casas, lavoura e animais fez com que os prefeitos decretassem situação de emergência. Mais de 200 pessoas desabrigadas foram alojadas em barracas de lona dentro de um campo de futebol, localizado em Porto Caiuás, à 60 km da cidade de Naviraí (*O Progresso*, 17.01.1990). Esses fatos tornaram-se constante à população ribeirinha nos últimos anos, em 1997 a então prefeita do Município de Mundo Novo, Dorcelina Folador, também foi impelida a decretar estado de emergência no município, quando a abertura das comportas das usinas hidrelétricas de Jupiá e Rosana deixaram mais de 50 famílias desabrigadas (*O Progresso*, 19.02.1997).

Dona Lurdes é uma dessas personagens. Em 2006 o marido vivia a oito anos sob o barraco de lona a espera de um lote de terras, decisão tomada após perder toda a plantação de arroz que cultivava em uma ilha do rio Paraná:

Que meu marido tinha perdido tudo lá na ilha, né? Tinha perdido arroz... tudo o que eles planto lá, até as panela perdero com enchente, aí ele resolveu ocupar essa fazenda (Lurdes, Entrevista, 20.07.2006).

O descaso com que foram conduzidas as discussões da construção da barragem da usina de Porto Primavera, com constantes protelações de propostas e omissão de informações por parte da empresa energética, foi tema de protestos, cartas e reivindicações por parte das famílias atingidas e com apoio da CPT regional. As propostas de reassentamento não davam conta de atender das especificidades existentes ao longo do rio.

Segundo Kudlavicz, esses trabalhadores não eram apenas oleiros, ou pescadores, ou pequenos produtores, ou mesmo trabalhadores assalariados, mas sim sujeitos que viviam a partir de várias dessas condições. Obrigá-los a viver de uma só atividade, conforme os projetos de reassentamento, foi condená-los à miséria. A alteração de seu *habitat* trouxe não só prejuízos materiais, mas também acarretou frustrações pessoais indenizáveis. Aos atingidos pela barragem do Porto Primavera, que exerciam trabalho como assalariados e moravam naquela barranca há dez, vinte, trinta anos, foi oferecido como indenização cinco hectares de terra ou vinte salários mínimos (2005, p. 103).

A discussão a respeito dos prejuízos das famílias ribeirinhas atingidas por barragens destinadas à construção de usinas hidrelétricas e de seu reservatório vem de longa data. Tal realização torna-se impossível sem uma reestruturação espacial, esta que traz como consequência a remoção da população que habita a área a ser inundada. O processo de remoção das famílias ribeirinhas do rio Paraná ocasionou um conflito de interesses diferenciados: os da população, que foi obrigatoriamente removida, e os interesses de uma empresa como a CESP – Companhia Energética de São Paulo.

A política de desapropriação e de reassentamento das famílias ribeirinhas e ilhéus acarretou prejuízos e consequências que, ainda hoje, não foram sanados. Segundo relatório da CPT, um grande número dessas famílias, diante da instabilidade vivida às margens dos rios e da falta de assistência devida pelas empresas energéticas, passou a ingressar nos movimentos sociais de luta pela terra em busca de uma alternativa mais rápida de reassentamento (CPT, 1995).

## **1.4 A terra: reordenamentos em Mato Grosso do Sul**

Quando Cabral gritou ‘terra à vista’, no Brasil, tudo começou errado. Não era terra para todos, era muita terra e só para alguns. Aí começou a maior concentração de terras já existente no mundo e que nunca cessou de crescer. (Hebert de Souza, Betinho).

Para compreender as relações entre o homem e a terra, dentro da conjuntura de mobilização social de luta pela terra, é imprescindível a compreensão da forma com que as questões agrárias e agrícolas foram tratadas ao longo do tempo. A história agrária brasileira revela de uma sociedade excludente, em que as políticas públicas estiveram voltadas para a reinvenção, antes dos latifúndios e logo das empresas rurais, reafirmando os pobres da terra como sujeitos a serem explorados.

O território que hoje compõe o atual estado de Mato Grosso do Sul foi, desde o início de sua colonização, palco de intensos conflitos pela posse de terras. A região mantém uma tradição de lutas e disputas oligárquicas pelo poder político e pelo prestígio social. Concentração de terra, expropriação e violência são fatores que se encontram associados à história de Mato Grosso e estende-se à constituição do estado de Mato Grosso do Sul (1977).

A exploração do trabalho indígena também foi um recurso usado pelos *desbravadores*, por falta de mão-de-obra especializada ou mesmo pelo custo que ela apresentava. Os índios foram usados no “trabalho compulsório”, explorados por aqueles que já os havia expropriados de suas terras. Pontua Borges que a violência pela posse da terra se insere no cotidiano da população em decorrência da associação de fatores de dominação econômica, política e social (2002, p. 117).

O processo de povoamento do antigo sul de Mato Grosso foi intensificado a partir do fim da guerra entre Brasil e Paraguai (1864-1870), quando a região passou a receber grande número de imigrantes e muitas famílias voltaram para reestruturar suas propriedades. Após o fim do conflito viu-se também aguçado o interesse de empresas estrangeiras, que requereram grandes glebas de terra dentro do Estado (QUEIROZ, 2004, p. 30). As atividades econômicas ganharam impulso com a abertura à livre navegação do rio Paraguai, fato ocorrido com a derrota desse país pela Tríplice Aliança.

A luta pela posse de terras foi um fator de tensão e violência no início do período republicano. Os latifúndios eram sinônimos de poder político e econômico, a disputa pela supremacia política regional fez com que se manifestasse com intensidade o fenômeno coronelista, o que contribuiu para a proliferação da violência no Estado, uma violência *legítima* e autorizada, já que era também praticada pelas autoridades políticas locais (CORRÊA, 1999).

A delimitação das fronteiras do sul do antigo Mato Grosso foi um processo de grandes conflitos, o que facilitou a proliferação do banditismo, principalmente no extremo

sul do Estado. A fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Cabalhero (cidade paraguaia) era como se não existisse, a relação entre pessoas e o contrabando de mercadorias *eram* atividades corriqueiras, assim como o idioma predominante nas cidades brasileiras de fronteira era o guarani, dando a impressão de que todos pertenciam a uma mesma nação<sup>18</sup>.

Desde o início do século XX, viu-se a necessidade das elites locais em afirmar – ou construir – uma identidade mato-grossense que contrapusesse o estigma da barbárie atribuído à população do Estado<sup>19</sup>. Esse processo colaborou, no entanto, para que as oligarquias latifundiárias se legitimassem no poder, garantindo prestígio social e político, legando à sociedade atual o problema da posse exagerada da terra, as fazendas de especulação e milhares de expropriados do direito à terra para trabalhar e viver.

Um exemplo de aristocracia coronelista do período supracitado foi a Matte Larangeira<sup>20</sup>, uma empresa ligada ao capital estrangeiro, que concentrou por mais de meio século, a extração da erva-mate nativa dentro do Estado. A empresa tornou-se um “estado dentro do estado”, com leis e milícia próprias, sendo ainda caracterizada pela estreita relação entre o público e o privado, em que os interesses da Matte se misturavam aos interesses governamentais (ARRUDA, 1997).

A Companhia usava de todos os recursos possíveis para manter o *espaço físico* dos ervais longe dos *intrusos*, já que somente ela era *legalmente* autorizada à explorar essa região (ARRUDA, 1997, p. 34). Junto à extração da erva vinha a exploração do trabalho indígena e o recrutamento forçado de paraguaios e brasileiros para trabalhar nos ervais.

Segundo Arruda, a área de exploração da empresa chegou a abranger, por um determinado período, mais de cinco milhões de hectares, o que correspondia a uma grande porção da área do extremo sul do antigo Mato Grosso, configurando-se o maior arrendamento de terras devolutas à uma empresa particular do país (1997, p. 34).

Após a Proclamação da República, a regulamentação de terras devolutas dos Estados brasileiros ficou a cargo das Constituições Estaduais. No antigo estado de Mato Grosso, a Constituição veio a ser elaborada por uma Assembléia Constituinte, que foi eleita em meio a muita conturbação política. A Assembléia promulgou a Constituição

---

<sup>18</sup> QUEIROZ, 2003, p. 30-31 em referência a COSTA MARQUES, 1913, p.398-399; PEREIRA, 1928 p. 25; SODRÈ, 1941, p. 189.

<sup>19</sup> A respeito do processo de *construção* da identidade mato-grossense conferir ZORZATO 1998 e GALETTI, 2000.

<sup>20</sup> A grafia da palavra *Matte Larangeira* foi mantida no texto conforme o original do nome da empresa que é originário do nome do primeiro proprietário: Thomas Larangeira.

Estadual em 15.08.1891 e elegeu como presidente de antigo Mato Grosso, Manoel José Murtinho<sup>21</sup>, um dos sócios da Companhia Matte Larangeira (CORRÊA, 1995).

Em um estudo recente, Oliveira (2004) analisa como essa influência política detida pela Companhia Matte Larangeira limitou e dificultou a constituição de pequenas propriedades em terras de *domínio* da empresa. Nota-se, assim, a dificuldade de ocupação de terras por parte de colonos e índios nessa região. A posse de terras por meio da violência é um processo presente ainda hoje no estado de Mato Grosso do Sul, assim como a forte relação entre grandes proprietários e forças políticas.

Não só propriedades privadas encontravam barreiras para se legitimar, a elevação de núcleos populacionais em municípios foi também barrada em detrimento dos interesses da Companhia:

É compreensível que enquanto mantivera a Matte Larangeira o controle legal de exclusividade na exploração da região ervateira, dificilmente haveria, como de fato não houve, emancipações de municípios. Se equacionarmos que em 1911 foi criado o distrito de Dourados e em 1915 reservadas terras para constituir o patrimônio da vila; apenas em 20 de dezembro de 1935, ocorreria a emancipação político administrativa do município de Dourados, e tão somente em 26 de outubro de 1938 viria receber foros de cidade (Decreto-lei estadual nº 208) (ALBANEZ, 2003, p. 43-44).

O poderio que detinha a Companhia, no entanto, começa a definhar no início dos anos 1930. Seu declínio está relacionado a uma forte pressão dos trabalhadores dos ervais, à migração dos gaúchos que passam a negar o *monopólio* controlado pela Matte, à queda que a erva sofreu no mercado consumidor, à concorrência com a erva argentina e a política desenvolvida pelo governo federal de colonização das fronteiras, quando o governo de Vargas elevou consideravelmente a taxaço sobre o produto e passou a negar pedidos de renovação do contrato de arrendamento dos ervais.

Com o fim das concessões de arrendamentos à Companhia Matte laranjeira, começou a desenvolver, no antigo sul de Mato Grosso projetos de colonização estatal, aumento de colonizadoras particulares e uma expressiva expansão das *frentes pioneiras*<sup>22</sup> compostas, sobretudo, por paulistas e paranaenses.

A presença de grandes latifúndios – em especial os de posse de empresas estrangeiras – nas fronteiras entre Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia foi motivo de

---

<sup>21</sup> Os “Murtinhos”, como eram conhecidos, formavam uma das mais poderosas oligarquias do antigo Mato Grosso; detentora de grande poder econômico, político e prestígio social. Dr. Manoel Murtinho foi presidente da província de Mato Grosso e seu irmão, Joaquim Murtinho, fora ministro e senador por três mandatos, entre outras atribuições políticas.

<sup>22</sup> As frentes pioneiras são aqui compreendidas como processos migratórios caracterizados pela direção, promovida por políticas fundiárias e composta por homens detentores do capital, diferenciando-se das frentes de expansão, a qual ocorreu mais espontaneamente e é caracterizada pela posse da terra, destacando a figura do posseiro (MARTINS, 1975, in FABRINI, 1995, p. 43-44).

preocupação no governo de Vargas, que passou a negar a concessão de terras num raio de 150 km da faixa de fronteira e a favorecer a instalação de pequenas propriedades nessa região (LENHARO, 1986, p. 49-50). Através da instituição da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras – CEFF (decreto nº 4265, de 20/07/1939), o governo federal passou a fazer a revisão das concessões de terras feita pelos governos estaduais e municipais ao longo das regiões fronteiriças (ALBANEZ, 2003, p. 58). Apresentando preocupações geopolíticas, criou dois Territórios Federais em áreas específicas de concentração ervateira: o de Ponta Porã ao extremo sul do estado de Mato Grosso e o de Iguazu já em território paranaense<sup>23</sup>.

A política desenvolvida durante o governo de Vargas visava, entre outros aspectos, a legitimação do Estado Novo e a nacionalização das fronteiras através de um imperialismo interno, de modo “que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados...” (LENHARO, 1986, p. 24).

A campanha Marcha para Oeste, desenvolvida a partir de 1938, que objetivava direcionar as correntes migratórias de áreas de conturbações sociais para os espaços *despovoados* do país, fortaleceu a expansão das frentes pioneiras às fronteiras agrícolas do país. Fatores que acarretaram um crescimento populacional e um aumento considerável nas apropriações de terras no antigo Sul de Mato Grosso, o solo fértil, barato e esparsamente habitado era terreno atrativo, o que acabou por acirrar os conflitos pela posse das terras.

É sabido que as vastas extensões do SMT [Sul de Mato Grosso], embora esparsamente habitadas, não se encontravam propriamente “vazias”: a posse latifundiária, por exemplo, estava presente em quase toda parte, e nos terrenos devolutos da zona ervateira viviam numerosas comunidades indígenas (QUEIROZ, 2004, p. 30) [Aspas no original].

Dentro da política de nacionalização das fronteiras, o governo inicia, em 1938, a ampliação da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB) com a construção de um ramal que partiu da cidade de Campo Grande até o sul do Estado, ligando o país à vizinha República do Paraguai, e também incentivou o assentamento de trabalhadores pobres em pequenas propriedades criando pelo Decreto-lei 3.059, de 11 de fevereiro de 1941, as colônias agrícolas nacionais, com o propósito de distribuir terras em territórios pouco povoados a trabalhadores rurais sem terra; entre elas, pode-se destacar a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), criada em 1943, no município de Dourados.

---

<sup>23</sup> “Os territórios de Ponta Porã e Iguazu, que chegaram a ter sede e interventor, tiveram breve existência: a Constituinte de 1946 considerou por bem reincorporá-los aos estados de que haviam sido desmembrados...” (BITTAR, 1999, p. 123; Cf. também QUEIROZ, 2003, p. 32-33).

A criação de uma colônia agrícola na região de Dourados encontrou resistência por parte de políticos que formavam oligarquias agrárias dentro do estado e temiam uma reestruturação do espaço destinado a seus latifúndios (OLIVEIRA, 1999, p. 169). No entanto, conforme Martins, as pequenas propriedades incentivadas pelos projetos de colonização não decorreram de uma reestruturação econômica e social que dificultasse a sobrevivência do latifúndio, na verdade, elas surgiram como complemento a ele, dando-lhes novas condições de reprodução (1991 p. 89).

A CAND estava inserida em um projeto político que buscava amenizar as tensões que vinham ocorrendo no campo, em especial no nordeste brasileiro, e evitar o aliciamento de trabalhadores desempregados em sindicatos e organizações, como os movimentos operários. Esses projetos de colonização procuraram não disputar *terreno* com os grandes latifúndios, sendo, deste modo, direcionados às terras de menor tensão social e distantes dos grandes centros populacionais.

Seguindo a iniciativa do governo federal, o governo estadual e, mesmo os prefeitos municipais, passaram a incentivar a implantação de colônias agrícolas em todo o Estado (QUEIROZ, 2004, p. 30). Para promover as vendas das propriedades eram feitos até anúncios em emissoras de rádio paulistas e paranaenses, instigando, por meio de canções e propagandas, as pessoas a virem para o Mato Grosso (FABRINI, 1995, p. 48).

Vale lembrar que os loteamentos não foram restritos às ações governamentais, a margem deles estavam as empresas colonizadoras que loteavam grandes glebas de terra dentro de um sistema especulativo, como a Companhia Viação São Paulo/Mato Grosso, a SOMECO, a Colonizadora Vera Cruz/Mato Grosso, entre outras.

Grande parte das terras do extremo sul do antigo Mato Grosso foi adquirida por empresas privadas junto ao Estado, entre os anos de 1930 e 1940, que então passavam a revendê-las a fazendeiros quando já estavam valorizadas, o loteamento era feito em menor escala, isso porque acarretaria grande despesa com agrimensores e corretores. Mais de 97,1% dos títulos concedidos pelo Estado, entre os anos de 1930 e 1940, foram de mais de 1.000 ha (FABRINI, 1995, p. 61-62).

A apropriação de grandes glebas de terras por fazendeiros de outros estados propiciou a difusão do absenteísmo, uma prática corrente no Estado. A apropriação das terras ocorreu antes mesmo de um processo de povoamento mais intenso, fazendeiros paulistas e paranaenses e empresas colonizadoras garantiram grandes propriedades de terras, mesmo sem povoar a região.

O extremo sul do antigo Mato Grosso foi, pelo menos até os anos 1950, uma região de matas nativas. A principal atividade econômica que nele predominou por mais de meio século – a extração da erva-mate nativa – apesar de predatória, pouco transformou o ecossistema florestal. No entanto, a partir do surto populacional ocorrido nos anos de 1960, com a expansão da fronteira agrícola do sul e do sudeste brasileiro, essa paisagem passou a ser destruída. A marcha pioneira foi uma “destruidora de riquezas naturais” e esses “homens por demais apressados” trouxeram consigo capital e técnicas devastadoras, transformando essas matas em campos limpos (PÉBAYLE e KOEHLIN, 1981, p. 10).

A colonização ressentida dessa região não alterou apenas seu padrão ecológico, mas também as relações de trabalho ali existentes. Esse quadro de ocupação de terras que privilegiou a grande propriedade foi ainda agravado com a inserção do grande capital no estado, favorecido por uma conjuntura nacional de expansão da agricultura desenvolvida durante o Regime Militar (1964-1985).

A partir dos anos de 1960 e 1970, é perceptível a entrada de fazendeiros vindos do sul do país, que impulsionados pela desvalorização das terras no Estado e pelos incentivos fiscais e financiamentos a juros irrisórios, voltaram-se à região para trabalhar com monocultura de grãos para a exportação. Segundo Martins, o Estado abriu novos espaços ao capital e com os incentivos fiscais transferiu o dinheiro público ao domínio privado, lesando e expropriando o país inteiro. As terras abertas aos capitalistas na década de 1970 e 1980, ditas como devolutas e inabitadas, eram, em sua maioria, terras indígenas ou já estavam sendo ocupadas por posseiros; nelas os retirantes só permaneciam até a vinda do *pioneiro* abarrotado por incentivos governamentais (1991, p. 120).

A partir dos anos de 1970, o antigo sul de Mato Grosso passou a ser dividido, *grasso modo*, entre a pecuária extensiva e a produção agrícola mecanizada. Conforme estudo feito por Albanez, nos anos de 1970, na região do extremo sul do Estado, as propriedades com mais de 1.000 ha representava 77,45 % da área rural ocupada (2003, p. 103) e quase a totalidade dessas terras estavam sob domínio dos proprietários. “Os arrendatários e ocupantes mantiveram-se, em todos os grupos analisados, numa faixa reduzida que, posteriormente, se traduzirá em conflitos na luta pela reforma agrária” (p. 77):

Portanto, se há um certo consenso em torno de ser o sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul uma região onde há uma menor participação do latifúndio em comparação a outras regiões do Estado, isso não pode ser levado à risca a ponto de se acreditar que houve com a colonização da região uma distribuição equitativa das terras. Como se pôde ver, a partir dos indicadores do IBGE, o oposto parece ser o mais correto... (ALBANEZ, 2003, p. 84).

Nos anos de 1970, a grande propriedade predominava em toda região, em especial, sob a égide da pecuária extensiva, atividade que ocupava quase a totalidade das áreas, reduzidas a poucos estabelecimentos. A agricultura estava restrita às pequenas propriedades, que, apesar de numerosa, representava uma parcela ínfima das terras ocupadas.

Segundo Fabrini, as terras de Itaquiraí e região já *nasceram* concentradas. As grandes glebas de terras devolutas adquiridas junto ao Estado nos anos de 1930 e 1940, não foram parceladas e suas áreas foram vendidas integralmente a pecuaristas da frente pioneira paulista e paranaense, quando estas já estavam valorizadas. Grande parte das terras pertencentes a esses municípios foi mantida como reserva de valor por vários anos, “norteado por interesses especulativos, característica do latifúndio brasileiro” (1995, p. 65).

A partir dos anos de 1970, as grandes propriedades mantidas como reserva de valor especulativo, passaram a integrar o grupo de grandes empresas rurais, caracterizada, sobretudo, pela monocultura para exportação ou pela pecuária extensiva. Uma vez que passam a apresentar certa produção, mesmo que ínfima, não se enquadram mais na definição legal de latifúndio.

As formas como as questões agrárias e agrícolas foram tratadas ao longo da história brasileira, e especificamente no do antigo de estado de Mato Grosso, estendendo-se à criação do estado de Mato Grosso do Sul, é reveladora de uma sociedade conservadora que mantém a propriedade da terra como especulação, como reserva de valor, como sinônimo de poder político e social. Dentro desse quadro de concentração fundiária, que impôs barreiras ao desenvolvimento da pequena propriedade, ao mesmo tempo em que requeria a presença do trabalhador rural como forma de suprir-se de mão-de-obra, é que podemos entender a entrada, ou a sujeição, de homens à condição de sem-terra no estado e uma posterior deflagração de movimentos sociais de luta pela terra.

## CAPÍTULO II

### MEDIAÇÃO E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE LUTA PELA TERRA EM MATO GROSSO DO SUL

Esta cova em que estás com palmos medida  
É a conta menor que tiraste em vida  
É de bom tamanho nem largo nem fundo  
É a parte que te cabe deste latifúndio  
Não é cova grande, é cova medida  
É a terra que querias ver dividida  
É uma cova grande pra teu pouco defunto  
Mas estás mais ancho que estavas no mundo

(João Cabral de Melo Neto, Funeral de um lavrador – parte)

## 2.1 Emergência dos Movimentos Sociais na agenda a Reforma Agrária.

Os acampamentos de sem-terra, objeto de estudo dessa pesquisa, fazem parte de um contexto histórico de mobilização de luta pela terra, que iniciou em várias regiões do país em fins dos anos de 1970 e que se fortaleceu e se expandiu no final do século XX e início do século XXI.

Os chamados *novos movimentos sociais* dos anos de 1970, embora pautados nos movimentos gestados entre 1945 a 1960, traziam consigo diferentes formas de agir, de pensar e de compreender a sociedade; são novos movimentos frutos de uma nova sociedade, e que surgiram ao mesmo tempo em que fez surgir uma nova conjuntura histórica.

Segundo Gohn, um “movimento social refere-se a ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamentos a ação” (GOHN, 2004, p. 247). Essa relação entre as práticas e as representações, entre o fazer e o pensar presentes nos grupos sociais que passaram a se organizar a partir dos anos 1970, vai engendrar o que Sader chamou de um *novo sujeito social*.

O contexto histórico de emergência dessas organizações caracteriza-se por um conjunto de situações pelas quais o país passava: crises econômicas, queda salarial e alto índice de desemprego; sinais que evidenciavam o esmaecimento do regime ditatorial que vigorava desde 1964, e que se mantivera, em um curto período, sob plano de crescimento econômico favorável, o chamado Milagre Econômico.

Associado ao declínio do regime, ocorria um fortalecimento de movimentos pela da reorganização de sindicatos e associações. Vários grupos se organizaram em contraposição ao regime e se fortaleceram a partir da então *abertura política*, que segundo o então presidente Ernesto Geisel (1974-1979), deveria ser “lenta, gradual e segura” para evitar conturbações sociais.

As greves, sobretudo do ABC paulista, as manifestações da CPT e a reestruturação de sindicatos em fins dos anos de 1970, evidenciavam o fim de um regime alçado na repressão e no autoritarismo. As lutas no campo se intensificavam resultando em greves de cortadores de cana na Zona da Mata, no Pernambuco, que chegou a mobilizar

240 mil trabalhadores em 1980. Esse movimento grevista no campo se estendeu a outras regiões do nordeste, como no Rio Grande do Norte, em 1982, e na Paraíba, em 1984 (FABRINI, 1995, p. 81-82).

Como expressão de um momento político opressor, viu-se durante o regime militar todo tipo de direitos e liberdades limitados. As políticas econômicas fracassadas fizeram insurgir um processo de exclusão social com altos índices de desempregados e quedas salariais. Quanto à reforma agrária, ficou restrita a alguns projetos de colonização destinados à áreas de menor conturbação social e pouco povoadas. O Estatuto da Terra, promulgado ainda em 1964, estabeleceu parâmetros de utilização da terra para uma exploração *racional* dos latifúndios brasileiros, transformando-os em empresas rurais.

O nível de expropriação foi tão intenso que gerou uma multidão de trabalhadores rurais sem emprego, sem terra, sem perspectiva. São milhares de pessoas que passaram a viver nas periferias das cidades e que encontraram na luta pela terra uma saída à situação de miséria em que viviam. Para Martins, os protestos de contestação à propriedade que excede as necessidades de quem a possui é resultado da “privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar” (1989, p. 22).

Farias (1997) lembra que esses movimentos eram, no referido período, ainda pouco organizados; foram levantados a partir do interior de comunidades oprimidas, que passaram a contestar o sistema exploratório em que viviam:

[...] Esses movimentos surgiram da prática nos grupos, articulando-se coletivamente a cada atividade desenvolvida, a cada discussão, a cada decisão, sem que houvesse uma teoria prévia que os orientasse. Trata-se de uma aprendizagem com base no próprio cotidiano e na realidade, apresentando condições de difícil sobrevivência e de exercício da cidadania, com características comuns de organização, linguagem, expressão e valores (FARIAS, 1997, p. 45).

Com o esmaecimento do regime e a possibilidade de uma abertura política, a população volta a aspirar uma sociedade mais justa, mais igualitária, menos opressora e que seja capaz de lhes assegurar direitos básicos, como saúde, trabalho, liberdade e o próprio direito ao exercício da cidadania. Com essas aspirações vários grupos da sociedade civil passam a se organizar: clubes de mães, sociedades de bairros, grupos de estudantes, sindicatos. Assim como também grupos de arrendatários e posseiros que se organizam em contraposição à opressão e aos rumos tomados pela política ditatorial de capitalização do campo.

[...] Falamos, então, em novos movimentos sociais, em novos sujeitos políticos, visto que são grupos que questionam o regime político, que não é tão legítimo como procura parecer... suas reivindicações passam também pelo resgate da

dignidade humana que se traduz muitas vezes na liberdade de controlarem seu tempo, na volta às suas tradições, às raízes com a terra (FARIAS, 1997, p. 48).

Em oposição à organização desses grupos que passaram a lutar pela terra, foi criada, por grandes proprietários rurais, em junho de 1984, a UDR (União Democrática Ruralista). Com essa organização, os latifundiários passaram a intervir nos rumos da Constituição de 1987, a fim de evitar que ela atendesse às reivindicações dos grupos sociais de luta pela terra.

Medeiros aponta a Constituinte, paradoxalmente, como um avanço e um retrocesso ao desenrolar de projetos de reforma agrária, quando prevê que deverá se destinar aos projetos de reforma agrária todas as terras que não cumpram sua *função social*. A definição de função social foi um avanço por incluir o respeito aos direitos trabalhistas e ao meio ambiente e considerar índices de produtividade. Mas ao mesmo tempo não esclareceu, e ainda hoje não ficou esclarecido, o que é terra produtiva e o que não é. E essa indefinição acaba abrindo espaços para inúmeros recursos (MST, 2004).

Ressalta-se, no entanto, que esses grupos de reivindicantes não estavam sozinhos, contavam com a participação de organizações como sindicatos, igrejas e partidos políticos. A luta desses *novos movimentos* estava baseada na reivindicação social de melhor qualidade de vida e garantia de direitos constitucionais, eram grupos com interesses e necessidades em comum que experimentavam novas formas de organização reivindicatória, mais autônomas e mais participativas que as manifestações sociais gestadas no período que antecede 1964.

## **2.2 Em cena a CPT, a FETAGRI, o MST e a CUT**

### **2.2.1 Lançando as sementes: A CPT**

Sempre eu tenho refletido e não deixo apesar dos momentos difíceis morrer a utopia, que é aquele texto do João 10 -10, que Jesus disse: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundancia”, e *enquanto isso não acontecer eu não posso esmorecer*. (IRMÃ OLGA, Entrevista, 12.03.2006).

A gênese dos movimentos sociais de luta pela terra em Mato Grosso do Sul está historicamente ligada à atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma pastoral da Igreja Católica fundada nacionalmente em julho de 1975, durante o Encontro da Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO)<sup>24</sup>. Apesar de encaminhamentos que já vinham sendo tomados pelos Bispos da Amazônia e do Nordeste brasileiro com relação aos problemas relativos ao uso e posse da terra e a fenômenos migratórios, é fundada oficialmente a CPT Nacional ligada à Linha Missionária da CNBB (CPT/MS, 1993).

A Igreja Católica passava por momentos de redefinição teórica, proporcionados pelo pensamento progressista difundido por uma corrente intelectual da Igreja, a Teologia da Libertação, assinalando uma nova visão da Igreja latino-americana, de caráter mais progressista, de cunho social, voltada aos pobres e de apoio aos movimentos sociais (FARIAS, 1997, p.52-53).

Desde o Concílio do Vaticano II (1962), a Igreja Católica vinha sendo instigada, em todo o mundo e principalmente na América Latina, a buscar uma renovação que freasse a perda sucessiva de fiéis. Como fruto de um contexto histórico, político e social de desenvolvimento capitalista, e à luz das orientações do Vaticano II, uma ala da Igreja passa a questionar a marginalização de grande parte da sociedade em detrimento ao desenvolvimento econômico, orientação que amadurecida recebeu o nome de Teologia da Libertação.

Embasadas na Teoria da Libertação, as pastorais católicas, em especial a CPT, afirma sua *opção pelos pobres*, afasta-se da política elitista desenvolvida pela Igreja Católica e chega a ser vista como parte subversiva da Igreja. A Comissão passou a trabalhar diretamente com os trabalhadores sem-terra, participando do seu dia-a-dia, conhecendo seus anseios, direcionando e encaminhando as discussões pertinentes à manutenção do homem a terra.

A CPT contribui com o encaminhamento das discussões relativas ao uso e a propriedade da terra como questão política, manifestado-se mediante de passeatas, denúncias, abaixo-assinados, esclarecimentos à sociedade, mas, como nos lembra Farias, sua maior contribuição está na presença periódica ou mesmo diária de padres, bispos, religiosos e leigos em acampamentos e assentamentos (1997, p. 50). As Comunidades

---

<sup>24</sup> *O Nascimento da CPT*, disponível em [www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br), acessado em 06.02.2004.

Eclesiais de Base (CEB,s) constituíram um grande avanço nesse sentido, à medida que organizavam grupos de atuação dentro de comunidades agrícolas.

Segundo a própria Comissão, ela adquiriu uma tonalidade diferente em cada região que atuava, de acordo com os desafios que a realidade apresentava, sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para sua organização<sup>25</sup>. Porém, apesar dessa relativa adaptação na atuação da Comissão às regiões, sabe-se que a CPT atuava (e atua) embasada em diretrizes nacionais.

Irmã Olga Manosso, uma das primeiras lideranças da CPT no então estado de Mato Grosso, lembra que ao realizar trabalhos de conscientização com trabalhadores rurais a fim de organizar um sindicato, fora lembrada por um padre de sua responsabilidade cristã:

Aí ele veio em 76, então ele me falou que... que nós não deveríamos tá conversando a questão do sindicato mas que como cristãos, cristãos, é importante se integrar e começasse a se pensar na Pastoral da Terra, então em 77 pra 78 foi organizado o sindicato dos trabalhadores rurais de Glória de Dourados (IRMÃ OLGA, Entrevista, 12.03.2006).

Deste modo, ocorre em 1978, o primeiro encontro da CPT no Estado, na cidade de Glória de Dourados. Segundo ata da assembléia, era notório que nessa região “as melhores terras eram para o pasto, apenas as piores iam para o arrendamento e a preços exorbitantes. O boi era prioritário e o capim precedia a lavoura”. Ainda nesta mesma reunião, a instituição traçou seus objetivos na condução da luta contra a opressão, exploração e expropriação vivenciadas por trabalhadores rurais, os quais estavam pautados sobre os escopos de:

Ajudar os lavradores, a luz do Evangelho, descobrirem que, como cristãos tem o dever e a capacidade de construir um mundo diferente; colaborar para que o homem do campo faça parte integrante da sociedade; despertar e apoiar o esforço continuado de unir os lavradores (CPT, 1993).

A atuação da CPT foi de suma importância àqueles que sem chão, sem terra e sem trabalho, puderam contar com o apoio de padres e religiosos dispostos a lutar pelos seus direitos como trabalhadores do campo. Sua importância não se restringe à atuação de seus membros em mobilizações sociais, protestos, reivindicações e denúncias, mas à medida que a Comissão se mobilizava e organizava esses trabalhadores, ela contribuía ainda a uma conscientização política, a partir dela originando vários outros movimentos, lideranças, sindicatos e organizações.

---

<sup>25</sup> *O Nascimento da CPT*, disponível em [www.cptnac.com.br](http://www.cptnac.com.br), acessado em 06.02.2004

Da cidade de Glória de Dourados, o centro coordenador da Comissão, foi transferido para a cidade de Campo Grande e outros núcleos regionais foram criados nas cidades de Três Lagoas, Corumbá e Aquidauana.

Durante os anos iniciais de sua atuação, além da luta pela terra, a CPT conduziu também as discussões dos ribeirinhos e ilhéus, participou da organização de assentamentos, de associações e cooperativas, como a COAAMS (Coordenação das Associações dos Assentamentos de Mato Grosso do Sul), a COAGRAN (Cooperativa dos Assentados da Grande Dourados), COARJ (Cooperativa dos Assentados da Região de Jadim), entre outras; manifestou-se de diversas formas contra grandes projetos capitalistas que não cumprem seu papel social, como as Usinas de Álcool e Hidrelétricas.

No ano de 1984, em reunião na cidade de Fátima do Sul, os membros da CPT decidem mudar as estratégias de atuação dos sem-terras e partir para a ocupação como meio de luta (CPT, 1993). Dessa mudança de estratégia de luta surge a ocupação da Gleba Santa Idalina, em Ivinhema, no ano de 1984, e logo o acampamento dos Brasiguaios em Mundo Novo (1985), que são dois momentos que marcam a gênese da luta pela reforma agrária de forma organizada em Mato Grosso do Sul.

Em fins da década de 1980, a CPT começou a enfrentar inúmeros obstáculos internos à Igreja para continuar atuando, a falta de recursos reduziu e limitou seu trabalho junto aos trabalhadores pobres do campo. Como coloca Farias, a Comissão não poderia continuar atuando sem o apoio financeiro da Diocese, padres e bispos se manifestavam contra seu funcionamento, o que levou ao fim de suas atividades em quase todos os municípios do estado de Mato Grosso do Sul (1997, p. 59).

Deve-se isso, em grande parte, a um *retrocesso* da Igreja Católica em nível mundial. No início dos anos de 1980, o Papa João Paulo II publicou um documento a fim de retificar a atuação de teóricos seguidores da Teologia da Libertação, acusou-os por heresias pelo uso de conceitos marxistas e de fazerem interpretações “errôneas” de documentos anteriores como o Concílio do Vaticano II. Como expressão do retrocesso ao conservadorismo da Igreja Católica, João Paulo II passou a intervir nos currículos dos seminários e limitou a influência de importantes Dioceses, como a de São Paulo, que tinha um cardeal-arcebispo adepto da Teologia da Libertação (PEREIRA, 2006, p. 102-103).

Essas manifestações levaram a uma deslegitimação da Teologia da Libertação, o que fez alguns adeptos se afastarem da vida sacerdotal e religiosa. Verifica-se hoje, dentro da Igreja, que a preocupação maior está relacionada à espiritualidade e não à problemas de cunho social, como fala Irmã Olga:

E atualmente, então o retrocesso que se percebe, que é apontado desde Roma e no Brasil também, na CNBB, que não tem mais postura firme de pronunciamento. Aqui no Estado então, acabou mesmo. Existe só essa pequena equipe de Campo Grande, com algumas pessoas liberada, duas em Dourados, eu não sei bem quantas no Sudeste, mais é muito pouca pessoas. Então, isso reflete a posição conservadora da Igreja. E principalmente agora na questão da Igreja Católica, a preocupação é... nas construções, nos prédios, Igrejas, casas paroquiais e não mais na formação das pessoas. Eu penso que vocês também têm conhecimento dos movimentos conservadores na Igreja Católica, que tão tomando de conta, né? Que é a questão do movimento Neo Catecumenato, a Renovação Carismática Católica e outros assim, que existe [...] (IRMÂ OLGA, Entrevista, 12.03.2006).

A falta de apoio financeiro restringiu a atuação da CPT, não só no estado de Mato Grosso do Sul. Foi uma posição tomada pela Igreja em nível nacional, apresentando certa variação de uma região à outra de acordo com a posição ideológica das Dioceses. Alguns teóricos e religiosos ainda mantêm postura firme diante das dificuldades enfrentadas pelos pobres da terra, mas eles se restringem a uma minoria que encontra todo tipo de dificuldade para atuar e que são veementemente criticados pelas alas mais conservadoras da Igreja Católica.

Entre as instituições que a CPT ajudou a organizar, podemos destacar o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – que surgiu no Mato Grosso do Sul por meio das Comissões de Sem-terra, organizadas pela CPT no início dos anos 80. As duas instituições passam a caminhar paralelamente durante alguns anos, apesar das relativas divergências decorrentes do caráter *agressivo* que o MST adquiriu. As diferentes formas de pensar e de agir, entre a CPT e o MST, contribuíram para o distanciamento da CPT da luta direta pela posse da terra, passando a restringir seu trabalho à assistência e ao apoio às famílias assentadas e pequenos proprietários, desenvolvendo um trabalho social de organização dos lotes e orientações de trabalhos.

E aí a luta pela terra fico do MST e depois posterior, FETAGRI, CUT e agora também a Federação da Agricultura Familiar, esses movimentos que estão fazendo a luta pela terra. E a Comissão Pastoral da Terra continua, dentro de seus limites, na questão da educação, apoio a Associações nos assentamentos e a organização das mulheres camponesas, agora direitos previdenciários [...] E a CPT tem se dedicado mais ao trabalho de formação de educadores, educadoras e temas como de comunidades, de igreja, também cursos de formação bíblica na ótica da terra... (IRMÂ OLGA, Entrevista, 12.03.2006).

Segundo documentos da CPT, seu distanciamento definitivo da luta pela terra aconteceu em 1992, quando passou a atuar com número reduzido de pessoas e direcionou suas atuações a outros trabalhos sociais. No entanto, não se pode negar a importância da Comissão na gênese da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, tarefa assumida, na atualidade, por outros mediadores como o MST, que ela própria ajudou a organizar em meados dos anos de 1980, a FETAGRI e a CUT.

## 2.2.2 Novos mediadores: O MST, a FETAGRI e a CUT

No estado de Mato Grosso do Sul atuam três expressivos mediadores da luta pela terra: o MST e as organizações sindicais CUT e FETAGRI. Embora aparentemente, esses mediadores apresentem formas homogêneas de enfrentamento e resistência, pautadas, sobretudo, na estratégia de montar acampamentos à margens das estradas, a práxis dessas organizações são marcadas por diferenças que estão relacionadas a sua formação, as formas de atuação e até a própria compreensão do homem e da sociedade.

Esses três agentes sociais (o MST a FETAGRI e a CUT) surgiram no estado entre as décadas de 1980 e 1990, e passaram a trabalhar, cada qual com suas especificidades, para atender às necessidades de sujeitos vítimas de processos sociais econômicos e políticos excludentes.

O MST foi um dos primeiros movimentos a atuar no estado de Mato Grosso do Sul. Formou-se a partir das Comissões de Sem-Terra, organizadas pela CPT no início dos anos de 1980. As Comissões de Sem-Terra foram aos poucos conquistando sua autonomia, o que as levaram a desenvolver métodos próprios de atuação, nem sempre condizentes com a forma cristã/católica de ver e entender a questão da terra. Segundo alguns autores, a formação efetiva do MST no Estado está relacionada à vinda de um casal da Direção Nacional do MST, em 1986, para organizar a ocupação da fazenda Italsul, no município de Itaquiraí. Essa ocupação, marcou também a separação entre as Comissões de Sem-Terra e a CPT (FABRINI, 1995, p.87-88; SOUZA, 1992; FARIAS, 1997).

Nacionalmente o Movimento já havia se consolidado. Segundo Fernandes, o MST foi gestado no período que compreende os anos de 1979 a 1984, sua gênese está relacionada ao processo de lutas e resistências de trabalhadores contra a expropriação e exploração que sofreram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul durante esse período (2000, p.50).

Em 1982, realizou-se o primeiro encontro regional dos sem-terra na cidade de Medianeira/Paraná, nele estavam presentes representantes dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A partir desse momento, o movimento começou a traçar suas metas e articular-se a propósito de se tornar um movimento de massa de abrangência nacional. Em janeiro de 1984, ocorreu o segundo encontro do Movimento, esse já em nível nacional. Nesse encontro, o Movimento foi

estruturado, ganhou nome, caráter político e teve suas formas de ação definidas. Esse foi o momento que se fundou oficialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sob o lema: *Terra para quem nela trabalha e vive*<sup>26</sup>. No ano seguinte, as ocupações se intensificaram marcando oposição ao recém elaborado Plano Nacional de Reforma Agrária, que não atendia às expectativas dos trabalhadores rurais sem-terra. Nesse mesmo ano foi realizado o primeiro congresso do Movimento em Curitiba, no estado do Paraná.

Por intermédio do trabalho realizado pelo MST os trabalhadores pobres da terra passaram a aspirar um possível retorno à vida no campo, tanto àqueles que ainda permaneciam nele (posseiro, arrendatário, peões, empregados assalariados), como aqueles que na cidade se voltam ao campo periodicamente para o trabalho de bóias-frias, e mesmo muitos sujeitos que viviam nas periferias das cidades, desempregados e marginalizados.

O Movimento adotou as ocupações de terras como estratégia de luta, mobilizando trabalhadores rurais sem-terras e levantando acampamentos em todo o país. Apesar de doloroso, o processo de acampamento (que muitas vezes perdura por anos) tornou-se o principal meio de luta e estratégia de ação do MST, visto que essa foi a forma encontrada de obter algum êxodo no desenrolar de projetos de reforma agrária. Dentro do estado de Mato Grosso do Sul o movimento se consolidou rapidamente e passou a liderar um grande número de acampamentos.

Assumindo a ocupação e a resistência como estratégias de luta e pressionando para a execução de projetos de reforma agrária, o MST passou a receber grande rejeição popular e críticas pela imprensa, que mostra uma imagem intolerante e imprudente à sociedade. Em estudo recente, SCHWENGBER (2005) analisou as representações na imprensa em relação à imagem do Movimento e pôde observar como os periódicos especificamente, refletem, ainda hoje, interesses sociais dominantes e buscam deslegitimar a luta, ora omitindo alguns aspectos ora enaltecendo outros.

Segundo Fabrini, a UDR, que também foi organizada em meados dos anos de 1980, passou a investir em meios violentos para desarticular o Movimento; nesse contexto o MST adota uma nova palavra de ordem (2001, p. 66). Substitui o lema inicial, pautado em questões morais e legais: *terra para quem nela trabalha e vive*, por um que evidencia sua forma de ação diante das dificuldades impostas: *Ocupar, Resistir e Produzir*.

---

<sup>26</sup> *MST – Vinte anos em movimento* (2004), escrito por Marcelo Medeiros e Fausto Rêgo, disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=214>.

A oposição ruralista acabou por acirrar a violência no campo. Segundo dados da CPT, em 1983 foram assassinadas 81 pessoas, em 1984 foram 124 e em 1985 morreram 171 pessoas envolvidas em conflitos no campo. O MST acusa a UDR de lançar mão de jagunços e espalhar a violência, contando, também, com apoio de aparato policial, oficiais de justiça, delegados e juizes, que trabalhavam em defesa dos grandes proprietários<sup>27</sup>. Os acampamentos são vistos como *caso de polícia* e os projetos de assentamentos são implementados como forma de conter os focos mais acentuados de mobilização social.

Após anos de luta pela verdadeira democratização nacional, os anos iniciais da década de 1990 podem ser vistos como momentos de grandes vitórias para Movimento. Já bastante fortalecido em nível nacional, com grande número de trabalhadores envolvidos e contando com um significativo percentual de trabalhadores assentados. O MST ganhou legitimidade entre os trabalhadores rurais e abriu caminho para que outros grupos e organizações passassem a lutar pela reforma agrária.

Na segunda metade da década de 1990, o número de acampamentos e ocupações aumentaram como forma de reação à política implantada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que mantinha uma postura bastante conservadora em relação à reforma agrária. Segundo dados do MST a esse propósito, no ano de 1995, as ocupações em nível nacional, envolvendo todos os mediadores, chegaram a 502 e mobilizou mais de 30 mil famílias; em 1996 foram 397 mobilizações e em 1998 ocorreram 446 ocupações, chegando a tomar projeções internacionais (MST, 2004).

Com relação às mobilizações do MST em nível nacional, houve um aumento de quase 500% entre os anos de 1990 a 2001, conforme tabela a seguir:

**Tabela 3: Número de mobilizações do MST – Nacional**

Período	Nº de acampamentos	Nº de famílias
1990	119	12.805
1991	78	9.203
1992	149	20.596
1993	214	40.109
1994	125	24.590
1995	101	31.619
1996	250	42.682
1997	281	52.276
1998	388	62.864
1999	538	68.804
2000	555	73.066
2001	585	75.730
<b>Total</b>	<b>2.194</b>	<b>368.325</b>

Tabela 3: Fonte MST.

<sup>27</sup> MST – *Vinte anos em movimento*, (2004) disponível em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), acessado em 08.03.2004.

No estado de Mato Grosso do Sul esse acirramento nos processos de mobilização também é percebido. A segunda metade dos anos de 1990 foi um momento em que mais acampamentos foram levantados e mais assentamentos criados no Estado. Isso não decorre apenas das mobilizações organizadas pelo MST, mas também em virtude de outros mediadores como a FETAGRI e a CUT.

O MST encontra-se hoje fortemente organizado em quase todo o Mato Grosso do Sul, embora suas atuações estejam concentradas mais ao sul do estado, englobando a região que compreende as imediações de Campo Grande até divisa com o Estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai (cf. Figura 4).

Para melhor organização, o MST está dividido em seis regionais: Regional Centro Sul: região da Grande Dourados, Regional Cone Sul: região de Itaquiraí, Regional Vale Ivinhema: região de Nova Andradina, Regional Pantaneira: região do Pantanal, Regional Centro: região de Campo Grande e Regional Norte: região de Camapuã. Essas Regionais são coordenadas por militantes que fazem parte da Coordenação Estadual do Movimento, formada em sua maioria por assentados e acampados; são sujeitos que aprenderam no dia-a-dia do acampamento as formas de luta, e passam gradativamente a integrar a Coordenação do Movimento. Com essa constatação, se pode dizer que o MST *produz* seus próprios líderes, diferente de outros mediadores, que muitas vezes contratam funcionários ou que as lideranças são formadas por sindicalista e pessoal especializado.

O MST difere burocraticamente de outros mediadores por seu caráter não sindical, especificidade que lhe atribui características que o distingue na forma de atuação, organização, hierarquização, entre outros aspectos, de mediadores como a FETAGRI e a CUT.

A FETAGRI-MS é outro mediador bastante organizado e fortalecido na região. Ela surgiu no Estado ainda em 1979, ano de implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, e passou a atuar junto aos trabalhadores rurais em parceria com sindicatos rurais municipais (STRs) existentes nos municípios de Anaurilândia, Bataiporã, Coxim, Ivinhema, Iguatemi, Nova Andradina e Naviraí. Em 2005, ela congregava 68 Sindicatos de Trabalhadores Rurais Municipais. Trata-se de uma entidade sindical de 2º grau, já que é ligada a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Como um movimento sindical, a Federação está voltada ao trabalho com famílias de trabalhadores rurais. Os sindicatos cumprem também outros trabalhos sociais que não só a mediação da luta pela terra, como por exemplo, a negociação de piso salarial, a exigência de direitos trabalhistas, a qualificação profissional, a orientação na busca por

benefício previdenciário, a homologação de serviço, o cálculo de rescisão de contrato de trabalho, entre outros serviços.

Farias observa que a FETAGRI ocupa propriedades que já estão em processo de desapropriação, só assim as famílias (ou membro delas) acampam na fazenda à espera da divisão dos lotes, tornando a luta menos longa e cansativa, mas ao mesmo tempo limitando-se às áreas oferecidas pelo governo (2002, p. 44-45). O que também não pode ser visto como uma regra, já que, no sul do Estado, existem acampamentos com cerca de sete anos montados na beira da estrada, como o acampamento Laguna Peru, em Eldorado.

Todos os sindicatos filiados à FETAGRI são regidos por um estatuto produzido pela Federação, o qual define os sindicatos de trabalhadores rurais municipais como sendo “para fins de estudo, defesa, coordenação e representação legal dos interesses profissionais e sociais, individuais e coletivos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município” onde atuam.

O processo de luta pela terra mediante ocupação não está previsto nos estatutos da Federação, como também demorou a se tornar uma prática da FETAGRI, como fala Valdenir, um funcionário da Federação:

E nós decidimos trabalhar com acampamento por motivo de qual a gente fazia as reivindicações por escrito, protocolava, e mesmo assim o governo não dava importância. À medida que os trabalhadores chegavam em frente daquela propriedade e dizia: “ô essa propriedade aqui está improdutivo, de acordo com a constituição ela é objeto para fins sociais e reforma agrária. Queremos uma vitória”. O governo começou a atender. E daí por diante foi assim que se deu os processos todos de acampamentos (VALDENIR, Entrevista, 22.09.2005).

A despeito dos encaminhamentos que o MST vinha tomando não só no estado, mas em nível nacional, a FETAGRI passa também a efetivar sua luta por meio de acampamentos.

A FETAGRI procura trabalhar em parceria com o Estado. A relação de não enfrentamento direto da FETAGRI com poderes públicos é fator evidenciado nas falas de lideranças e mesmo nas ações presentes no cotidiano das mobilizações. A respeito das relações da FETAGRI com órgãos estaduais, é considerável a fala do senhor Tadeu, coordenador do acampamento Laguna Peru:

A gente sempre teve um bom contato lá, de a gente chega lá e num... num faze pressão, num faze aqueles tumulto que muita gente faz né? conversar com o INCRA, o que que tá acontecendo, dá um tempo lá. Que hora que pinta uma área na região ceis vão pra lá, já que perderam essa área, hora que pinta uma área na região que vocês queiram, que dá pra vocês, vocês vão se assentado. Então tamo aguardando até hoje (TADEU, Entrevista, 11.10.2006).

Desta forma, o acampamento no qual o senhor Tadeu coordena já está montado a oito anos na BR-163. Não fazer tumulto, não fazer pressão, garante a FETAGRI uma maior inserção nesses órgãos, o que nem sempre vem acompanhado de resultados positivos. A passividade diante das promessas paliativas parece gerar um conformismo que protela ainda mais a vida sob o barraco de lona.

Embora o MST seja um mediador com maior notoriedade, presente sempre em capas de revistas e jornais, vítima de críticas por seu caráter mais agressivo de enfrentamento ao governo e às grandes propriedades rurais, a FETAGRI possui um número muito maior de acampamentos, assentamentos e sem-terras envolvidos dentro do Estado. Isso se dá em grande parte pela força da presença da Federação em quase todos os municípios do estado por intermédio dos sindicatos, o que lhe garante uma maior representatividade.

Em cada município nós temos um sindicato organizado, né? E que conhece todas as propriedades. Por que a gente trabalha com os nossos assalariados, então, a gente acompanha todos os assalariados e todas as propriedades. Na verdade a gente tem maior condição de ta prestando é... esse trabalho, digamos assim, ao governo, ao INCRA, é... e apresentado áreas que tenham maior... O INCRA acata os pedidos e vai fazer vistorias nas propriedades (VALDENIR, Entrevista, 22.09.2005).

Os movimentos sociais rurais hoje têm a liberdade de levantar áreas passíveis de desapropriação e repassar ao INCRA para que se proceda a análise. É de costume que uma determinada área indicada, quando confirmada seu destino a projeto de reforma agrária, seja nela assentados sem-terras ligados ao movimento que levantou a área. Nas áreas oferecidas pelo INCRA, em que a desapropriação se dá em decorrência de acordos entre o proprietário da terra e órgãos governamentais, são assentados sem-terras de todos os movimentos sociais presentes na região, como é o caso do assentamento Itamarati, em Ponta Porã, e outros.

Os sindicatos indicam as áreas pra nós. Vindo a FETAGRI, assim ô: “essa propriedade tem tantas cabeças de gado, tem tanto de lavora, pelo tamanho dela ela não cumpre o índice de produtividade”. Nos temos engenheiros agrônomos que trabalha com o movimento da FETAGRI, nós vamos lá vemos a qualidade da terra, e também damos uma *olhada de vista* (digamos assim), e e... da uma analisada, se ela pode ta realmente improdutiva. Se assim for, a gente pega a certidão negativa dessa propriedade e solicita ao INCRA que vá fazer uma vistoria oficial pra comprová se ela está improdutiva, ou não (VALDENIR, Entrevista, 22.09.2005).

Desta forma, a FETAGRI apresenta maiores condições de assentar os trabalhadores pelos quais a Federação trabalha, uma vez que consegue atuar em todas as regiões do Estado por intermédio dos sindicatos.

Outro mediador de forte expressão na luta pela terra, em Mato Grosso do Sul, é a CUT por intermédio do DETR (Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais)<sup>28</sup>. A CUT/MS (Central Única dos Trabalhadores de Mato grosso do Sul) surgiu na cidade de Campo Grande no ano de 1998 e foi fundada por um grupo de sindicalistas que perderam a eleição pela direção da FETAGRI/MS. Após a derrota, a chapa perdedora, que já deferia críticas e enfrentava conflitos com os sindicatos presentes naquele contexto histórico, condenando-os pela falta de autenticidade, se organiza e funda a CUT/MS.

Nacionalmente a CUT já havia sido fundada em 1983, por ativistas de presentes no meio sindical brasileiro, que reunidos a outros grupos também haviam fundado o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Em Mato Grosso do Sul, os sindicalistas que participaram da fundação da CUT/MS faziam parte de um grupo de pessoas que, durante a década de 1980, participaram de movimentos sindicais no Estado e que se mostravam insatisfeitos com a falta de autenticidade e de comprometimento do sindicalismo *pelego* que atuava em Mato Grosso do Sul.

Esse grupo de *sindicalistas autênticos*, que contava com o apoio da CPT, passou a concorrer com a FETAGRI na fundação dos sindicatos de trabalhadores rurais municipais e já cogitavam a possibilidade de fundação da CUT em Mato Grosso do Sul. No ano de 1988, no entanto, as atenções estiveram voltadas à eleição da FETAGRI, momento em que o sindicalismo autêntico, que já se encontrava dividido em duas correntes: Oposição Sindical e Alternativa Sindical, une-se para disputar as eleições da FETAGRI (CPT, 1993).

Com a derrota do sindicalismo autêntico pela chapa de situação, esse grupo passa a efetivar a possibilidade de fundação da CUT e, em 08.07.1988, foi fundada oficialmente a CUT/MS.

Em 1991 ocorreu o primeiro Congresso Estadual da CUT em Mato Grosso do Sul, momento em que se iniciou a organização do Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais, com início regular a partir de 1992. Embora os planos de luta do DETR/CUT estivessem embasados no lema: *Reforma Agrária, Luta pela Terra e Pequena Produção*, os seus primeiros anos de atuação, que foram acompanhados pela CPT, ficaram restritos a reuniões e a encontros para discutir a viabilidade da pequena produção (ALMEIDA, 2003, p.153, CPT, 1993).

---

<sup>28</sup> No decorrer do texto uso apenas a sigla CUT, para referir ao Departamento de Trabalhadores Rurais.

O DETR congregava, no ano de 2005, 33 sindicatos dentro do Estado. Segundo Almeida, até 1998 o trabalho do DETR/CUT se restringia aos pequenos agricultores associados aos sindicatos, o que colocava os sem-terras fora de sua área de atuação, no entanto, a partir de junho de 1998, o Departamento mudou sua estratégia de ação e passou a filiar trabalhadores rurais sem-terra com o propósito de organizar ocupações de terras. Essa mudança de estratégia, segundo Almeida, está também relacionada com a disputa pela representação sindical (2003, p. 154).

Na verdade, em virtude de sua área de atuação, leia-se organização, ficar bastante restrita a esfera de atuação do STR sua principal bandeira de luta acaba sendo a disputa pelos STRs e pela formação da Federação da Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul (FAF/MS), disputa que se dá necessariamente no marco institucional, ao contrário do MST. Neste sentido, acirra-se o embate pela representação sindical no campo, visto que a FETAGRI mantém-se como oposição à CUT no Estado, a despeito da filiação da CONTAG a esta Central (ALMEIDA, 2003, p. 155).

Entre os mediadores analisados, a CUT é o que apresenta menor número de trabalhadores envolvidos, tanto em relação aos acampamentos, quanto ao número de sem-terras assentados. Isso se deve a vários fatores, entre eles o de ter a *luta* direcionada também a outros focos que não só a luta pela terra, ao fato de possuir um tempo relativamente curto de atuação na luta pela terra dentro do estado, e, sobretudo, pela escassez de pessoal envolvido na coordenação e efetivação dos acampamentos.

Em 2002, Farias já chamava atenção para a escassez de documentos “falta de organização formal, pela deficiência de registros das atividades, por poucos funcionários, ou liberação de componentes da entidade para realizarem algumas ações” (2002, p. 49). Situação confirmada em 2005 em visita à Instituição, quando, depois de muita insistência, fui atendida pelo senhor Castilho, vice-presidente da CUT/MS, responsável pelo Departamento Rural, o que ocorreu não por descaso, mas sim pelas inúmeras atividades a ele atribuídas. Com ajuda de simpatizantes e representantes de STRs ele é responsável pelos trabalhos internos e externos do DETR, faz todas as articulações de acampamentos no Estado, negociações, despachos burocráticos, entre outras atribuições.

É importante salientar que, embora existam dicotomias nas formas de atuação e principalmente organização entre os principais mediadores da luta pela terra em Mato Grosso do Sul (MST, FETAGRI, CUT), em alguns momentos é possível observar a atuação conjunta desses mediadores, principalmente o MST e a CUT. Entre a CUT e a FETAGRI existe uma espécie de disputa política, é o caso do acampamento Laguna Peru, em Eldorado, em que a mediação foi alternada entre as duas organizações (cf. Capítulo III e IV).

## **2.3 Acampamentos e Assentamentos, um panorama das conquistas.**

Um dia a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial. A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem-terra. E a morte. (Herbert de Souza, A Carta da Terra, 1994).

Com quase trinta anos de mobilizações sociais de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, os movimentos passaram por períodos de altas e baixas, vitórias e derrotas e muita coisa mudou, desde a formação dos grupos, formas de manifestações, sujeitos sociais inseridos, mediadores, conjuntura política e mesmo a forma governamental de conduzir as discussões. Para melhor elucidação dos fatos e diante de um quadro de mudanças significativas, divido esse período em três momentos: os anos de 1980, como um período inicial da luta marcada pela violência policial e atuação da CPT; os anos de 1990 a 1995 como um momento de reflexão, organização e mesmo um recuo dos movimentos e estagnação nas viabilizações de projetos; e a partir de 1996, momento de acirramento das mobilizações e maior número de projetos viabilizados.

### **2.3.1 Anos 1980: a luta marcada pela violência**

O ano de 1979 pode ser definido como marco inicial dos movimentos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Esse marco está relacionado à resistência de 250 famílias de arrendatários que trabalhavam nas fazendas Jequitibá, Água Doce e Entre Rios, no município de Naviraí, que entram na justiça lutando pelo direito de permanecerem nas terras arrendadas por mais três anos. Para não terem que migrar em busca de novas áreas

de arrendamento, esses trabalhadores decidiram, com apoio da CPT e de alguns sindicatos rurais, lutar pelo direito de permanecerem na área<sup>29</sup>.

Os pequenos arrendamentos, que marcam o processo de formação das grandes propriedades rurais em Mato Grosso do Sul a partir dos anos de 1970, caracterizados por contratos com período entre três e quatro anos, evidenciam a instabilidade vivida por famílias arrendatárias nesse contexto histórico. Os arrendamentos duravam apenas o tempo necessário para que, com trabalho familiar, esses colonos desmatassem, destocassem, cercassem, *abrissem* a fazenda, deixando-a formada para a pecuária ou agricultura. Muitas vezes a plantação do capim era o encerramento do contrato. Depois desse período, os arrendatários eram obrigados a procurar outra propriedade para começar novamente o mesmo trabalho. Essa forma de trabalho que desvincula o homem da terra, uma vez que ele periodicamente tem que partir em busca de novas terras para arrendamento.

Os arrendatários da fazenda Jequitibá ganharam a causa e receberam a concessão para permanecer nas fazendas por mais três anos. A partir dessa conquista, com apoio da CPT, as famílias passaram a reivindicar a desapropriação da fazenda.

Depois dessa decisão judicial favorável aos camponeses, os conflitos se intensificaram na região. Esse foi o ponto de partida para que novos grupos de enfrentamento ao latifúndio se formassem, assim como contribuiu para aumentar a violência relacionada à questão fundiária. A resposta dos fazendeiros foi imediata, opressão, violência, e até a destruição das lavouras dos arrendatários, foram ações de repúdio às deliberações. Conflitos que culminaram, em 1982, no assassinato de Joaquim das Neves Norte, advogado das famílias arrendatárias (CPT, 1993).

Os sujeitos sociais, vítimas de processos exploratórios análogos, passaram a procurar a CPT e sindicatos para que pudessem também lutar por seus direitos, com isso começou a se formar o contingente de trabalhadores para ocupações de terras.

Como forma de amenizar os conflitos fundiários que se avolumam no sul do Estado, o então governador, Pedro Pedrossian, lançou um projeto denominado *Guatambu*, destinado a preservar e manter o homem no campo. Motivados pelas promessas e acreditando na viabilização do Projeto, cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais, sobretudo bóias-frias da região, ocupam entre os dias quatro e 13 de maio de 1981, a fazenda Baunilha, em Itaquiraí. Os trabalhadores que se direcionaram à área de forma

---

<sup>29</sup> A luta das famílias da fazenda Jequitibá é mencionada como gênese das lutas pela reforma agrária, e mesmo da *gestação* do MST, em nível nacional (FERNANDES, 2000, p. 69-70).

aleatória, reconheciam as terras como devolutas e desta forma ela se enquadraria nas propostas do Projeto lançado pelo governo de Pedro Pedrossian.

No entanto, o que se viu foi uma resposta rápida e violenta pela polícia, expulsando-os da área. Das 800 famílias expulsas, 438 improvisaram um acampamento na beira da estrada. Segundo relatório da CPT, as forças policiais cercaram o acampamento com arame farpado e montaram um posto de guarda para controlar a entrada e a saída de pessoas, até mesmo o padre da Paróquia foi proibido de entrar no acampamento.

Depois de muitas negociações, quando somavam tão somente 64 famílias, os acampados foram levados ao município de Cassilândia, a 1000 km de Itaquiraí, e *colocados* em terras de má qualidade. Diante da impossibilidade de viver naquelas terras, que ficavam a 90 km da cidade e a 5 km da estrada mais próxima, 59 famílias aceitam mudar-se para o município de Colider, no Mato Grosso, onde novamente passaram a viver sob condições precárias. Em carta endereçada à CPT, alguns assentados relatam as mortes pela malária, a falta de infra-estrutura, de escolas, os lotes que chegavam a ter quase toda sua superfície coberta por pedras, sendo a única saída para sobrevivência (ou não) o trabalho no garimpo.

Em 1982, foi eleito Wilson Barbosa Martins, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), para o governo estadual. Como proposta de campanha, Wilson Barbosa comprometia-se com a viabilização da reforma agrária em seu mais amplo sentido. Nesse cenário é que começa a ocorrer o retorno dos brasiguaios, impulsionados pela abertura política nacional e pelas propostas do então governador.

Com o não cumprimento das promessas, e uma verdadeira frustração por parte dos trabalhadores, inicia-se um processo de fortalecimento dos movimentos populares. A CPT e a Comissão Estadual de Sem-terra, com reivindicações, manifestos e baixo-assinados endereçados ao então governador, relatam a precária situação dos trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul. Como não receberam atenção e não puderam vislumbrar medidas políticas para a situação, decidiram, em assembléia, pressionar o governo de outras formas.

Nas regiões de Naviraí, Itaquiraí e Eldorado, onde predomina o latifúndio destinado à pecuária, os arrendatários estão sendo expulsos das terras com violência que tem causado até a morte de lavrador de Eldorado e a destruição das lavouras [...] Os Lavradores e Agentes da Pastoral após 08 (oito) meses de governo do PMDB, manifestamos nossa inconformidade com a falta de definição do Governo, de soluções, de projetos e propostas para a questão fundiária. Pensamos em nossos filhos e no futuro deste Estado, pois o povo vai viver comendo capim e carne de jacaré, pois este parece ser o destino traçado pelos

grandes para Mato Grosso do Sul (Carta ao Governador Wilson Barbosa Martins, novembro de 1983, CPT).

No ano de 1983, cerca de mil trabalhadores rurais, apoiados pela CPT, ocuparam a Gleba Santa Idalina, uma área de 8.762 ha, no município de Ivinhema, de propriedade da SOMECO. Esse contingente de trabalhadores era formado por ex-arrendatários e bóias-frias das cidades de Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Bataiporã, Taquarussu, Nova Andradina e Dourados, além de brasiguaios, ribeirinhos e ilhéus.

Em entrevista, irmã Olga, que teve importante participação na luta pela terra em Mato Grosso do Sul e acompanhou a organização desse acampamento, relembra os primeiros anos de luta:

Então a luta pela terra, começo antes da Santa Idalina, que eu não citei um trabalho com bóias-frias em Naviraí. Que eles iam derrubando mato e formando pasto e tendo formado todo essa região, aí é... eles não tinham mais pra onde ir, então via sindicato e via Comissão Pastoral da Terra, se começou a discuti com esses camponeses, essas camponesas, a luta pra consegui um pedaço de terra. Então, daí que começou vir a clientela da 1ª grande ocupação da chamada Santa Idalina. [...]. E aí se formava, foram meses de trabalho. Inclusive, na região de Mundo Novo com esses chamados Brasiguaios (que o nome não foi bem na... na Santa Idalina foi um pouco depois que surgiu esse nome). Mas finalmente, brasileiros que estavam nessa divisa, no Paraguai, também com muitos problemas de documentação e com vontade de voltar ao Brasil. A Pastoral da Terra fez todo esse trabalho. Teve a ocupação dessa Gleba Santa Idalina que era da SOMECO; que essa área foi adquirida do governo, bem diz e a custo zero pelo que se sabe, pra fazer colonização e não pra ficar pra ela. Aí ocuparam, e Gleba Santa Idalina, ficaram alguns dias derrubaram mato, fizeram plantio, mais logo depois foi o despejo, não ficaram lá. Então, pra não desisti de toda luta, das mil famílias, agora não recordo bem quantas, mas mais ou menos umas 600, não foram embora pras casas. Aí, acampamos durante dois dias dentro da própria igreja de Ivinhema, dormimos e comemos lá. E depois foi quando Dom Teodoro, que era o bispo da diocese na época, ofereceu a vila São Pedro pra acampar, como pra dar continuidade a luta pela terra. E aí então é.. esse acampamento, 6 meses, aí o governo do Estado ofereceu a área da chamada Padroeira do Brasil, mas só 5 hectares [...] (IRMÃ OLGA, Entrevista, 12.03.2006).

A ocupação da Santa Idalina constituiu-se um marco histórico da luta pela terra no estado, ganhou repercussão nacional e inúmeras críticas foram feitas à CPT, aos trabalhadores sem-terra e, inclusive, ao Bispo Dom Teodardo, que prestava solidariedade ao grupo. Em atitude típica de um país cuja população e meios de comunicação sempre foram regradados pelas elites e que lentamente caminhava para o fim de um período ditatorial, jornais e revistas se opuseram à ocupação e buscaram deslegitimá-la.

Depois de inúmeras agressões (leia-se *despejo com força policial*), os acampados foram pressionados a deixar a área, e, a pedido de Dom Teodardo, foram levados provisoriamente à Vila São Pedro, próximo a Dourados, em uma área de

aproximadamente quatro ha de propriedade da Diocese. Dez desses acampados, em manifestação de protesto, decidem acampar com suas famílias na Praça Rádio Clube, em Campo Grande, em frente à Assembléia Legislativa Estadual. Em atitude de extremo descaso, de forma lamentável, o então prefeito da capital, Lúdio Coelho, ordenou que funcionários, com escolta policial, despejassem caminhões de terra na praça e em seguida a terra fora molhada com caminhão pipa, de forma a simbolizar, comicamente, as necessidades reivindicadas por aqueles trabalhadores (CPT, 1993).

Irmã Olga avalia que a presença de Dom Teodoro, que deixou uma reunião nacional da CNBB para acompanhar o despejo dos sem-terra da Santa Idalina, tenha contribuído para evitar uma ação ainda mais violenta pelas forças policiais:

O que mais teve coragem como pessoa, foi Dom Teodoro, na época da Santa Idalina ele deixou a assembleia da CNBB e veio pra visitar, pra ir junto lá com o secretário de segurança na hora do despejo. Nós avaliamos que isso tem contribuído pra que se evitasse maiores violências por parte da polícia (IRMÃ OLGA, Entrevista, 12.03.2006).

Em 1984, o governo ofereceu uma área de 2.200 ha na cidade de Nioaque para assentar cerca de 500 famílias que ainda permaneciam acampadas na vila São Pedro. Sem alternativa, e sob protesto, as famílias aceitam a remoção para o lote provisório de cinco ha, na Gleba Padroeira do Brasil, ou Gleba Venceremos, como queriam os sem-terras. Em oito meses neste local havia falecido cerca de 40 pessoas, sobretudo crianças (CPT, 1993).

Algumas dessas famílias, depois de muitas reivindicações, foram levadas para outros assentamentos, como o Monjolinho, em Anastácio, Taquaral e Piraputanga, em Corumbá, e 260 famílias permaneceram na Padroeira do Brasil por mais de dez anos em lotes provisórios.

A ocupação das terras da SOMECO foi contundente não só por chamar a atenção da sociedade ao problema latifundiário do estado, mas ainda mostrou a força que os trabalhadores rurais detinham. Mesmo que não tenham alcançado o objetivo esperado, eles organizaram-se e opuseram-se à situação de miséria em que viviam e à negação do governo do PMDB em efetivar suas propostas de campanha<sup>30</sup>.

Dentro da conjuntura histórica nacional, esses sujeitos foram motivados, ainda, por um clima nacional de luta pela democracia e real abertura política, que desenvolvia-se no país, manifestada também pela campanha das *Diretas Já*.

---

<sup>30</sup> Parte da Gleba Santa Idalina veio a ser desapropriada anos depois pelo INCRA, destinada a assentar 757 famílias brasiguaias que, ao retornarem do Paraguai, acamparam na cidade de Mundo Novo.

Nesse contexto de fortalecimento dos movimentos populares, os fazendeiros também se mobilizaram com a formação de uma força contrária, a criação da UDR em nível estadual, iniciando sua organização na cidade de Dourados, em oposição à ocupação da Gleba Santa Idalina (SOUZA, 1992).

Os latifundiários que sempre influenciaram a política mato-grossense, e mesmo sul-mato-grossense, passaram através de uma *União* a trabalhar para inviabilizar projetos de assentamentos na região e difundir uma imagem negativa dos movimentos a fim de impedir sua legitimação e aceitação social.

Segundo os próprios documentos da UDR, sua formação inicial foi pensada no intuito de pressionar o Congresso Nacional para que não atendesse às reivindicações da esquerda na elaboração da Constituição de 1988. Essa pressão foi sentida não só na elaboração da constituinte, mas também nas formas de condução da questão da reforma agrária entre os anos de maior atuação da UDR.

Os acampamentos e mobilizações foram, por muitos anos, tratados como *caso de polícia*; a luta pela terra encontrou problemas de toda ordem para continuar: violência policial, maus tratos, humilhação e injustiça foram alguns dos obstáculos que alimentaram a revolta e impulsionaram a luta.

O acampamento América Rodrigues da Silva, formado em 1986 e estudado minuciosamente por Farias (1997), é o retrato aparente da forma com que o PNRA e mesmo o PRRA não surtiram efeito ou mesmo auxiliaram na legitimação política da reforma agrária. O país passava por um processo de democratização quando cerca de 200 famílias acamparam a 30 km da cidade de Três Lagoas, de onde foram violentamente expulsas por policiais. Esse foi apenas o início de uma seqüência de expulsões, agressões e violências de toda ordem que passaram a sofrer essas famílias, entre elas crianças, mulheres e idosos. Em um desses episódios de repressão estatal, veio a falecer a senhora América Rodrigues da Silva, que deu nome ao acampamento. Entre todos os momentos de aflição que esse grupo sofreu, nos chama a atenção o fato dos policiais terem destruído e enterrado próximo à rodovia, móveis, ferramentas e objetos pessoais dos acampados.

"Para as classes dominantes, ora representadas pela força policial, a defesa da propriedade capitalista justifica qualquer ato de violência, terrorismo e injustiça" (FARIAS, 1997, p. 130).

Entre os anos de 1984 e 1989, 22 projetos de assentamentos foram criados no estado e 4891 famílias atendidas. Sem uma proposta política voltada para atender as necessidades do trabalhador do campo, grande parte desse número se refere a projetos

emergenciais destinados ao assentamento de famílias ribeirinhas, que perderam suas terras com a construção de usinas hidrelétricas ao longo do rio Paraná e ao assentamento de famílias brasiguaias, que ao retornarem ao Brasil, encontravam-se acampadas na região sul do estado.

Entre os projetos listados na tabela 4, muitos surgiram como medidas paliativas para esses problemas sociais, como o assentamento Tamarineiro, destinado ao assentamento de ex-arrendatários do sul do estado e a posseiros de Bodoquena, que enfrentavam problemas com índios Kadiwéus; assentamento Nioaque, também destinado ao assentamento de posseiros que estavam em conflitos com índios Kadiwéus; assentamento Padroeira do Brasil, criado para assentar famílias que participaram da ocupação da Gleba Santa Idalina; assentamento Guia Lopes da Laguna, destinado ao assentamento de famílias ribeirinhas e ilhéus, vítimas de enchentes causadas pelas barragens da usina hidrelétrica de Itaipu; assentamento Sucuriú, também criado para atender famílias de ribeirinhos e ilhéus; assentamento Canaã, criado a partir de uma ocupação aleatória feita por posseiros da região que permaneceram na área por mais de um ano sem que autoridades fossem noticiadas. Depois que o fato se tornou notório, as famílias receberam a concessão da área.

**Tabela 4: Projetos de assentamentos em MS – 1984-1989**

	<b>Denominação do Projeto</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Ano implantação</b>	<b>Município</b>
1	Tamarineiro	3.812,1735	134	1984	Corumbá
2	Padroeira do Brasil*	2.500,0000	243	1984	Nioaque
3	Retirada da Laguna	2.163,9709	90	1985	Guia Lopes da Laguna
4	Sucuriú	15.978,3376	239	1985	Chapadão do Sul
5	Nioaque	10.587,4535	371	1985	Nioaque
6	Canaã	4.360,0000	235	1985	Bodoquena
7	Urucum	1.962,4649	87	1986	Corumbá
8	Guaicurus	2.772,3164	129	1986	Bonito
9	Novo Horizonte	16.580,3788	757	1986	Novo Horizonte do Sul
10	Nova Esperança	2.757,0121	113	1986	Jateí
11	Ita	1.503,9075	47	1987	Bela Vista
12	São José do Jatobá	2.530,9075	136	1987	Paranhos
13	Marcos Freire	5.269,9403	187	1987	Dois Irmão do Buriti
14	Campo Verde	1.918,5467	60	1987	Terenos
15	Mato Grande	1.264,3543	50	1987	Corumbá
16	Colônia Nova	1.314,1489	88	1987	Nioaque
17	Casa Verde	29.859,9889	470	1987	Nova Andradina
18	Pedreira	87,9214	10	1988	Ribas do Rio Pardo
19	Monjolinho	9.525,2207	285	1988	Anastácio
20	Capão Bonito	2.585,3984	133	1989	Sidrolândia
21	Indaiá	7.340,6719	633	1989	Itaquiraí
22	Taquaral	10.013,9698	394	1989	Corumbá
	<b>Total do período</b>	<b>136.689,08</b>	<b>4.891</b>		

Tabela 4 – Fonte: INCRA – Jurisdição de Dourados.

Esses dados confirmam que os projetos de assentamentos, do modo com vêm ocorrendo no Brasil, não devem ser considerados como um *projeto de reforma agrária*, visto que são medidas emergenciais tomadas para conter focos acentuados de contestação já que o país não tem um projeto político, social e econômico destinado a uma reforma agrária massiva, de qualidade, que atenda realmente a demanda dos trabalhadores e que tenha um teor de transformação social e do espaço rural brasileiro.

Os trabalhadores que suportam o processo de luta pela terra até que ele seja concretizado se deparam com um novo problema: a chegada ao lote, espaço que embute uma série de aspectos conflitantes. Dentre todos os problemas, como falta de infraestrutura, saneamento básico, assistência técnica, incentivo e financiamento, o maior deles está na inapropriação dos solos. Todos esses assentamentos listados surgiram como forma de amenizar grandes conflitos, sendo que pontos de grande relevância para a manutenção dessas famílias nos lotes foram relegados a um segundo plano, ou mesmo desconsiderados. A desapropriação de terras improdutivas acabou, em muitos casos, por beneficiar grandes proprietários rurais. Alguns segmentos da sociedade acabam desconsiderando esses fatos, e o imaginário que perpetua entre esses grupos é de que:

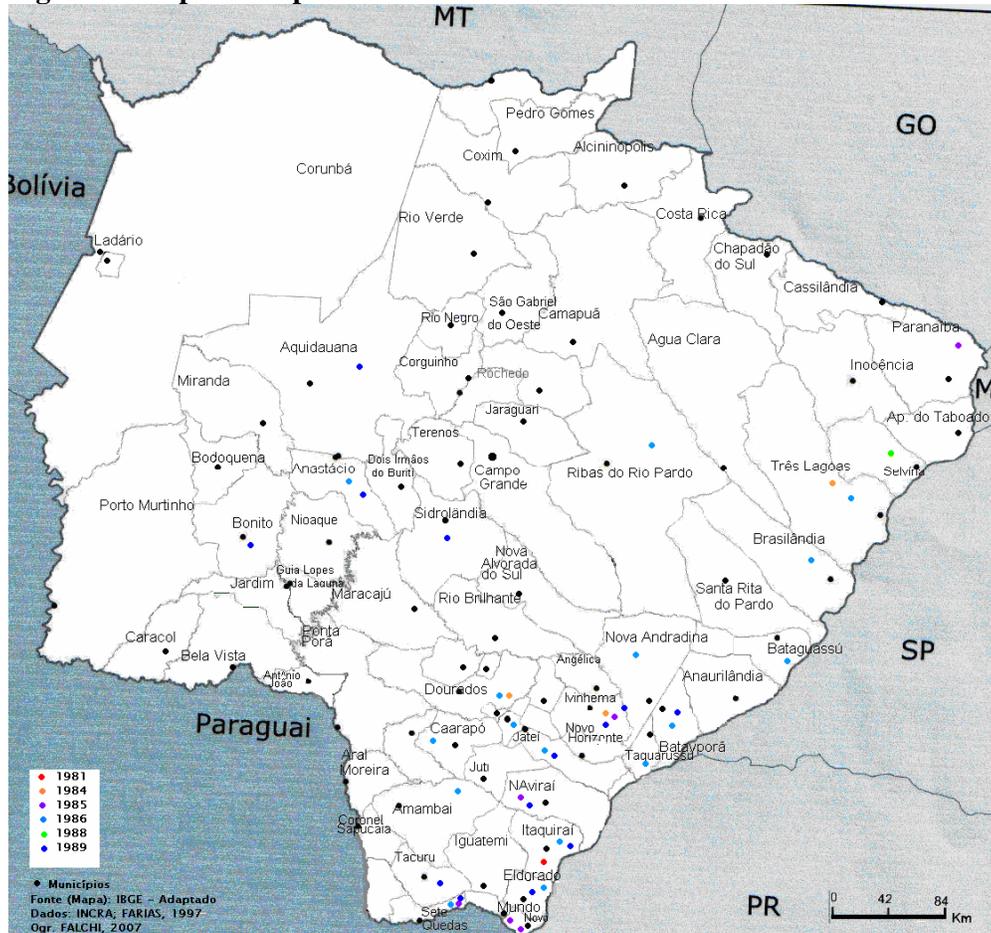
[...] Todo insucesso deve ser atribuído ao próprio assentado. É ele que não foi capaz de desenvolver-se dentro da estrutura que o estado ofereceu... a prática de assentar somente para diminuir conflitos, cria novos problemas que acabam por marcar a vida de inúmeras famílias assentadas em situação precária e em lotes inadequados (MENEGAT, 2003, p.264).

Os assentados chegam aos lotes, na grande maioria das vezes, depois de passar por um longo período de desgaste nos acampamentos, sofrendo todo tipo de humilhação e violência, racionamento de alimentos, vivendo em condições subumanas, passando fome, frio, sede e o mais lamentável, a opressão estatal realizada por meio das agressões policiais. Os que vitoriosamente resistiram, receberam lotes, em muitos casos, sem demarcação, e continuaram a morar em barracos, já que não possuíam nenhuma reserva econômica. Como aconteceu no assentamento Santo Inácio, em 1987, hoje Marcos Freire, onde todos os acampados do estado (cerca de 800 famílias) foram levados à essa área, na cidade de Dois Irmãos de Buriti, e permaneceram por aproximadamente dois anos em lotes provisórios esperando a demarcação. Ao final, no assentamento Marcos Freire, foram assentadas 187 famílias, para as demais foram criados outros assentamentos, entre eles o Taquaral, em Corumbá, e o Casa Verde, em Nova Andradina.

Desde o início do processo de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, a atuação dos movimentos estão concentradas na região sul, nos municípios abaixo de Campo

Grande, entre a divisa com o estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai (como fica demonstra nas figuras 1, 2 e 3). Diversos fatores contribuíram para isso, como, por exemplo, o fato de ser esta uma região de terras de boa qualidade dentro de uma estrutura agrária marcada por grandes propriedades, o que favorece o interesse dos movimentos, e ainda pelo grande contingente de trabalhadores sem-terra presentes nessa região.

**Figura 1: Mapa Acampamentos rurais em MS – 1981-1989**



Nessa primeira década de luta, os acampamentos começam a ser levantados lentamente. Soma-se, nesse período, um total de quarenta acampamentos, entre ocupações e reocupações e deslocamentos de grupos de uma área a outra. O ano de 1986 apresenta um número considerável de ocupações de terra no Estado, com 16 acampamentos, o que se dá, principalmente, pela organização do MST na região. No ano de 1987, no entanto, não se tem registro de nenhuma ocupação, o que se deve a um processo de negociação dos trabalhadores com o governo estadual, que resultou em nove assentamentos e mais de 1300 famílias assentadas, entre os anos de 1987 e 1988.

Os acampamentos estavam concentrados na região sul de Mato Grosso do Sul (cf. figura 1), já os assentamentos, dos 22 criados nesse período, 15 estão concentrados na região central do Estado e em áreas pantaneiras (cf. tabela 1). A transferência forçada de acampados para regiões com características geográficas distintas das presentes em suas terras de origem é um fator que contribui, deliberadamente, para a não permanência desses sujeitos em seu respectivo lote, visto que não ocorre uma identificação; a adaptação requer um recomeço nem sempre possível, muitas vezes pela idade avançada, pela história de uma vida, pela habilidade que não se tem.

A transferência de trabalhadores do sul do estado, muitos deles oriundos de estados como Paraná e São Paulo, acostumados com o trabalho na lavoura, plantação de citros, café, entres outros, para regiões de Corumbá, como o Assentamento Taquaral, onde a terra é única e exclusivamente propícia à criação de gado, praticamente caracteriza-se por uma aposta no fracasso desses projetos.

Além da má qualidade da terra, muitos desses lotes apresentam tamanho insuficiente para produtividade. Nas terras arenosas e alagadiças do Taquaral, por exemplo, conforme estudado por Menegat (2003), há épocas do ano que não existe se quer a possibilidade de locomoção daqueles moradores. As promessas de escolas, agrovilas e centros de saúde, raramente são viabilizadas.

Esses primeiros anos de luta pela terra no Mato Grosso do Sul foram marcados por despejos violentos, mortes, prisões, injustiças, peregrinação e descaso. Muitos trabalhadores morreram vítimas de intransigência policial e de conflitos com jagunços. O descaso governamental é marcado pelo transporte desses sujeitos aos montes, em caminhões, levados sem saber para onde, de qualquer jeito; deixados cinco, dez anos em lotes provisórios, sem auxílio, sem socorro, humilhados, massacrados, ao ponto de receberem caminhões de terra como resposta a um protesto. Quando por fim, conseguem o lote de terra, ele pode vir com 5 hectares, pode vir na lama, nas pedras, pode vir do outro lado do Estado, longe de tudo e de todos.

Esse é o cenário dos primeiros ardorosos anos de luta pela terra em Mato Grosso do Sul, que serviu como gênese de um processo ainda mais massivo e organizado dos trabalhadores em busca de terra, trabalho, dignidade e cidadania.

### 2.3.2 A difícil luta pela terra entre 1990 e 1995

Os anos de 1990 a 1995 foram os anos de maiores dificuldades para os movimentos sociais de luta pela terra em Mato Grosso do Sul. Em seis anos foram implantados seis projetos de assentamentos e apenas 980 famílias atendidas com lotes de terra, como fica demonstrado na tabela a seguir. O número de acampamentos foi consideravelmente reduzido, com uma média de quatro acampamentos por ano. A repressão estatal foi reforçada e a discussão política sobre o assunto ficou estagnada.

**Tabela 5: Projetos de assentamentos em MS – 1990-1995**

	<b>Denominação do Projeto</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Ano implantação</b>	<b>Município</b>
1	Sumatra	4.719,8113	149	1991	Bodoquena
2	Santa Rita do Pardo*	1.482,1449	47	1991	Santa Rita do Pardo
3	São Manoel	4.321,0281	147	1992	Anastácio
4	Carlos R. S. Melo*	6.253,1888	204	1994	Sonora
5	São Luiz	1.599,6128	114	1994	Batayporã
6	Tamarineiro II	10.621,0775	319	1995	Corumbá
	<b>Soma do período</b>	<b>28.996,86</b>	<b>980</b>		

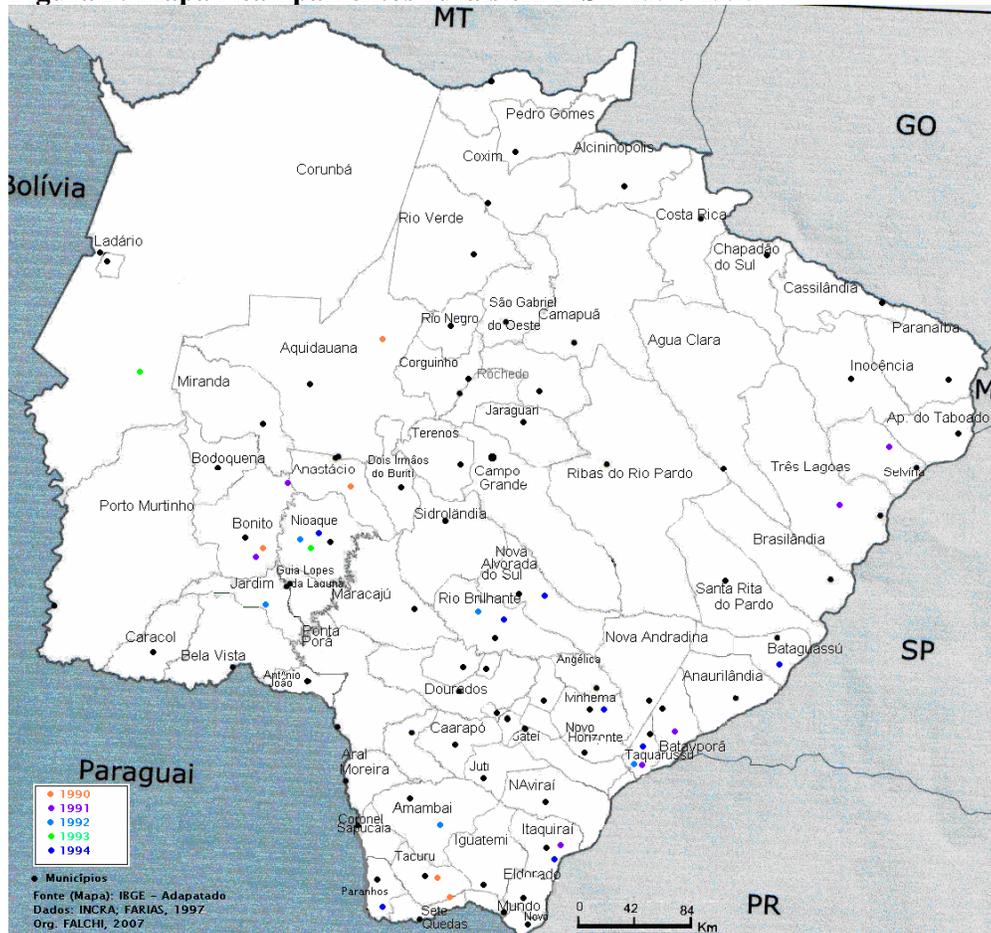
\* Projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado – TERRASUL

Fonte: INCRA – Dourados

Esse período marca também um momento de redefinições dos movimentos, quando as mobilizações ganharam novos contornos. As categorias de sujeitos sociais envolvidos deixaram de ser especialmente posseiros, ex-arrendatários, brasiguaios, ribeirinhos e trabalhadores do campo, e intensificou-se também presença de pobres das cidades, assalariados, bóias-frias, entre outros. Essa mudança está relacionada à própria postura dos mediadores diante da questão agrária. Esse momento marca o afastamento da CPT na luta direta pela terra, a CUT ainda não havia se consolidado como mediador nessa área de atuação, ficando, portanto, o MST como principal mediador desse período, embora a presença da FETAGRI possa ser percebida em alguns momentos.

Uma força reacionária fora marcada neste contexto pela atuação estatal, representada, sobretudo, na figura do então governador Pedro Pedrossian, que intensificou a repressão, inviabilizou as mobilizações e fechou qualquer canal de discussão com os trabalhadores sem-terra e as organizações mediadoras. Devido a política implantada nesse período, apenas aproximadamente 27 mobilizações foram concretizadas, ainda assim, sob rígido controle e com nenhuma, ou quase nenhuma, conquista.

**Figura 2: Mapa Acampamentos rurais em MS – 1990-1995**



Os mecanismos usados para conter as mobilizações foram as prisões de lideranças de movimentos sociais. Segundo lideranças do MST, era comum que militantes que dessem entrevistas e que falassem à imprensa fossem alvo de processos criminais.

Porque naquela época nós era o alvo, né, nós tinha que falar na imprensa... e etc, e ficava marcado. Bastava da uma declaração na imprensa pra se fichado. Os cara diz: “poxa, o cara ta sendo assentado e não cala a boca nunca”. Então, foi um pouco isso (ANTÔNIO B., Entrevista, 22.04.2006).

Em pesquisa a processos do Poder Judiciário de MS, entre os crimes mais comuns que esses sujeitos são enquadrados está o indiciamento por roubo ou furto para os abates de bois, invasão de propriedade e até crime ecológico e ambiental, em casos de desmatamento para construção de barracos ou por morte de animais silvestres.

Entre os anos de 1990 e 1995, no estado de Mato Grosso do Sul, foram 135 militantes presos, com concentração de 82 somente no ano de 1992. Mato Grosso do Sul é um dos estados com maior número de trabalhadores presos, no período, ficando atrás somente do estado do Paraná, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 6: Número de sem-terra presos e assassinados por conflitos agrários por estado**

UF	1990		1991		1992		1993		1994		1995		Total	
	Prisões	Assas	Prisões	Assas	Prisões	Assas	Prisões	Assas	Prisões	Assas	Prisões	Assas	Prisões	Assas
AC	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	0	03
AL	-	1	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	0	04
AM	-	1	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	0	03
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	0	05
BA	3	11	-	8	6	1	31	1	6	2	-	4	46	27
CE	2	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	04	1
ES	5	1	10	1	55	-	-	-	8	-	-	-	78	2
GO	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	17	1	02	3
MA	8	9	2	6	24	7	18	5	2	4	2	3	56	34
MG	15	3	-	2	-	4	-	-	-	-	-	5	15	14
<b>MS</b>	-	-	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>82</b>	<b>2</b>	<b>41</b>	-	-	-	-	-	<b>135</b>	<b>4</b>
MT	-	10	-	1	-	1	-	4	-	4	-	4	0	24
PA	-	20	7	16	-	13	-	14	3	4	-	14	10	81
PB	-	1	-	1	-	4	-	-	3	-	-	1	03	7
PE	1	2	-	1	5	4	35	6	-	1	-	-	41	14
PI	4	1	-	1	-	2	-	1	-	-	-	-	04	5
PR	1	2	254	4	-	3	12	4	7	1	-	-	267	14
RJ	-	6	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	0	10
RN	5	1	-	2	5	-	-	1	-	-	-	-	10	4
RO	-	2	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	0	5
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
RS	4	-	11	1	-	1	-	-	-	-	-	-	15	2
SC	7	-	11	1	7	-	-	1	-	3	-	-	25	5
SE	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	0	2
SP	-	1	-	-	9	-	-	-	-	2	-	-	9	3
TO	-	2	-	1	-	1	-	5	-	-	-	2	0	11
<b>Brasil</b>	<b>55</b>	<b>78</b>	<b>309</b>	<b>51</b>	<b>195</b>	<b>50</b>	<b>137</b>	<b>45</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>19</b>	<b>34</b>	<b>720</b>	<b>287</b>

Fonte: CPT/NAC

Ao analisar os dados apresentados, encontra-se uma referência aproximada dos assassinatos e prisões decorrentes de conflitos agrários, tendo em vista que muitos desses assassinatos não chegaram se quer a serem registrados como tais. É o caso, do norte do país, por exemplo, onde o conflito entre posseiros e latifundiários se encontrava aflorado e o índice de prisões e assassinatos apresentados no quadro é irrisório.

Os três anos de elevado número de prisões de trabalhadores sem-terra no estado de Mato Grosso do Sul (1991, 1992, 1993) correspondem aos três primeiros anos de mandato do governador Pedro Pedrossiam e é revelam uma política de repressão aos movimentos sociais adotada pelo governo ao assumir o poder. A violência institucionalizada continua por mais alguns anos, com despejos consecutivos e violentos.

Sobre a violência institucionalizada usada contra os trabalhadores sem-terra, torna-se oportuno uma manifestação de Frei Betto, em que critica o injusto julgamento da legalidade brasileira:

Condenam-se líderes dos sem-terra, quando o réu deveria ser o latifúndio; homens e mulheres que lutam por direitos elementares, quando a acusada deveria ser a estrutura social que produz tão abissal desigualdade; reivindicações históricas e justas, como a reforma agrária, quando os tribunais deveriam convocar aqueles que se apossaram de terras devolutas, griladas, relegando-as ao ócio num país de famintos (*Estado de Minas Gerais*, 18.09.03).

No encaminhamento das discussões entre sem-terras e órgãos governamentais ocorre uma ligeira mudança com relação às medidas tomadas no período anterior; o INCRA passou a arrendar pequenos lotes de terras para a transferência de acampamentos após a reintegração de posse da área ocupada. Com tal atitude, eles passaram a direcionar essas famílias a locais que não gerassem conflitos com fazendeiros e evitava, ainda, que esses acampamentos, após despejo, direcionassem-se para as cidades, como aconteceu com o acampamento Sul Bonito, em Itaquiraí, em que, após alguns despejos violentos, as famílias viveram acampadas na cidade por cerca de um ano.

A despeito da indiferença governamental em viabilizar projetos de assentamento, tem-se um momento de intensos protestos, marchas e manifestações por parte dos trabalhadores, sobretudo os mediados pelo MST. Com a recusa do governo em contribuir com a alimentação de sem-terras acampados, ocorrem em vários acampamentos do estado o abate de reses em fazendas ocupadas e em fazendas vizinhas aos acampamentos, e também a chamada *recuperação de alimentos*.

Em 1990, ainda no governo de Marcelo Miranda, o secretário de Assuntos Fundiários, Aparício Rodrigues, afirmou em resposta a um pedido de socorro dos sem-terra que: “Desde o início do governo já dissemos que o Estado não tem condições e não pode dar alimentação a toda família de trabalhador sem-terra que acampe em nosso estado” (*O Progresso*, 31.03/01.04 de 1990). O governo do estado por sua vez, em programa radiofônico, afirmou estar satisfeito com os projetos de reforma agrária do estado: “Nosso estado tem sido o que mais avançou nessa área, inclusive considerado modelo de reforma agrária” (*O Progresso*, 24.04.1990).

Neste mesmo ano assumia o poder o presidente Fernando Collor de Melo, que mostrava-se receoso com relação à reforma agrária e tinha os ruralistas como seus aliados de governo. Com um mandado bastante conturbado, não foi diferente no que se refere às questões agrárias. Fernando Collor havia assegurado em campanha eleitoral um Ministro

da Agricultura da região centro-oeste e que não tivesse ligação com a UDR, e assim indicou para ministro Joaquim Domingos Roriz, ex-governador nomeado do Distrito Federal, o que causou desconforto e irritação por parte de cooperativas agrícolas, grandes produtores, bancos etc. Em menos de 15 dias Roriz foi substituído por Antônio Cabrera Filho, formado em Ciências Agrárias e membro da maior família produtora de leite do país.

Ao entregar o ministério à Cabrera, em discurso, Fernando Collor coloca sua conservadora e economicista posição em relação à reforma agrária:

Haveremos, também, de promover uma reforma agrária justa, equilibrada, sem conflitos, de modo a dar acesso a terra, àqueles que precisam da terra para dela retirar seu alimento e *contribuir com o aumento da produção de grãos do nosso país (O Progresso, 04.04.1990).*

Observa-se, no discurso do então presidente, a preocupação econômica com uma produção massiva para exportação, com o agro negócio de forma a sobrepor todos os fatores sociais de um projeto de reforma agrária aos fatores econômicos de interesse capitalista. A contribuição à produção de grãos para exportação, não deve (ou ao mesmo não deveria) ser colocada como prioridade ao se cogitar projetos de assentamentos rurais, uma vez que, com a quantidade de terras de um lote de reforma agrária, esperar uma produção massiva destinada a exportação é apostar no fracasso desses projetos.

[...] a lógica mercadológica, alicerçada em princípios quantitativos, exigência da estratégia de inserção na globalização, significa um reducionismo à riqueza de possibilidades sociais e históricas, somente percebidas quando critérios qualitativos, que dizem respeito à trajetória e projetos de vida das famílias, são devidamente considerados (FARIAS, 2002, p. 63).

Diante da negativa do primeiro presidente eleito por voto direto, depois de anos de ditadura, em apresentar um projeto concreto de viabilização da reforma agrária, o MST decide, durante o II Congresso Nacional do Movimento, realizado em Brasília no ano de 1990, manter as ocupações como forma de luta e resistir mesmo diante de pressões, e assim adotam a palavra de ordem: *Ocupar, resistir e produzir.*

O governo adotou políticas neoliberais e repressoras aos movimentos sociais no país. Por isso, a palavra de ordem do Congresso mostrava que as famílias Sem Terra estavam dispostas a enfrentar todas as dificuldades, resistir e lutar por seus direitos (*Jornal dos Sem Terra, 24.01.2007*).

No entanto, o que se viu nesses anos, com relação ao estado de Mato Grosso do Sul, foi uma relativa desaceleração nos processos de luta, tanto pelo conturbado momento político do país, quando pela descredibilidade dos trabalhadores no que diz respeito à efetivação dos projetos de reforma agrária.

Esse período refere-se também ao primeiro ano de mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na presidência do Brasil. Segundo Farias, ainda como candidato, Fernando Henrique defendia a idéia de que a reforma agrária não deveria ser feita sob pressão social, tendo em vista que o caráter emergencial poderia acabar trazendo atitudes pouco pensadas e não elaboradas. No entanto, ele não previa em sua agenda política, propostas consistentes para reforma agrária, visto que possuía um plano de governo baseado em princípios neoliberais, preocupações de integração global que requeriam propostas de ordem macro-econômicas. A reforma agrária passou a ser considerada, pelo então governo somente a partir do aumento da pressão popular (2002, p. 60-62).

No ano de 1995, embora estivessem em torno de 1.800 famílias de sem-terras acampadas no estado, não se tem registro de nenhum novo acampamento. Os movimentos tinham em vista, ainda, a expectativa de assentamento de 50 mil famílias em todo o país, conforme programa de reforma agrária prometido em campanha eleitoral e lançado oficialmente por Fernando Henrique em 26.01.1995 (*O Progresso*, 27.01.1995).

Muito embora a preocupação neste momento não seja em apresentar uma história política em relação à reforma agrária, tal menção, mesmo que breve, se faz necessária, tendo em vista o quanto a conjuntura política e as posições governamentais são determinantes na condução de projetos sociais desse teor.

Sem desconsiderar a força de transformação da sociedade e a importância das mobilizações, é notório que as oligarquias agrárias sul-mato-grossenses que controlaram o poder executivo deste Estado, desde sua criação até os anos de 1998, alternando-se no poder, influência que ainda permanece forte devido atuação desses sujeitos no poder legislativo, serviram de entraves às mobilizações e à concretização de projetos de reforma agrária. Desta forma, as conjunturas políticas e sociais, que também são passíveis de reestruturações, influenciam na forma de condução das discussões e favorecem ou não, a concretização de determinadas conquistas sociais.

Assim, os anos entre 1990 e 1995, podem ser visto como um momento de grandes dificuldades para os trabalhadores rurais sem-terra, com problemas de mobilização causados pela repressão, pouca ou nenhuma verba orçamentária destinadas a projetos de assentamentos e apenas algumas medidas paulatinas para conter os focos mais acentuados de mobilizações.

### 2.3.3 Revigoramento: a luta pela terra a partir de 1996

A última década do período analisado (1996-2005) é apresentada como um momento de conquistas. Nesses dez anos de luta, 79 projetos de assentamentos foram implantados e quase dez mil famílias atendidas em Mato Grosso do Sul. Os movimentos mostraram-se bastante organizados e impuseram-se de maneira ininterrupta, de forma a contribuir para um direcionamento da reestruturação do espaço rural sul-mato-grossense. Vislumbra-se, ainda, nesses últimos anos, um aumento considerável de organizações envolvidas em mobilizações de luta pela terra; além da CUT, que passou a atuar a partir de 1998, outros movimentos e associações passaram a apoiar a luta pela terra e a formação de acampamentos como forma de pressão à efetivação de projetos de reforma agrária.

Na esfera política, esse período corresponde a sete anos do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB, 1995-2002) e três anos do mandato de Luiz Inácio da Silva (Lula do PT, 2003-2010), quanto a governadoria estadual, esse período corresponde a três anos do mandato de Wilson Barbosa Martins (PMDB, 1995-1998) e a sete anos do governo José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT, 1999-2006).

Conforme os números da luta pela terra, o ano de 1996 marca de forma acentuada o aumento das mobilizações. Como forma de repúdio aos anos de estagnação na viabilização de assentamentos, os movimentos articularam-se e lançaram uma série de ocupações que chegaram a um total de 26 acampamentos no ano de 1996 (cf. tabela 7).

No primeiro mês do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi lançado seu Programa de Reforma Agrária, que tinha como meta o assentamento de 200 mil famílias em 4 anos. Na ocasião do lançamento do Programa, um representante da diretoria da CONTAG mencionou os conflitos que o presidente poderia enfrentar caso não colocasse em prática seu programa de reforma agrária: “O não cumprimento dessa proposta deverá acirrar a crise fundiária no país, com os sem-terras promovendo ocupações de áreas rurais que poderão resultar em violentos conflitos” (*O Progresso*, 27.01. 1995).

Em julho do mesmo ano nenhum projeto havia sido viabilizado e os movimentos ainda esperavam a ação do Governo. Durante o 3º Congresso Nacional do MST, que aconteceu em julho de 1995, em Brasília, uma equipe de 26 representantes do Movimento foi recebida por Fernando Henrique, que reafirmou o compromisso com a reforma agrária em seu mandato. Em razão desse encontro, João Pedro Stedile se

demonstrou esperançoso: “O presidente deu uma demonstração de vontade política que já representa um grande avanço na reforma agrária” (*O Progresso*, 28.07.1995).

O que se viu, no entanto, durante todo o ano de 1995, foram projetos parados no INCRA. Das oito fazendas passíveis de desapropriação no Estado de Mato Grosso do Sul, as quais tramitavam com processos de desapropriação na justiça, apenas a Tamarineiro, em Corumbá, foi realmente destinada a assentamento de famílias de sem-terras, assentando tão somente 391 famílias. O MST acusava, neste momento, a falta de estrutura e ineficiência do INCRA pela não viabilização das desapropriações, tendo em vista que os erros apresentados nos projetos de desapropriação abriam espaços para inúmeros recursos judiciais por parte dos proprietários, o que protelava a desapropriação.

Como resposta a esses entraves apresentados no ano de 1995, as mobilizações e ocupações voltaram de forma massiva no ano seguinte. Outras mudanças presentes na luta pela terra, a partir de então, também têm suas raízes nesse período de estagnação, como a assistência alimentar aos acampados, que passou a ser cogitada a partir das recuperações de alimentos feitas pelos sem-terra, sobretudo, em relação aos acampados na fazenda Sul Bonito, em Itaquiraí. No ano de 1995, dois saques consecutivos a um caminhão frigorífico e a um caminhão pertencente a uma empresa atacadista, feito pelos sem-terras acampados em Itaquiraí, chamou a atenção das autoridades à precária situação em que essas famílias estavam vivendo à margem das estradas.

A tabela 7 apresenta o número de acampamentos e famílias de sem-terras acampadas no Estado entre os anos de 1996 a 2005:

**Tabela 7: Acampamentos/ocupações e número de famílias acampadas por mediadores 1996-2005**

Ano	MST Acampamento	MST N° Famílias	CUT Acampamento	CUT N° Famílias	FETAGRI Acampamento	FETAGRI N° Famílias	Total Acampamento	Total de Famílias
1996	6	505	**	**	20	2.425	26	2.930
1997	7	2.452	**	**	8	965	15	3.417
1998	6	2.841	6	641	*	*	12	3.482
1999	8	1.914	6	490	2	200	16	2.604
	ocupação	n° família	ocupação	n° família	Ocupação	n° família	ocupação	n° família
2000	15	2.910	24	2211	16	1385	55	6.506
2001	8	913	15	1097	5	584	28	2.594
2002	3	180	1	150	4	178	8	508
2003	5	1.150	1	15	1	40	7	1.205
2004	10	2070	4	500	3	280	17	2.850
2005	4	190	1	70	1	67	6	327

Fonte: FARIAS, 1997; Ouvidoria Agrário Estadual.

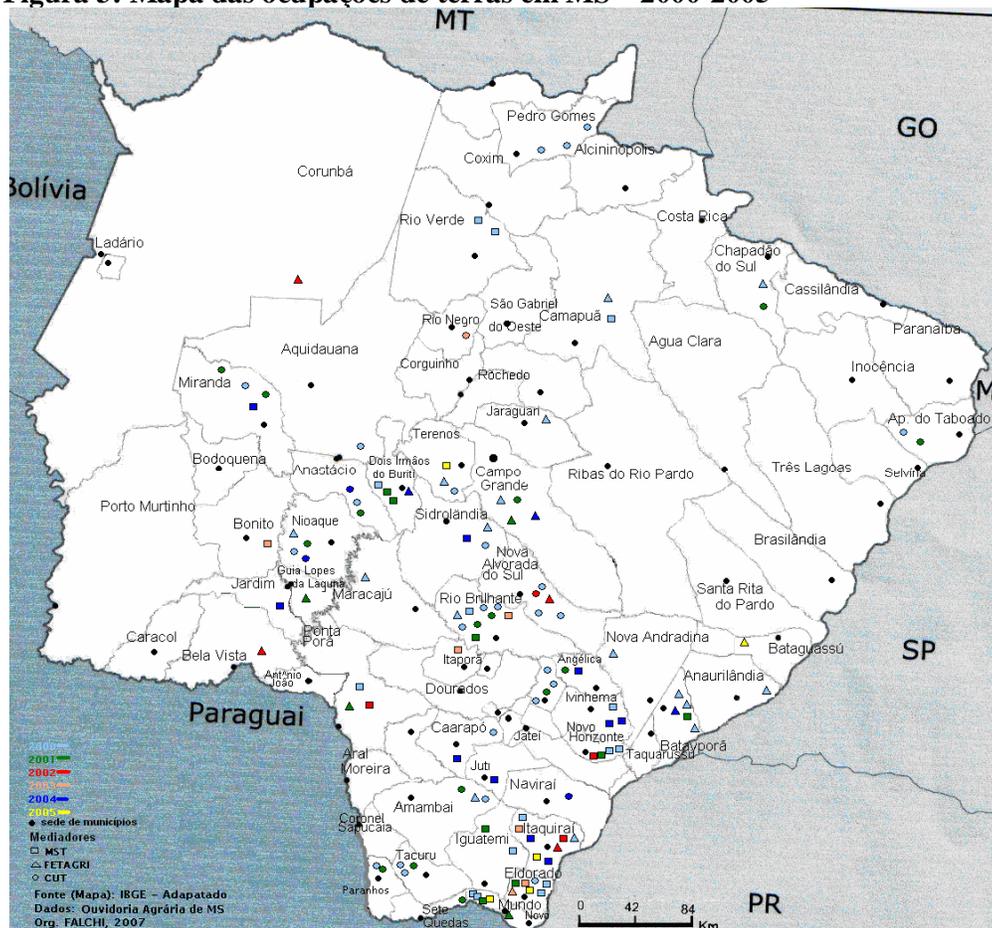
\* não foram encontrados registros \*\* O DETR da CUT não estava estruturado

No ano de 1996, o número de acampamentos chegou a 26, com cerca de 2900 famílias acampadas. Nos anos que se seguem, até 1999, o número de acampamentos é reduzido, mas mantêm um alto número de famílias acampadas. Isso está relacionado a uma massificação dos acampamentos, com a fusão de pequenas mobilizações.

Em relação ao período de 2000 a 2005, ocorre uma diferenciação na coleta de dados. A relação de acampamentos e famílias de sem-terra acampadas nos anos anteriores foi elaborada com base nos dados oferecidos por Farias, 1997 e 2003, e aos poucos dados fornecidos pelos mediadores e pelo INCRA. Quanto ao período de 2000 a 2005, os dados foram elaborados de acordo com informações fornecidas pela Ouvidoria Agrária Estadual, que diferente dos dados dos anos anteriores, registra não o número de acampamentos existentes no Estado, mas sim o número de ocupações que ocorreram dentro de um determinado ano.

O mapa seguinte (figura 3) registra os municípios em que ocorreram essas ocupações de terras, classificadas por ano e por mediador.

**Figura 3: Mapa das ocupações de terras em MS – 2000-2005**





de ocupações, nesse período, com 45 e 46 respectivamente, com relação ao número de famílias o MST mediava cerca de 7400 famílias e a CUT, cerca de 4000 mil famílias, enquanto a FETAGRI mediou 28 ocupações que contava com cerca de 2500 famílias. Mas a análise dos acampamentos existentes no ano de 2005 revela uma situação oposta, segundo esses dados, em 2005, a FETAGRI tinha sob sua mediação 100 acampamentos, totalizando 12.734 famílias, o MST mediava 23 acampamentos e 6.662 famílias, enquanto a CUT mediava 32 acampamentos e 3.272 famílias. Além de considerar que os dados com relação aos acampamentos existentes foram fornecidos pelos próprios mediadores, essa discrepância também ocorre tanto pelo fato da FETAGRI, em muitos casos, montar seus acampamentos fora dos limites das propriedades, à margens das estradas, o que não configura, para o poder judiciário, uma ocupação de terra, quanto pelo imediatismo com que alguns acampamentos surgem e são desfeitos.

Destaca-se, ainda, que o número de trabalhadores sem-terra e a mobilização popular de luta pela terra em Mato Grosso do Sul avoluma-se a cada ano, tendo em vista que entre os anos de 1996 a 2001 foram assentados quase dez mil famílias e ainda assim o número de sem-terra acampados se manteve expressivamente alto. Segundo dados da Ouvidoria Agrária Estadual, no ano de 2000, o estado de Mato Grosso do Sul era absolutamente o estado com maior número de ocupações de terra, 22% contra 17% no estado de Pernambuco, o segundo colocado.

O considerável aumento das mobilizações e do número de trabalhadores sem-terra nos últimos anos tem contribuído para o aumento também do número de desapropriações de terras no estado. Os anos de acirramento dos movimentos foram também os anos em que mais assentamentos foram criados dentro do Estado. Mesmo que, com critérios bastante discutíveis, foram implantados 79 assentamentos com quase dez mil famílias atendidas. Medidas que estão longe de significar uma reestruturação no espaço agrário, ou mesmo uma proposta política e social que vislumbre uma reforma agrária de qualidade, tendo em vista que a viabilização desses projetos só ocorreu efetivamente em decorrência de pressão social para desapropriação de terras.

Embora a lista de assentamentos pareça grande, a área destinada a assentamentos nesse período representa somente 0,87% da área rural de Mato Grosso do Sul, que é, segundo o último censo agrário (1995/1996), de 30.942,772 ha.

**Tabela 8: Projetos de assentamentos em MS – 1996-2005**

	<b>Denominação do Projeto</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Ano implantação</b>	<b>Município</b>
1	Paiolzinho	1.196,7523	70	1996	Corumbá
2	São João	856,1606	58	1996	Batayporã
3	Mutum	15.831,6943	340	1996	Ribas do Rio Pardo
4	Mercedina	803,2433	56	1996	Batayporã
5	Andalucia	4.815,1088	166	1996	Nioaque
6	Sul Bonito	6.375,9385	421	1996	Itaquiraí
7	Tupanceretan	2.546,4421	81	1996	Bela Vista
8	Patagônia	3.502,8887	128	1997	Terenos
9	Nova Alvorada	3.000,8266	86	1997	Nova Alvorada do Sul
10	Corona	1.095,8569	58	1997	Ponta Porá
11	Campina	2.408,8339	76	1997	Bodoquena
12	Capão Bonito II	8.231,4968	308	1997	Sidrolândia
13	Floresta Branca	4.980,9931	185	1997	Eldorado
14	Lagoa Grande	4.071,4428	151	1997	Dourados
15	Primavera	2.535,1451	71	1997	Jaraguari
16	Campanário	2.851,0325	132	1997	São Gabriel D'Oeste
17	Nova Querência	3.864,6432	157	1997	Terenos
18	Santa Clara	4.353,3284	156	1997	Bataguassu
19	Serra	2.986,1066	116	1997	Paranaíba
20	Triângulo	927,1312	50	1997	Rio Brillhante
21	Santa Guilhermina	7.994,7290	224	1997	Maracajú / Nioaque
22	Amparo	1.126,8933	67	1997	Dourados
23	Paraíso	3.308,4025	98	1997	Terenos
24	Rancho Tupambaê	1.869,6828	130	1997	Miranda
25	Guaçu	2.678,9794	134	1997	Itaquiraí
26	Santa Rosa	4.048,1606	200	1997	Itaquiraí
27	Palmeira	4.172,7154	112	1998	Nioaque
28	Córrego Dourado	1.399,9700	49	1998	Santa Rita do Rio Pardo
29	Montana	1.567,7738	70	1998	Bataguassu
30	Taquara	1.550,2765	67	1998	Rio Brillhante
31	Caracol	6.326,5804	152	1998	Bela Vista
32	Fortuna	2.383,1961	108	1998	Rio Brillhante
33	Aldeia	10.718,2345	217	1998	Bataguassu
34	Santa Amélia	2.029,8895	74	1998	Dois Irmãos do Buriti
35	Rio Feio	2.344,7747	72	1998	Guia Lopes da Laguna
36	São Judas	4.155,3658	187	1998	Rio Brillhante
37	72	2.343,4143	85	1998	Ladário
38	Santa Paula	590,0000	89	1998	Bataguassu
39	Santa Catarina	1.958,6037	78	1998	Aral Moreira
40	Tamakavi	3.383,5670	120	1998	Itaquiraí
41	Santa Lúcia	1.026,7440	36	1998	Bonito
42	Bandeirante	2.033,4466	45	1998	Miranda
43	Pam	5.029,9237	115	1998	Nova Alvorada do Sul
44	Savana	5.674,7702	212	1998	Japorã
45	Boa Sorte	1.498,0306	65	1998	Itaquiraí
46	Boa Esperança	3.945,5065	126	1998	Nioaque
47	Uirapuru	7.067,8847	290	1998	Nioaque
48	São Pedro	8.592,2341	295	1998	Sidrolândia
49	N. S. Auxiliadora	8.707,5818	252	1998	Iguatemi
50	São Sebastião	2.967,6652	100	1998	Ivinhema
51	São Cristovão	947,8198	34	1999	Paranhos
52	Conquista	1.557,9073	65	1999	Campo Grande
53	Bonsucesso	664,7972	27	1999	Rio Brillhante
54	Fortaleza	384,9028	14	1999	Rio Brillhante
55	Vista Alegre	1.030,8248	49	1999	Sidrolândia
56	Boa Vista	2.165,2940	50	2000	Ponta Porá
57	Vacaria	1.067,0000	48	2000	Sidrolândia
58	Santa Irene	2.473,2570	72	2000	Anaurilândia
59	Santa Renata	1.117,4161	35	2000	Tacuru
60	Jibóia	7.877,7365	238	2000	Sidrolândia

61	Catangalo	1.256,6073	50	2000	Maracaju
62	Guardinha	989,4907	30	2000	Jardim
63	Indianópolis	1.758,4500	65	2000	Japorã
64	Mambaré	1.948,6004	72	2000	Mundo Novo
65	Nova Era	2.848,1074	105	2000	Ponta Porá
66	Nossa Srª. Do Carmo	1.192,9967	41	2000	Caarapó
67	Dorcelina Forlador	8.118,3095	270	2000	Ponta Porã
68	Capão Bonito III	600,0000	23	2000	Sidrolândia
69	Sebastião Rosa da Paz	1.210,4350	42	2000	Amambaí
70	Laguna do Eldorado	2.280,7260	45	2000	Eldorado
71	Aroeira	1.855,6069	88	2000	Chapadão do Sul
72	Aliança	1.101,6902	39	2000	Itaquiraí
73	Margarida Alves	3.429,1890	115	2000	Rio Brillhante
74	Itamarati	25.010,5039	1.300	2000	Ponta Porá
75	Geraldo Garcia	5.688,90	190	2000	Sidrolândia
76	Pontal do Faia	1.485,0000	44	2000	Três Lagoas
77	Lua Branca	2.425,3962	81	2000	Itaquiraí
78	Santa Terezinha	1.537,9131	64	2001	Sidrolândia
79	Valinhos	2.033,8089	86	2001	Maracaju
	<b>Total</b>	<b>272.217,03</b>	<b>9967</b>		

Fonte: INCRA – Dourados

A partir de meados da década de 1990, a resposta política às mobilizações de luta pela terra perdeu parte de seu caráter violento e de extremo descaso; não que o processo de luta tenha se tornado fácil, mas a forma de condução das discussões evoluiu junto com um processo político e histórico de democratização do país.

Nesse último período estudado, vê-se com frequência despejos negociados, com pouca ação policial, discussões mais abertas e propostas mais consistentes. Em alguns casos, verifica-se uma pressão *simbólica*, como no caso da fazenda Sul Bonito, em Itaquiraí, onde cerca de 200 policiais permaneceram por uma semana no local do acampamento em estado de alerta, de forma a coagir as famílias acampadas, o que resultou na saída das famílias, mas sem nenhum confronto armado ou agressões físicas.

Foi também a partir desse período que as famílias de sem-terra passaram a ser atendidas com alimentação básica para subsistência, o que pode ser também visto como mero assistencialismo, mas evita maiores dificuldades de sobrevivência em um espaço social de tantos conflitos e faltas; evita os saques de alimentos e abates de bois, ações que muitas vezes causam desconforto às famílias e repúdio social. Embora com muita reivindicação, alguns acampamentos passaram a ser atendidos com alguns serviços sociais básicos, como transporte escolar e atendimento médico.

Os dados estatísticos apresentados pela CPT mostram o declínio de sem-terras presos e mortos em conflitos agrários em quase todos os estados brasileiros. Em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1996 a 2005, foram quarenta sem-terras presos, contra um total de 135 no período anterior.

A diminuição de medidas violentas está relacionada também ao fato das classes políticas mais conservadoras e mesmo da elite agrária não terem encontrado mais o mesmo apoio de antigamente. A milícia armada mantida por fazendeiros perdeu sua falsa legitimidade e passou lentamente a ser, se não extinta, mas extremamente discreta. O caso de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, que resultou na morte de 19 sem-terras com repercussões internacionais e grande comoção social, soou como um alerta às autoridades políticas quanto à necessidade de projetos sociais destinados a esses trabalhadores e a uma maior atenção às formas de tratamento dispensadas a essas mobilizações.

Um dos coordenadores nacional do MST, João Pedro Stedile, em entrevista, também chama atenção ao declínio de ações violentas a partir de 1996: “Se considerarmos Carajás como um caso a parte, vamos constatar que houve uma redução significativa da violência” (*O Progresso*, 20.12.1996).

Segundo Farias, a mudança de estratégias em alguns setores sociais e econômicos no governo de Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1997/1998, está relacionada também ao processo político de reeleição que se apontava. Processo esse que resultou na reeleição do então presidente e em uma mudança política de suma importância no Estado de Mato Grosso do Sul, com a eleição de um governo do Partido dos Trabalhadores, alterando o sistema político controlado por oligarquias latifundiárias, mantido desde a criação do Estado. A eleição do governador José Orcírio Miranda (1998) criou um quadro de esperança na população, que passou a deslumbrar medidas sociais e políticas, imediatas e radicais (2003, p. 69-70).

Todo esse processo de luta pela terra, a abrangência dessas mobilizações, o número de trabalhadores sem-terra que cresce a cada dia, as proporções tomadas por esses acampamentos, leva-me a buscar entender e analisar como isso acontece na prática, como esses sujeitos de tão diversos lugares, de tão diversos sotaques, unem-se em torno de um só objetivo, uma só vontade, e por que não, um só sonho.

Direcionado meu olhar, neste momento, para o sujeito dessa luta, passo a analisar o cotidiano e as formas de organização dessas mobilizações com o objetivo de compreender o mecanismo dessa organização e o que faz, ou não, com que essas famílias permaneçam muitas vezes por até dez anos vivendo sob barracos de lona à margem das estradas.